

Hellen S. Bergo

In Memórias:

Vida e morte na “moderna literatura do eu” de Nelson Rodrigues

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

São João Del Rei

2017

Hellen S. Bergo

In Memórias:

Vida e morte na “moderna literatura do eu” de Nelson Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de pesquisa: Literatura e Memória Cultural

Orientadora: Prof. Dr. Cláudio Guilarduci

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

São João Del Rei

2017

Hellen S. Bergo

In Memórias:

Vida e morte na “moderna literatura do eu” de Nelson Rodrigues

Banca Examinadora

Prof. Dr. Cláudio J. Guilarduci – UFSJ (Orientador)

Prof. Dr. Alberto Ferreira da Rocha Júnior (Tibaji) – UFSJ

Prof. Dr. Robert H. Moser – UGA/USA

Prof. Dr. Anderson Bastos Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DACULTURA

São João Del Rei

2017

Aos meus filhos, Lucas e Mateus, razões
do meu viver.

AGRADECIMENTOS

*Hallelujah, we will sing victory
God be praised*

Gateway Worship

Ao professor Cláudio Guilarduci - sem a orientação dele este trabalho não seria real. Pelo percurso de leitura atenta e minuciosa que realizou, literalmente, ao meu lado; por me permitir ser livre diante do meu objeto, por me direcionar tão sabiamente, por nunca me deixar sem respostas e sem retornos. Por sua honestidade acadêmica, sua generosidade intelectual e pessoal.

A minha mãe, mulher fundamental na formação do meu caráter, aquela que, desde minha infância, me incentivou aos livros e às letras.

Ao meu amigo Dirceu Vieira, não apenas pela afinidade intelectual que construímos juntos, mas por todo amparo afetivo agora e sempre.

A minha irmã, jornalista Márcia Bergo, pela ajuda fundamental com a pesquisa das fontes primárias e por ter me presenteado com a obra *Memórias - a menina sem estrela* (2009), primordial para esta pesquisa.

À querida Sirley Lewis pelas necessárias risadas durante esse trajeto, pelo ombro amigos e pelas orientações de leitura em língua inglesa.

Ao professor e parceiro Richardson Santos pelo auxílio com as fontes históricas e pelas palavras de incentivo.

À professora Eliana Tolentino, pelo apoio acadêmico e pela leitura detalhada de meus escritos durante a disciplina isolada.

Ao professor Alberto Ferreira da Rocha Júnior (Tibaji) pelas conversas e conhecimentos compartilhados acerca de Nelson Rodrigues e também por me ceder espaço em suas aulas para a realização do estágio de docência.

Aos professores Anderson Bastos Martins e Suely da Fonseca Quintana por cada aula durante o mestrado, pelo aprendizado acadêmico e pessoal transmitidos a nós.

Aos meus filhos, Mateus e Lucas, por me apresentarem definitivamente ao amor e me incentivarem, com sua existência, a seguir em frente todos os dias.

Por fim, à Universidade Federal de São João Del Rei por financiar esta pesquisa.

RESUMO

Nelson Rodrigues publicou 80 crônicas para o jornal carioca *Correio da Manhã* entre os meses de fevereiro e maio de 1967. A coluna, denominada *Memórias* revelou um Nelson Rodrigues narrador em primeira pessoa que informa ao público que pretende redigir uma antologia dos mortos que compõem suas lembranças e experiências. Assim, em 53 publicações, Nelson Rodrigues refletirá sobre a morte física de familiares, de políticos, de colegas de redação, de personagens da ficção, além do falecimento por doenças e por suicídio. Este trabalho, então, presta-se a investigar aspectos referentes à construção da morte nas crônicas memorialísticas rodrigueanas. O caminho metodológico para a análise desses textos será elaborado a partir da ideia de “moderna literatura do eu” de Silviano Santiago (2008) em interdisciplinaridade com áreas como a antropologia, a historiografia e o jornalismo.

Palavras chave: Nelson Rodrigues, memória, experiência, narrador, morte, crônicas, tradição.

ABSTRACT

In 1967, between February and May, Nelson Rodrigues published 80 chronicles in the Rio de Janeiro newspaper *Correio da Manhã*. The column, called *Memórias*, revealed a Nelson Rodrigues first-person narrator who informs the public that he wants to write an anthology of the dead that make up his memories and experiences. Thus, in 53 publications, Nelson Rodrigues will reflect the physical death of family members, politicians, writing colleagues, characters in fiction, as well as deaths due to illness and suicide. This work, then, lends itself to investigate aspects related to the construction of death in Rodrigues' memory chronicles. The methodological path for the analysis of these texts was drawn from the idea of "modern literature of the self" by Silviano Santiago (2008) in interdisciplinarity with areas such as anthropology, historiography and journalism.

Key words: Nelson Rodrigues, memory, experience, narrator, death, chronicles, tradition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I	
A IMPRENSA: DA CORTE ÀS <i>MEMÓRIAS</i> DE NELSON RODRIGUES.....	15
1.1 Imprensa no Brasil – da corte à década de 1950.....	15
1.2 Jornal <i>Correio da Manhã</i>	19
1.3 <i>Memórias</i> de Nelson Rodrigues.....	25
1.4 Continuação das <i>Memórias</i> : <i>Confissões</i> no jornal <i>O Globo</i>	26
1.5 <i>A vida como ela é...</i> (1951 – 1961).....	28
1.6 Crônicas de esporte (1955 – 1959).....	29
1.7 Suzana Flag	31
1.8 O texto pelo texto.....	33
CAPÍTULO II	
MORTE EM <i>MEMÓRIAS</i>	39
CAPÍTULO III	
A MORTE SOB VIÉS ANTROPOLÓGICO E HISTORIOGRÁFICO.....	73
3.1 Memória e experiência – a “moderna literatura do eu”.....	73
3.2 <i>Memórias</i> despertam pesquisas.....	76
Ritos e símbolos.....	78
3.4 Nos leitos de morte... ..	80
3.5 Vigílias noturnas.....	83
3.6 Ao calor de velas, muitas velas – velórios.....	85
3.7 Cortejos fúnebres.....	87
3.8 Rito de separação: o luto.....	90
3.9 A Gripe Espanhola (1918).....	92
3.10 A “peste branca”.....	95
3.11 Suicídios.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105

REFERÊNCIAS.....	109
------------------	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Divulgação, em <i>Correio da Manhã</i> , da coluna <i>A vida como ela é...</i>	112
Imagem 2 - Divulgação, em <i>Correio da Manhã</i> , da coluna <i>A vida como ela é...</i>	113
Imagem 3 - Divulgação, em <i>Correio da Manhã</i> , da coluna <i>A vida como ela é...</i>	114
Imagem 4 - Coluna <i>Memórias</i> chamada à capa do jornal <i>Correio da Manhã</i> em 01/03/1967.....	115
Imagem 5 – Capa do jornal <i>Crítica</i> em 26 de dezembro de 1929.....	116
Imagem 6 – Capa de <i>Crítica</i> com caricatura de Roberto Rodrigues em 28/04/1929.....	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de crônicas de Nelson Rodrigues publicadas em <i>Correio da Manhã</i> reeditadas para O Globo e lançadas em livros.....	118
Tabela 2 - Mapeamento das 80 crônicas de Nelson Rodrigues para o <i>Correio da Manhã</i>	121

INTRODUÇÃO

Em 1996, conheci Nelson Rodrigues. Não um conhecer por meio de leitura, mas por intermédio da televisão e ainda assim restrito a pequeníssima parcela de sua obra. À época, o programa *Fantástico*, da *Rede Globo*, homenageou o grande dramaturgo. Quarenta crônicas da coluna *A vida como ela é...* foram adaptadas para a programa¹. Eu, minha irmã e minha mãe íamos sagrada e obrigatoriamente à igreja no domingo à noite. Quando chegávamos, nos sentávamos em frente à TV e assistíamos ao programa que para mim significava o fim da noite e o início de outra semana. A série ia ao ar depois das 22 horas. Após a chamada do âncora do jornal, instaurava-se em nosso aparelho de televisão e em minha imaginação um clima de suspense. Não víamos os dedos que batiam as teclas da máquina. Surgia, diante de nós, apenas o título da crônica da noite. Ao final, passava-se à linha de baixo. Iniciava-se a história. Eu sentia um misto de curiosidade e medo. O mesmo medo que ainda hoje sinto quando escuto, por acaso, a ópera “II guarani” na abertura do programa de rádio *A voz do Brasil*². É como se eu me transportasse para uma década de pouca luz, de som com chiado de rádio ao fundo. É como se eu voltasse a uma época em que já estive, mas da qual não trago nenhuma recordação a não ser a sensação de desconforto. É melancólico. Agora mesmo, enquanto escrevo este texto, consigo ouvir o instrumental do início da crônica para a televisão, do meio e do fim de cada episódio.

Desde o momento em que o conheci, temi Nelson Rodrigues. Em casa, minha mãe repetia que ele era um doente, um tarado. Contudo, não era isso que me assombrava. Acredito que o medo fosse consequência de um misto entre história narrada, iluminação e som. Nelson Rodrigues para mim, primeiro, foi medo. Nunca fiquei confortável diante do suspense. Menina tímida, de uma criação religiosa protestante conservadora, sempre temi a morte e qualquer clima que me remetesse a ela. Participava de velórios na infância, sem qualquer preparo psicológico para o que ali eu veria, sem quaisquer esclarecimentos ou questionamentos posteriores que indagassem como estava meu emocional. Observava com espanto o caixão, e o cheiro de plantas que ornavam o corpo ficava impregnado em minha memória.

¹ Direção de Daniel Filho e Denise Saraceni.

² Programa de rádio estatal que vai ao ar diariamente às 19 horas em todas as rádios abertas do Brasil. Passou a ser transmitido obrigatoriamente a partir de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas. É o programa mais antigo de rádio ainda em execução.

Lembro-me de que em uma fase da minha infância - de minuto em minuto - eu levava a mão ao peito a fim de me certificar de que meu coração batia. Definitivamente, eu não queria morrer. E não queria que um dos meus morresse. O clima em Nelson, para mim, era de morte. Abelardinho, o delicado, o personagem que se enforca com o vestido de casamento da noiva e pede para ser enterrado assim foi o que mais marcou minha memória. Na minha adolescência infantil, nascia entre mim e Nelson Rodrigues um laço, uma história.

Anos depois, na graduação, eu, enquanto monitora de uma disciplina no curso de Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei, passava as tardes na biblioteca. E foi ali que pude ler o teatro de Nelson Rodrigues e uma centena de crônicas de *A vida como ela é...*. Resolvi explorar o desconhecido que, anos antes, tanto medo me causou. Uma por uma as histórias se abriram a mim. A cada personagem, Nelson Rodrigues me absorvia ao seu universo. *Valsa nº 6* foi tema do meu trabalho de conclusão de curso na graduação em 2007. Em 2009, assisti à encenação dessa mesma peça (com a viúva e um dos filhos de Nelson na plateia). Ao final do espetáculo, com a personagem caída morta em cima do piano com um punhal imaginário em suas costas, eu pensava em como não é simples compreender uma encenação de um texto rodriguesano. Sentia-me como que numa espécie de lugar privilegiado.

No final da década de 2010, conheci literariamente as crônicas de Nelson Rodrigues em primeira pessoa. Li, inicialmente, *O óbvio ululante* (2007), seguido de *O reacionário* (2008) até chegar à obra *Memórias – a menina sem estrelas* (2009). Combinei essas leituras à biografia de Nelson Rodrigues, *O anjo pornográfico* (1992), redigida por Ruy Castro. Decidi me candidatar ao mestrado na expectativa de poder explorar os textos em que Nelson narra histórias que ele denomina memórias e confissões. Depois de aprovada, na primeira releitura que realizei das crônicas de *Memórias – a menina sem estrelas* (2009) e de *O reacionário* (2008), percebi que estava diante de um material vasto em temáticas e que era fundamental que se fizesse um recorte para o trabalho. Limitamos então a pesquisa aos primeiros textos publicados por Nelson Rodrigues em sua temática de memória.

Voltemos no tempo – 16 de fevereiro de 1967. Nessa data, estrearia a coluna *Memórias* no jornal *Correio da Manhã*, na capital carioca. A coluna permaneceu nesse periódico até 31 de maio de 1967. Em 116 dias decorridos, desde a estreia até a transferência das *Memórias* para o jornal *O Globo*, Nelson ofereceu ao público-leitor 80 crônicas. Entre os dias 20/02/1967 a 28/02/1967 as *Memórias* foram interrompidas devido à tragédia de um desabamento de prédio no Rio de Janeiro, catástrofe que levou Paulo Rodrigues, irmão de Nelson, a esposa, os dois

filhos e a sogra a óbito. Também não foi publicada crônica no dia 06/03/1967, mas quanto a essa ausência textual não encontramos justificativas.

Ao reler as crônicas de *Memórias*, enquanto mapeava as publicações por temática, a morte começou a se destacar em minha sensibilidade à pesquisa. Na primeira releitura contabilizei 40 crônicas que traziam a morte como fio condutor da narrativa. Decidi reler pela segunda vez e me deparei com 53 textos que discorriam sobre essa temática – fosse ela o ponto principal ou o assunto de um ou dois parágrafos apenas. Assim, deu-se o recorte desta dissertação. Inquietei-me quanto a saber qual é a visão do narrador diante da morte como componente da condição humana e como se constrói a representação literária da falência humana, à luz da memória, para esse narrador-personagem. Nelson Rodrigues narrador escreve que nos pretende redigir “uma antologia de mortos, dos meus mortos” (RODRIGUES, 2009, p. 41)³. Resta-nos questionar: quem são eles, Nelson, quem são os que permanecem vivos em sua memória ávidos por serem trazidos novamente à vida?

O primeiro capítulo está dividido em subtítulos que abordam uma cronologia histórica da imprensa no Brasil, a partir da instauração da Corte portuguesa, em 1808, até a década de 1960. Em seguida, apresento o jornal carioca em que o objeto desta pesquisa foi publicado pela primeira vez – o *Correio da Manhã*. Citarei desde aspectos gerais, como surgimento do periódico, tiragem e direção, até posições políticas e econômicas adotadas pelo periódico entre os anos de 1922 a 1976, ano em que o jornal deixou de circular.

Ainda no primeiro capítulo, apresento as obras de Nelson Rodrigues cronista – *A Vida como ela é...* (1951 a 1961), crônicas esportivas (1955 a 1959), o folhetim *Meu destino é pecar* (1944), a coluna *Memórias* (seguida de reflexões metalinguísticas fomentadas pelo próprio narrador das crônicas) e a continuidade das *Memórias* para o jornal *O Globo*, sendo a coluna intitulada *Confissões* (1967-1974). No fim do primeiro capítulo, acrescentei duas tabelas ilustrativas: na primeira, as crônicas da coluna *Memórias* que serão reeditadas para outros periódicos e livros, com os respectivos títulos adotados; na segunda, um mapeamento temático das 80 crônicas da coluna *Memórias*.

No segundo capítulo, ocupo-me em transcorrer literariamente o assunto narrado em 53 das 80 publicações – a morte. Passaremos por 52 crônicas unidas e refletidas por afinidade temática. Desde a tragédia com os irmãos de Nelson, Paulo Rodrigues e Roberto Rodrigues,

³ Trecho retirado da crônica 5 (RODRIGUES, 2009, p.38), publicada em 01/03/1967, Jornal *Correio da Manhã*, edição 22669, p. 21, Segundo Caderno.

passando pelos velórios da infância do narrador na antiga Rua Alegre, até as mortes em massa, por doença ou acidente, aos suicídios literais ou figurados. Uma a uma as crônicas foram costuradas de modo a criar um todo que possui como fio condutor um narrador benjaminiano em primeira pessoa – alguém que nos conduzirá em sua arte de narrar a si e ao outro apontando-nos aprendizados e experiências.

No capítulo III, apresento reflexão e referenciação teórica para o *corpus* deste trabalho. O nosso narrador busca, através da morte, marcar/reafirmar as lembranças. Nelson registra a morte na coluna *Memórias* sob um viés romântico atribuindo ao fim humano a capacidade de singularizar as pessoas. No início do capítulo justificarei minha escolha por tratar as *Memórias* sob o nome teórico de “moderna literatura do eu”, projetado pelo crítico literário Silviano Santiago (2008). Proponho leituras que reflitam o chamado a morte com fundamentação antropológica e historiográfica a partir de obras dos antropólogos Jean Pierre Bayard (1996) e Philippe Ariès (1989) e do historiador João José Reis (1991), (1997). Com relação às mortes por doença, além dos autores citados, acrescento referência teórica embasada na crítica de Susan Sontag (1984). Para as reflexões acerca do suicídio, lançarei mão das ideias fomentadas pelo crítico inglês A. Alvarez (1999).

Nas considerações finais, retomo as reflexões quanto à perda da tradição diante da morte. Levanto considerações acerca dos costumes sociais frente à morte nos dias atuais para imaginar como se comportaria literariamente o narrador de *Memórias* caso se deparasse com um morto que passa a madrugada sozinho, trancado na capela de seu próprio velório. Encerro com menção ao desejo de Nelson Rodrigues de querer ser esquecido.

Por meio da escrita conferida à morte, como afirma Bayard (1996), haverá a possibilidade de sobrevivência, ainda que esta se dê no plano do discurso e da memória. Interessa-nos a construção jornalística literária da morte na coluna *Memórias* tornando assim possível elucidar uma literatura de Nelson Rodrigues até então não explorada pela academia. Pensar e escrever a morte é superar tabus pessoais. É tomar para mim o questionamento de Bayard (1996, p.32) “Não convém falar da morte para superarmos nossas angústias?” (p. 32) e a essa pergunta responder que sim. Esta dissertação, escrita no ano em que as *Memórias* completam 50 anos de publicação, permitiu-me, além do aprimoramento como pesquisadora, retornar à infância, àquela menina que se empenhava em ter certeza de que a vida ainda permanecia ali, dentro daquele coração, e curar uma ferida antiga há muito aberta – o medo da morte.

Nesta dissertação, as crônicas da coluna *Memórias* serão citadas por número de publicação conforme ordem cronológica. Em notas de rodapé, apresentarei, para cada crônica citada no trabalho, a referência relativa ao livro usado como consulta para a escrita desta dissertação, *Memórias – a menina sem estrela*, edição de 2009 pela editora Agir. Ainda em nota, indicarei o número de edição do jornal, bem como a página em que a crônica se encontra originalmente publicada. Usarei para isso a sigla para *Correio da Manhã*, C. M. No corpo do texto, após cada trecho das crônicas em citação direta, apresentarei o número da página em que o texto se encontra no livro *Memórias – a menina sem estrela*, edição de 2009. Pretendo com isso, colaborar para que a leitura do trabalho seja o mais fluida possível.

CAPÍTULO I. A IMPRENSA: DA CORTE ÀS MEMÓRIAS DE NELSON RODRIGUES

1.1 Imprensa no Brasil – da corte à década de 1950

Na Europa do século XVIII, surge um mecanismo técnico que abriria espaço para representações das sociedades: a imprensa jornalística. Essa ferramenta sociológica é lida, com sacralidade, por cidadãos ditos comuns e também por aqueles socialmente distintos. De acordo com Anderson (2008) essa “cerimônia de massa” permite a um todo anônimo se identificar como “comunidade”, ou seja, como um corpo social.

O Brasil foi um dos últimos das Américas a dispor de imprensa. O motivo desse fato divide historiadores. A corrente que predomina alega que o maior empecilho para a instauração da imprensa no Brasil atrelava-se ao pouco interesse português pela emancipação política da colônia. José Marques de Melo na obra *Sociologia da imprensa brasileira* (1973) defende, no entanto, a teoria de que a imprensa no país possui um retardo de desenvolvimento devido a fatores socioculturais, que refletiram o projeto econômico português para a colônia, sobrepostos, inclusive, a questões políticas. Esses fatores, segundo o pesquisador, seriam “predominância do analfabetismo, ausência de urbanização, precariedade da burocracia estatal e incipiência das atividades comerciais e industriais (...) agravados pela censura e pelo obscurantismo metropolitanos.” (p. 78).

O surgimento da imprensa consiste em uma das mudanças ocorridas no Brasil com a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. No contexto desse início de século XIX, a imprensa seria um mecanismo focado em atender as necessidades da burocracia do reino bem como sua reduzida preocupação cultural. Não se projetava nela função social. José Marques de Melo na obra *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras* (2006, p. 77 - 91) registra que, durante o período em que as terras tupiniquins serviram de sede ao reinado lusitano, apenas duas tipografias funcionaram – a Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, e a oficina patrocinada pelo Conde dos Arcos, na Bahia – ambas controladas pelos censores da corte portuguesa.

Segundo o autor, a partir da Revolução do Porto, em 1820, a qual possuía caráter liberal e antiabsolutista, registra-se o fim da censura prévia em Portugal, o que possibilita, aqui no Brasil, o agir de elites regionais que estavam engajadas no sutil processo de emancipação do país com o apoio dos ingleses. Em 1821, a família real retorna a Portugal deixando por aqui o

príncipe regente D. Pedro I. Acelera-se o processo de independência do Brasil, o qual se concretizará em 1822. São fundados tipografias e jornais em Minas Gerais, Pará, Pernambuco e Maranhão justamente por serem os principais centros financeiros do país. Apesar de proclamada a independência brasileira, o cenário social e econômico do país permanecerá inalterado, ocasionando uma lenta expansão da imprensa⁴.

Durante o primeiro reinado, 1822 a 1831, não houve relevante dinamização em tipografias. O período foi marcado por significativa ausência de participação popular nas decisões políticas, econômicas e sociais, as quais eram tratadas no círculo da classe dominante – elite econômica e burocratas - não sendo, portanto, expressiva a atuação da imprensa. Em 1823, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil iniciou instaurou-se a fim de realizar a primeira constituição política do país. Entre as decisões da Constituinte estaria a separação dos três poderes, sendo o Executivo destinado ao Imperador garantindo a ele o direito de veto a qualquer projeto, inclusive à própria constituição. Os deputados, porém, propuseram que a figura de D. Pedro I fosse meramente ilustrativa.

O governo encontrava-se política e economicamente dividido, então, em facções: Os “bonifácios”, liderados por José Bonifácio, defendiam uma monarquia constitucional, o fim da escravidão e o desenvolvimento econômico que libertasse o país da dependência de capital estrangeiro. Os “portugueses absolutistas” mantinham-se a favor de uma monarquia absoluta que mantivesse as vantagens econômicas e sociais. Os “liberais federalistas” clamavam por uma monarquia figurativa aliada à continuidade da escravidão. O Imperador D. Pedro I identificava-se social, política e economicamente com os “bonifácios”. Uma vez que José Bonifácio emitiu decretos que eliminavam os privilégios dos lusitanos e sequestravam os bens, as mercadorias e os imóveis pertencentes aos que tivessem apoiado Portugal durante a independência brasileira, “os portugueses absolutistas” e os “liberais federalistas” decidiram por se aliarem por curto período, intentando permanecer com direitos políticos e econômicos já salvaguardados pelo regime monárquico português. Os poucos jornais que circulavam limitavam-se em defender as posições em conflito no país a um público-leitor elitista.

A imprensa passa a ter uma “função social explícita”, a partir da monarquia parlamentarista de D. Pedro II, atuando como veículo de expressão das classes dominantes. Manter-se como autoridade requer maior destreza política. Contava-se com a imprensa para

⁴ O último Estado brasileiro a registrar a existência da tipografia foi o Paraná, em 1854.

auxiliar no vínculo entre a elite e a chamada camada letrada, aqueles que teriam direito ao voto obrigatório, mas censitário: homens com mais de 25 anos e renda anual determinada. Cabia à imprensa também, segundo Marques de Melo (2006) “o duplo papel de arma de combate aos adversários políticos e de instrumento de pressão junto ao Estado para a obtenção de privilégios” (p. 82). Com o fim do regime escravagista, em 1888, e com a substituição do sistema monárquico pelo republicano, em 1889, novo cenário se configura no país.

Há a dinamização do comércio, o avanço da industrialização, o crescimento urbano e também a expansão das escolas públicas. Surge uma classe operária e há ampliação da chamada classe média. O governo republicano fortalece a autonomia das chamadas Províncias – hoje Estados. Some-se a isso a chegada de imigrantes europeus. A imprensa mantém-se em molde artesanal composto principalmente de publicações episódicas. Aumenta o número de jornais difamatórios e de opinião “criados e mantidos em função de movimentos políticos, oscilando de acordo com as flutuações dos seus proprietários no controle de aparelho burocrático do Estado (...) cujo objetivo maior é a participação política.” (MELO, 2006, p. 82).

A imprensa das duas primeiras décadas do século XX passa a ser recurso utilizado não apenas pelas classes dominantes, mas também por associações profissionais ou sindicatos em defesa daqueles colocados na posição de subalternidade – o operariado. Surge, no Brasil, o movimento anarcossindicalista, que utilizará a imprensa para a divulgação de uma política de contestação da ordem trabalhista. O chamado “sindicalismo revolucionário” - greves, boicotes e sabotagens - era pregado aos trabalhadores operários como forma de tentarem adquirir melhores condições em suas atividades laborais. Em 1922, cria-se no Brasil o Partido Comunista.

Isso refletirá, diretamente, no desenvolvimento das relações capitalistas no país, coincidindo com as primeiras empresas jornalísticas – aquelas que, além de informar, visavam ao lucro. Antes da Primeira Guerra Mundial, a venda de jornais dava-se principalmente de maneira avulsa e os periódicos não dependiam de publicidade para se manterem na praça. Após a guerra, ocorrerá no Brasil um surto de industrialização, o que ocasiona relevante avanço econômico e mudança no modelo de vida da sociedade - o rural (marca/resquício do Brasil colônia) cede lugar ao urbano. A mudança prossegue e chega à chamada Era Vargas, momento em que o país entra definitivamente no capitalismo.

Assim sendo, após a Primeira Guerra, o processo de produção afasta-se do artesanal e assume uma “estrutura operacional típica das empresas capitalistas” (MELO, 2006, p. 84).

Parque gráfico modernizado e equipamentos que agilizam a produção de jornais, revistas e livros são indicadores da expansão por que passa a imprensa nacional. A partir da década de 1930, após o jornalismo atingir, então, o formato das empresas capitalistas, passa a manter-se com a publicidade sem, no entanto, dispensar os subsídios estatais. Nesse período, uma imprensa opinativa continua a se desenvolver de modo a organizar os trabalhadores para a defesa dos interesses da classe.

Melo (2006) enfatiza ainda o quanto o jornalismo brasileiro tornou-se dependente do capital interno estatal. Os jornais mantinham bom relacionamento com o Estado pois almejavam receber verbas publicitárias estatais (o Estado era um grande anunciante). Além disso, os periódicos dependiam de favores do Estado, tais como cotas de papel e obtenção de empréstimos em bancos ou concessões para transação com capital estrangeiro, além de perdão de dívidas e isenções fiscais. Some-se a isso que “a partir de 1945, com a expansão da economia nacional, sob a égide do capital norte-americano, [o jornalismo brasileiro] adquire outra servidão (...) subordina-se também ao capital estrangeiro, que se torna o maior anunciante.” (MELO, 2006, p. 85).

Em 1946, com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas e com a instauração do governo democrático de Gaspar Dutra (1946 -1951), nova constituição foi elaborada para o país. O documento versava sobre a imprensa – estava proibida de se manter por intermédio de capital estrangeiro; deveria ser o que se chamava “nacional”. O artigo 160 da Constituição de 1946 estipulava que:

É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.

O dispositivo de lei era, entretanto, ineficiente uma vez que poderia ser lido sob a ótica da semântica da ambiguidade: compreendia-se como empresa jornalística aquela constituída em território nacional. A tentativa do dispositivo de lei era defender o caráter nacional das empresas jornalísticas, mas era propositalmente ineficaz. Ora, as administrações dos periódicos estavam cedidas a brasileiros natos, no entanto, eles dependiam da publicidade estrangeira para sobreviver. A libertação da nossa imprensa quanto às amarras ao capital externo estava longe

de ser fato. As agências estrangeiras de publicidade exerciam controle absoluto sobre a imprensa nacional. Se investiam, obviamente se imbuíam do direito de intrometer em nossos jornais procurando orientar o povo brasileiro conforme convinha a países capitalistas. Sodré (1966) menciona um estudo superficial divulgado, no ano de 1954, por uma conservadora revista de economia⁵ o qual apresentava o controle que as agências de publicidade exerciam sobre a formação de opinião nos jornais brasileiros. “A indústria e o comércio haviam gasto, através das agências de publicidade, em 1947, cerca de 750 milhões de cruzeiros, ascendendo para 3.500 milhões, em 1953” (SODRÉ, 1966, p. 465)⁶.

1.2 Jornal *Correio da Manhã*

Mas nem toda a nossa imprensa estava atrelada aos grilhões de recursos da terra do Tio Sam. O jornal *Correio da Manhã* ousa ser um diferencial. De acordo com dados da *Biblioteca Nacional Digital*⁷ foi este um dos periódicos mais respeitados do século XX, chegando à tiragem de 200 mil exemplares diários. Fundado por Edmundo Bittencourt, em 15 de junho de 1901, manteve-se ativo no país até 08 de julho de 1974. Desde sua primeira edição, possuía caráter independente e liberal, destacando-se como jornal de opinião por permitir autonomia crítica de escrita aos jornalistas que, por meio dele, manifestavam-se.

Além disso, aproximava-se das camadas menos favorecidas da sociedade opondo-se à intervenção do estado na vida pessoal dos brasileiros. Sodré, no livro *História da Imprensa no Brasil* (1966, p. 283 - 513), aborda aspectos desse periódico, ao qual ele se refere como “folha combativa e prestigiosa”, “órgão popular por excelência, folha de oposição, vibrante, escandalosa às vezes, veemente sempre”⁸ sendo seu mentor considerado jornalista de primeira linha de combate.

Foi nesse jornal, no ano de 1921, que Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues, exerceu função de redator político e, em 1922, de diretor. Esta época era de disputa presidencial entre Arthur Bernardes e Nilo Peçanha. Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais e São Paulo,

⁵ *O Observatório Econômico e Financeiro*, Rio, nº 221, julho de 1954.

⁶ O autor apresenta, nas páginas 465 e 466 uma lista de firmas citadas no estudo.

⁷ A Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) faz parte da Fundação Biblioteca Nacional. A BNDigital é uma plataforma digital do Governo Federal que disponibiliza mais de um milhão e quinhentos mil documentos de domínio público ou que tenham autorização de publicação do titular do direito autoral. Todas as edições do jornal *Correio da Manhã* estão disponibilizadas no site <http://www.bndigital.bn.gov.br>

⁸ SODRÉ, 1966, p. 349 e 398.

enquanto Peçanha tinha a favor de sua vitória os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. E na configuração desse contexto de rivalidade política, Mário Rodrigues exercerá papel de importante relevância. Aconteceria, nos anos de 1921 e 1922, o episódio das cartas falsas – Oldemar Lacerda e Pedro Burlamáqui tinham em mãos papéis com o timbre *Govêrno de Minas Gerais* (então disponíveis no gabinete de Arthur Bernardes); a caligrafia de Arthur Bernardes fora perfeitamente reproduzida nas cartas; o conteúdo das correspondências dirigidas ao ministro da Marinha, Raul Soares, era um ataque de Bernardes ao presidente dos anos de 1910 a 1914, Marechal Hermes da Fonseca. Segundo Sodré (1966), os falsários ofereceram as cartas a amigos e parentes de Hermes e ainda ao próprio governo de Minas. Em vão. Ninguém se interessava pelas correspondências. Oldemar Lacerda procurou então por Irineu Machado, senador pelo Distrito Federal (atual Rio de Janeiro) e favorável à candidatura de Peçanha. Após alegação grafológica (pseudografológica) que atestou a autenticidade das cartas, Oldemar Lacerda entregou-as a Mário Rodrigues, na presença de Irineu Machado, e, no dia 08 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publica o *fac-símile* de uma delas na capa do matutino⁹.

Agitava-se, assim, o cenário político brasileiro. O assunto principal de toda a imprensa nacional, de políticos e de juristas eram as cartas e sua suposta veracidade. Segundo consta no *Atlas Histórico do Brasil*¹⁰, disponibilizado *online* pela *Fundação Getúlio Vargas*, na primeira carta, datada de 03 de junho de 1921, o candidato à presidência, Arthur Bernardes, tratava o Marechal Hermes da Fonseca como “sargentão sem compostura” por oferecer uma festa a alguns militares, cerimônia classificada na carta como “orgia”. Imaginemos a reação dos militares. Em 15 de outubro, chegando ao Rio de Janeiro, para uma ocasião de ritual político da época, a leitura de sua plataforma de governo, Arthur Bernardes é recebido com extrema exaltação por aqueles que acompanharam seu trajeto até o local onde aconteceria um jantar protocolar.

⁹ Na ocasião, Edmundo Bittencourt estava em Águas de Lindoia, e seu filho Paulo encontrava-se em Paris. Raimundo Silva e o secretário Costa Rego respondiam, então, pelo jornal.

¹⁰ “*Atlas Histórico do Brasil* é resultado de uma ampla atualização e modernização do *Atlas Histórico. Brasil 500 anos*, publicado em 1998 em formato de fascículos encartados na revista *Isto É* e em CD *Rom*, de autoria de Bernardo Joffily. O Atlas abrange um longo período histórico, que vai desde antes do ‘descobrimento’ do Brasil até os dias atuais. Além do acervo histórico de CPDOC, levantaram-se dados no IBGE, no IPEA, na FUNAI e em outras instituições, visando à obtenção de elementos para enriquecer os dados, gráficos e mapas apresentados no *Atlas*.” (Disponível em <http://www.atlas.fgv.br/apresentação> Acesso em 06 de abril de 2017).

Articulava-se, assim, uma inédita campanha difamatória contra um político brasileiro. E a imprensa possuía relevante participação nessa injúria, com destaque ao periódico *Correio da Manhã*. Em novembro de 1921, o Clube Militar, composto pela alta oficialidade do Exército brasileiro, contrata uma comissão para exame pericial das cartas. Após a apresentação do resultado de investigação, em 28 de dezembro de 1921, o Clube Militar decide-se sobre a autenticidade das cartas. Por 493 votos contra 90, concluíram: eram verdadeiras. Apesar de verificado que os “T”s das cartas não estavam cortados e que Arthur Bernardes não os grafava assim, os militares alegaram não terem conseguido provas contundentes contra a autenticidade das cartas.

Em 01 de março de 1922, Arthur Bernardes elege-se presidente e em 24 deste mesmo mês, Oldemar Lacerda confessava o crime de falsificação. Assim, embora Arthur Bernardes tenha vencido o pleito eleitoral, o ex-presidente Epiácio Pessoa manda fechar o Clube Militar e prender o marechal Hermes da Fonseca. Revoltas populares aconteciam no Recife. Epiácio Pessoa convocara o Exército para contê-las, mas o Marechal Hermes da Fonseca posicionou-se contra e impediu que as tropas reprimissem o povo. O clima já não era de paz e o agravante virá com as cartas falsas divulgadas primeiro pelo *Correio da Manhã*, seguido por outros Periódicos, como o *Jornal do Povo*. Após uma prisão de algumas horas, os tenentes, incomodados com a situação e incitados pelo jornal *Correio da Manhã*, tomam o Forte de Copacabana. Decreta-se estado de sítio e, no dia 05 de julho, dezoito militares lutaram na calçada da Avenida Atlântica contra seiscentos soldados e ali morreram. O episódio ficou conhecido como Revolta dos 18 do Forte.

Em 1923, um artigo do editorialista Humberto de Campos é publicado pelo *Correio da Manhã* o que resultará, em 1924, na prisão de um ano para Mário Rodrigues. Após tornar-se diretor do jornal, em 1922, enveredou por oferecer resistência a Arthur Bernardes e a Epiácio Pessoa. O artigo de 1923 continha irônicas informações a respeito de um colar que a ex-primeira dama, Dona Mary, esposa de Epiácio Pessoa, ganhara de usineiros pernambucanos. Segundo o jornal, o “presentinho” seria dado em troca de Epiácio rever algumas restrições que ele mesmo impusera à exportação de açúcar daquela região, as quais estariam atravancando os lucros. Mesmo não sendo de autoria de Mário Rodrigues, o diretor assumiu a responsabilidade. A este artigo, juntou-se outro, efetivamente redigido por Mário Rodrigues, intitulado “Cinco de julho”, publicado em 05 de julho de 1924 (dois anos após a morte dos dezoito militares que lutaram na Revolta do Forte). Em “Cinco de Julho” Mário celebrava aos “Dezoito do Forte”.

Na mesma data, acontecia em São Paulo uma revolução militar contra Arthur Bernardes. O artigo foi entendido como incitação do *Correio da Manhã* à revolta em São Paulo. O jornal de Bittencourt foi então fechado de 31 de agosto de 1924 a 20 de maio de 1925 e Mário Rodrigues condenado. Após ter suas publicações liberadas, o jornal enfrentou censura prévia a todas as matérias que seriam levadas a público. Em 1926, Mário Rodrigues rompe com Bittencourt e funda o periódico *A Manhã*, jornal que circulará entre os anos de 1926 a 1929. Nas palavras de Sodré (1966) “matutino vibrante, versátil, bem paginado” (1966, p. 424). E, em 1929, Mário Rodrigues lança também *Crítica*, jornal que será empastelado em outubro de 1930 por ocasião da ditadura imposta por Vargas.

O *Correio da Manhã* passará por novo processo de censura por ocasião do golpe que iniciaria o chamado Estado Novo, em novembro de 1937. Encabeçado por Getúlio Vargas, a insurreição se configurava como nacionalista, autoritária e anticomunista; vigorará no Brasil até outubro de 1945. Na ocasião de instauração do Estado Novo, um censor se instalou na redação do jornal e as matérias só saíam publicadas dali após análise e aprovação, principalmente os textos de cunho político. Com a dificuldade do jornal em avançar pelo campo da política nacional, cedeu-se espaço, então, às notícias internacionais. Em 1939, por advento da Segunda Guerra Mundial, posicionava-se contrário a romper laços comerciais e econômicos com a Europa, inclusive com a Alemanha. O *Correio da Manhã* apregoava que o ideal seria o Brasil se manter neutro na guerra que se iniciava além-mar. Mas, um ano depois, via censura, o jornal passou a apresentar os interesses do governo.

O *Correio da Manhã* contribuirá de forma significativa para colocar fim ao Estado Novo, ao publicar, em 22 de fevereiro de 1945, uma entrevista do jornalista Carlos Lacerda a José Américo de Almeida. Nela, além da crítica ao regime ditatorial de Vargas, equiparando-o ao fascismo, expunha-se a necessidade de eleições. A partir da entrevista, novas manifestações de descontentamento com o governo varguista foram incitadas por outros órgãos de imprensa. Assim, mantendo-se coerente à postura oposicionista, o *Correio da Manhã* apoiará, em 1945, o brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República.

Em 1951, por ocasião da vitória eleitoral de Vargas, o *Correio da Manhã* questiona publicamente o resultado das urnas, mas termina por concordar. E quando, em 1954, Vargas suicida-se, o jornal opta por manter um tom mais ameno quanto a críticas ao presidente priorizando as características trágicas do evento, como por exemplo, a comoção popular diante

do ato de Vargas e a Carta Testamento deixada por ele, tratada como um documento nacionalista de grande apelo emocional (vale lembrar que muitos populares reagiram com violência contra periódicos de oposição ao governo).

Diante das eleições de 1955, o *Correio da Manhã* esboça preferência por nenhum dos candidatos – Juscelino Kubitschek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado. Apenas dois jornalistas, Edmundo Muniz e Álvaro Lins publicavam textos em apoio a Juscelino Kubitschek. Essa posição de neutralidade assumida pelo jornal pode ser entendida pelas transformações que ocorriam ao periódico – passavam de empresa artesanal de propriedade familiar a uma empresa moderna. Quanto a esse momento de transição, o jornalista Carlos Eduardo Leal explica que:

Verificava-se um conflito entre os pressupostos liberais da primeira fase, em que o jornal defendia a tese da democracia do mercado, e os novos princípios que acabavam de aparecer no cenário econômico brasileiro, como, por exemplo, o combate ao ingresso do capital estrangeiro. (LEAL, 2001, p. 1.630)

Acrescente-se ainda que o jornal ironizou a construção de Brasília, provavelmente temendo o esvaziamento político e econômico da cidade onde estavam sediados – o Rio de Janeiro. Isso também por se preocupar com a economia nacional o que levou o periódico a criticar severamente a política financeira do governo JK.

Em 1959 o *Correio da Manhã* passa a contar em definitivo com um caderno dedicado à cultura – o Segundo Caderno. Nesse mesmo ano há a atualização das oficinas do jornal com a troca da impressora Man pela da marca Hoe. Dessa forma, em 1962, o jornal começa a lançar a cores o caderno de quadrinhos dedicados ao público infanto-juvenil. A preocupação do jornal com fotografias e imagens coloridas estendia-se ao respeito com o público leitor. Nada de imagens chocantes, alarmantes, sensacionalistas e violentas.

Nas eleições de 1960, o periódico buscou novamente uma postura de neutralidade, mas não concordaram com a condecoração concedida por Jânio Quadros a Ernesto “Che” Guevara. Curioso é que, após criticar a renúncia de Jânio Quadros, o jornal posiciona-se em defesa da legitimidade de posse do novo presidente, João Goulart, mesmo repudiando-o por seu passado varguista. Por defenderem a posse de Jango criticada por setores militares e políticos nacionais, o *Correio da Manhã* terá uma de suas edições apreendida por ordem de um antigo jornalista da casa, atual governador do Estado da Guanabara – Carlos Lacerda. Durante o governo de João

Goulart, o *Correio da Manhã* assumiu a postura editorial mais conservadora de toda sua história justamente por temerem a instauração de um governo comunista no país.

Falece, em 02 de agosto de 1963, Paulo Bittencourt, que estava à frente do jornal desde a morte do pai, Edmundo Bittencourt, em outubro de 1943. Niomar Muniz Sodré Bittencourt, segunda esposa de Paulo, assume a direção. Nesse mesmo ano, o jornal passa por interessante reforma gráfica, que, inclusive, alcançará toda a imprensa carioca. As páginas do periódico exibem menos blocos de texto e, principalmente no Segundo Caderno, a mudança se fará em fotografias e em legendas mais críticas e instigantes. No entanto, essas transformações gráficas não serão aproveitadas pelos Bittencourt por muito tempo.

O periódico posicionara-se a favor do golpe militar na esperança de que o novo presidente escolhido pelos conspiradores, Humberto Castello Branco, instituisse novas eleições. Mas isso não aconteceu, os militares decidiram-se por permanecer no poder. Assim que percebeu a iminência de uma ditadura militar, o jornal lançou textos em oposição à política que se desenhava no país. Um bom exemplo foi o editorial “Terrorismo, não!” publicado em 03 de abril de 1964. Com a instauração do golpe militar de 1964, o *Correio da Manhã* novamente será alvo de represálias e censuras por parte do governo. Após o golpe de 1964, será o jornal que mais dá destaque às manifestações de rua contra os militares.

Desse modo, viveu uma fase gloriosa entre 1964-1965 precisamente por ser um baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas cometidas pelos militares contra os denominados “subversivos”. Mas contratempos começaram a surgir quando agências internacionais de publicidade passaram a boicotar as edições por intermédio de interventores representantes dessas agências. Tudo bem que o jornal se opusesse à ditadura militar, contanto que não ferisse os interesses americanos. Em dezembro de 1968, o jornal sofrerá um atentado à bomba. Em janeiro de 1969, a diretora do periódico, Niomar Sodré, junto aos jornalistas Osvaldo Peralva e Nelson Batista, devido ao Ato Institucional nº 5, será detida e o *Correio da Manhã* impedido de circular por cinco dias. Enquanto Niomar Sodré esteve à frente do periódico, mesmo em prisão domiciliar, o caráter contestatório e de denúncia da folha se manteve. Mas as verbas de anunciantes eram cada vez menores e o número de leitores também diminuía.

Em 1969, o jornal é arrendado pela *Editores Comunicações Sistemas Gráficos*, sob direção de Maurício Nunes de Alencar, simpatizante com o governo militar. O periódico sofre mudanças gráficas, como o aumento do número de páginas. O acordo de arrendamento feito

com Niomar Sodré não fora completamente cumprido. Os novos donos se comprometeram a liquidar um déficit de 4 milhões e 500 mil cruzeiros, além de um ordenado mensal de 50 mil cruzeiros à ex-proprietária. No ano de 1973, o *Correio da Manhã* esteve sob litígio. O jornal chegou a circular com uma tiragem de 03 mil exemplares em apenas 08 páginas. Por fim, o periódico acaba por sucumbir em 08 de julho de 1974 devendo salários a 182 funcionários.

1.3 Memórias de Nelson Rodrigues

É no *Correio da Manhã* que Nelson Rodrigues estrearia a coluna *Memórias* – objeto de pesquisa desta dissertação. Entre as 80 crônicas publicadas no periódico por Nelson Rodrigues, o autor escolheria 39 para o lançamento do livro *Memórias – a menina sem estrela* em 1967 pela editora do jornal *Correio da Manhã*. Apenas em 1993 as 80 crônicas foram reunidas em livro pela primeira vez, pela editora Companhia das Letras. Na ocasião, o livro recebeu o título *A menina sem estrela: memórias*. A edição de 2009, da Editora Agir, utilizada como referência aqui nesta dissertação, inclui ainda os outros 41 textos deixados de fora daquela de 1967. O livro mantém a formatação das crônicas da mesma maneira que eram publicadas no jornal - cada um dos parágrafos numerados, geralmente num total de 12 a 14 parágrafos. No jornal *Correio da Manhã*, as crônicas não recebiam título e nem numeração por ordem de lançamento¹¹. Quando editadas para o livro *Memórias – a menina sem estrela*, as crônicas serão intituladas como capítulos sequenciais de 1 a 80, divididas em Primeira e Segunda Partes. A primeira parte apresenta 39 das publicações e a segunda parte, as outras 41.

A afirmação de que Nelson Rodrigues era um autor e um jornalista respeitado por esse jornal pode ser comprovada a partir de análise referente à diagramação da coluna *Memórias* nas páginas do periódico. A coluna aparece nas páginas ímpares, no chamado, em jornalismo, “lado de fora”, aquele que ocupa uma parte de grande destaque do jornal, pois tende a ser o primeiro espaço visualizado na página. *Memórias* ocupa entre um terço e pouco mais da metade da página. Nos dias 15/04/1967 e 09/05/1967, as crônicas vieram acompanhadas por uma fotografia do autor, e, em 16, 22 e 23 de abril de 1967, foi encontrada propaganda sobre os textos da coluna *A vida como ela é...* (imagens 1, 2 e 3). Além disso, na data de 01/03/1967, após se ausentar da coluna por nove dias, Nelson Rodrigues é chamado à capa do jornal *Correio*

¹¹ O site da *Biblioteca Nacional Digital* disponibiliza virtualmente cada uma das edições de *Correio da Manhã*.

da Manhã. Lá, na lateral inferior direita os dizeres “*Memórias* de Nelson Rodrigues hoje no *Correio da Manhã*” grafados em cima de uma imagem com o rosto do autor (imagem 4).

O autor republicará 27 das 80 crônicas na edição de 1977 de *O Reacionário*; na edição de 1968 de *O óbvio ululante*, duas; e na edição de 1970 de *A cabra vadia* também duas - uma delas, a crônica número 46 será publicada em *A cabra vadia* (1970) e em *O Reacionário* (1977). Com os textos de *Confissões* publicados no jornal *O Globo*, entre os anos de 1967 a 1974, Nelson Rodrigues lança as obras *O óbvio ululante: as primeiras confissões* (1968), *A cabra vadia* (1970) e *O reacionário: memórias e confissões* (1977). Sobre as confissões, Ruy Castro (1992) na biografia *O anjo pornográfico* afirma que “deixaram rapidamente de ser uma continuação das *Memórias* para tornar-se uma zona de combate entre Nelson e o mundo em rápida transformação.” (CASTRO, p. 368). Nelson escrevia sobre sexo, amor, família, religião, teatro, política e, a partir dos textos em primeira pessoa de *O Globo*, assumia definitivamente a personalidade política de reacionário.

1.4 Continuação das *Memórias*: *Confissões* no jornal *O Globo*

As *Memórias* serão transferidas para o jornal *O Globo* em maio de 1967 e escritas até 1974. Nelson atribuirá à coluna o título *Confissões* e diferentemente do que acontecia no *Correio da Manhã*, serão acrescentados títulos a cada uma das crônicas escritas. Com publicações escolhidas de *O Globo*, Nelson Rodrigues lançará as obras *O óbvio ululante* (1968), *A cabra vadia* (1970) e *O reacionário* (1977), obra, inclusive, que constará também de crônicas escritas para o *Correio da Manhã*. (Tabela 1, p. 118 -120)

É visível uma mudança nas características do narrador que se apresenta ao público-leitor a partir dos textos de *Confissões*. Embora Nelson já tenha demonstrado uma identidade conservadora no *Correio da Manhã*, o narrador assumirá claramente ares políticos tradicionais. A crônica que inicia a obra *A cabra vadia* (1970), é intitulada “Ex-covarde”¹². No texto, Nelson Rodrigues relata uma conversa com o jornalista Marcello Soares de Moura. Moura começa perguntando a Nelson: “você que não escrevia sobre política, por que é que agora só escreve sobre política” (p. 13). E continua:

Nas suas peças não há uma só palavra sobre política. Nos seus romances, nos seus contos, nas suas crônicas, não há uma palavra sobre política. E de repente

¹² RODRIGUES, 2001, p. 13. Texto publicado em 14/01/1968 para o jornal *O Globo*.

you começa suas confissões. É um violino de uma corda só. Seu assunto é só política. Explica: - por quê? (p. 13)

Nelson responde assumindo-se um “ex-covarde”. Declara, na crônica, que, embora tenha passado muito tempo em silêncio quanto a assuntos políticos, conseguiu a coragem de se posicionar como reacionário. “É maravilhoso dizer tudo. Para mim é de um ridículo abjeto ter medo das Esquerdas, ou do Poder jovem, ou do poder Vermelho, ou de Mao Tse-Tung, ou de Guevara.” (RODRIGUES, 2001, p. 16).

O narrador das crônicas escritas para o jornal *O Globo*, vinculadas ao contexto histórico da ditadura militar, é um Nelson Rodrigues ideológica e politicamente situado – um nacionalista reacionário a favor da ditadura: “Retirem as forças armadas e começará o caos, o puro, irresponsável e obtuso caos.”¹³. Em uma das crônicas, por exemplo, aborda com alarde e com inconformismo a entrada da China na Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa publicação, datada de 18/11/1971, Nelson demonstra posicionamento político e também irônico já no título: “A chanchada histórica”¹⁴.

Esse mesmo narrador louvará o general Médici em diferentes passagens da coluna. Segundo Nelson, o militar era um entendedor de futebol, alguém que, por isso, compreendia a alma nacional. Na publicação do dia 25/05/1973, Nelson Rodrigues ovaciona Médici pela forma como entrou “serenamente” no Estádio Mário Filho para assistir a uma partida de futebol e por lá permaneceu “com seu perfil de selo, de moeda de cédula”¹⁵ – Nelson elogia o porte físico do presidente e também seu nome, vê na figura física e política do militar a esperança de que o país não se transforme em uma nação comunista: “Este soldado é de uma natureza simples e profunda. Está disposto a tudo para que não façam do Brasil o anti-Brasil. Seja como for, deixará este nome, para sempre: Emílio Garrastazu Médici”¹⁶.

1.5 A vida como ela é... (1951 a 1961)

¹³ RODRIGUES, 2008, p. 235, texto publicado em 28/01/1970.

¹⁴ RODRIGUES, 2008, p. 360-365.

¹⁵ RODRIGUES, 2008, p. 126 para ambas as citações.

¹⁶ RODRIGUES, 2008, p. 235.

O jornal *Correio da Manhã* não foi o primeiro periódico em que Nelson publicaria diariamente. Dezesseis anos antes, em 1951, o autor estrearia, no jornal *Última Hora*, sob direção de Samuel Wainer, com a coluna diária *A vida como ela é...*. A proposta do diretor era que Nelson tomasse um fato noticiado pelo jornal, fosse a história algo da atualidade, da seção policial ou de comportamento. Nos primeiros dias, Nelson agiu assim, mas não demorou para que sua imaginação criativa entrasse em cena. Começou a criar histórias, que, inicialmente, passavam-se longe da cidade do Rio de Janeiro (num acampamento de seringueiros no Acre, por exemplo). Quando o diretor soube que Nelson estava a narrar a realidade para além dos limites das notícias do jornal, já era tarde para retomar a proposta de focar no cotidiano noticiado aos leitores de *Última Hora*. A cidade já se rendera à coluna. Pelos bondes e lotações a cena se repetia: homens com o jornal *Última Hora* aberto na página de *A vida como ela é...*.

Só faltava agora que a coluna apresentasse mais os ares da cidade carioca. As histórias foram, então, adaptadas aos ambientes da zona norte. Os personagens se mantinham e se somavam – cunhadas, irmãs, canalhas, adúlteros, bêbados, sogras, sogros, maridos, esposas – na fala popular “heroínas” que davam mau exemplo. O clima era de traição e de tragédia. De amor e de paixão. Repartições públicas, praças da zona norte, casas de família e apartamentos alugados para encontros entre amantes. Tradições sociais. Crítica social. Todo o cotidiano comum da cidade nunca antes exposto com tamanha crueza, ali visível aos leitores. Nas palavras de Nelson Rodrigues “Todos acham ‘A vida como ela é...’ de uma imensa tristeza. Torno a esclarecer que essa coluna é assim mesmo, por natureza, por destino e, em última análise, por necessidade” (CASTRO, 1992, p. 238). Selminhas, Selenes, Glorinhas, donas e mais donas. Canalhas, bebida e futebol.

Por uma década, Nelson Rodrigues presenteou os leitores com as histórias de *A vida como ela é...*, publicadas até 1961, totalizando quase duas mil crônicas. Nesse mesmo ano, o próprio Nelson organizou uma antologia com cem crônicas para serem editadas em dois volumes pela Editora J.Ozon. A partir das propagandas divulgadas nas páginas do *Correio da Manhã* (imagens 1, 2 e 3) busquei a coluna *A vida como ela é...* publicada no *Jornal dos Sports*¹⁷ e localizei no site da *Biblioteca Nacional Digital* seis crônicas dessa coluna, sendo elas: “O pastelzinho” em 14/05/1967; “O primo” em 16/05/1967; “Uma senhora honesta” em

¹⁷ Diário carioca de notícias esportivas fundado em 1931 por Argemiro Bulcão e Ozéas Mota. Em 1936, o JS foi comprado por Roberto Marinho e Mário Filho ficando sob direção deste até sua morte em 1966. Teve sua publicação suspensa em 2010, sendo substituído pela página eletrônica <http://www.jsports.com.br>

18/05/1967; “O vadio” em 21/05/1967; “Mulheres” em 09/06/1967; “Um chefe de família” em 11/06/1967.

Em 1974, Nelson Rodrigues lançou, com histórias inéditas de *A vida como ela é...*, o livro que traz no título uma das máximas dessa literatura rodrigueana – *Elas gostam de apanhar*. Além disso, como já mencionado na introdução, no ano de 1996, a revista eletrônica, *Fantástico*, da Rede Globo de televisão, produziu quarenta crônicas da coluna em episódios de sete a dez minutos de duração.

1.6 Crônicas de esporte (1955 a 1959)

Além de *A vida como ela é...*, Nelson Rodrigues escreveu também crônicas esportivas. Nelson era torcedor fluminense e um frequentador assíduo do Estádio Mário Filho (Maracanã), inclusive, não se conformava com esse nome, Maracanã, afinal, o Estádio recebera o nome em homenagem a Mário Filho e assim deveria ser sempre chamado. Entre novembro de 1955 a maio de 1959, Nelson escreveu crônicas para a revista semanal *Manchete Esportiva*, da Bloch Editores, do Rio de Janeiro. Ao todo foram redigidas 156 crônicas, destacando-se em meio ao boxe, à natação e ao atletismo, a grande paixão nacional que se consolidava e ganhava campo, o futebol.

São essas as primeiras crônicas em que Nelson se apresenta na primeira pessoa. A série se divide em dois momentos: o primeiro, crônicas publicadas até julho de 1957, no qual Nelson analisa disputas esportivas a que assistiu, bem como fatos relacionados a elas, ou seja, traz à tona situações cotidianas dos campos de futebol e suas arquibancadas; o segundo momento surge a partir da introdução de “Meu personagem da semana”, apresentando a cada segunda-feira um personagem-tema retirado das disputas da última rodada. O dramaturgo, então, une, nas páginas da revista, futebol e teatro, bola e personagens. Nelson é considerado o primeiro autor a reconhecer a importância do futebol como símbolo que permitiria delinear uma identidade nacional, criando no povo a ideia de que possuem, por paridade, uma “alma nacional”.

Na quadragésima terceira crônica¹⁸ de *Memórias*, Nelson escreve sobre ter se sentido humilhado por ser cronista de futebol. Sonhava com o grande texto, a grande obra. Confessa-

¹⁸ RODRIGUES, 2009, p. 229; C.M. 22707, 15/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

se um pedinte. Mendigava pela grande crítica aos seus textos, mas ela não vinha. O contexto literário da crônica é da primeira peça teatral rodrigueana – *A mulher sem pecado* (1940). E o dramaturgo lembra-se de que ia, de porta em porta, de crítico em crítico, com “um pires à mão” (p. 230), à espera de um elogio às suas linhas. Até que finalmente o jornalista e dramaturgo Henrique Pongetti concebe à composição de Nelson a seguinte nota jornalística - “É uma peça universal.” (p. 231). Assim, Pongetti categorizou *A mulher sem pecado* (1940). Assim, Nelson envereda pelos caminhos do teatro. Continuará no esporte, mas agora sabe que poderia ser o que sonhara aos doze anos, “bom, péssimo, medíocre ou formidável, mas escritor.” (pag. 233).

Na quadragésima segunda crônica¹⁹, o narrador nos apresenta a um Nelson pós *A mulher sem pecado* (1940), aquele que quase se perdeu em meio aos elogios de críticos, poetas e autores. Ao lermos as palavras de Nelson nessa crônica, é possível subentender que, para ele, sua identidade literária se encontra pousada, essencial e orgulhosamente, no narrador de *O teatro desagradável*²⁰. Enquanto ansiava por críticas positivas, ele alega que “Eu, a minha obra, o meu sofrimento, a minha visão do amor e da morte. Tudo, tudo passou para um plano secundário ou nulo.” (p. 228). O pires continuava insistentemente em suas mãos a rogar por uma “doação” em forma de críticas nas páginas de jornais. O pires fez com que “os que me admiravam” (p. 228) se tornassem “irresistíveis co-autores” (p. 228).

Esses “co-autores fatais” (p. 322) entrarão em cena novamente, na sexagésima segunda crônica²¹, por ocasião da primeira encenação de *Vestido de noiva* (1943). Entre os espectadores, Carlos Drummond de Andrade. “Formidável” (p. 322). Assim Drummond se refere à peça quando interpelado por Nelson na saída do teatro. No dia posterior, os jornais estampavam “Nelson Rodrigues”. As semanas passam e um desconforto confesso surge no dramaturgo - não conseguia redigir uma segunda peça. Pensava em seus co-autores, “era um deserto ocupado pelos bandeiras, álvaros, pompeus, borbas, prudentes.” (p. 322). Imagino, por um instante, o homem sentado à máquina se questionando se suas linhas agradariam a Bandeira, a Drummond, a Gilberto Freyre. E, dessa forma, questiona-se “Mas e eu? E eu?” (p. 322). E quanto à sua identidade, e quanto ao caráter provocador e atrevido do menino da Rua Alegre, vencedor do

¹⁹ RODRIGUES, 2009, p. 224; C.M. 22705, 14/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

²⁰ Título que por si só aponta a direção da crítica de Nelson Rodrigues a sua própria dramaturgia. Assim ele anuncia ao público leitor: “Peçam tudo, menos que eu renuncie às atrocidades habituais dos meus dramas. Considero legítimo unir elementos atroz, fétidos, hediondos ou o que seja, numa composição estética” (p. 13, in *Revista Folhetim*, nº 7, mai-ago 2000). O artigo foi lançado no primeiro número da Revista Dionysos, editada pelo Serviço Nacional de Teatro em outubro de 1949.

²¹ RODRIGUES, 2009, p. 320; C.M. 22727, 10/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

concurso de redações escolares aos oito anos de idade com uma história de adultério entre vizinhos?

Em uma reflexão metalinguística, confessa-nos que, assim que percebeu o que lhe acontecia, assim que se viu consciente de que ele, escritor, era muitos e quase não era mais ele mesmo, o autor-abjeto começou a “destruir, com feroz humildade, todas as admirações do caminho” (p. 228). Sim, numa espécie de suicídio literário, numa “tentativa de solidão” (p. 323) Nelson Rodrigues dramaturgo se entrega a narrativas que talvez causassem incômodo, alarde e asco na plateia, que ora assistia a tudo absorta e silenciosamente perplexa, ora manifestava-se ofensiva e verbalmente por meio de palavrões. Mas alcançaria, mesmo que por caminhos de repressão e censura, críticas estampadas em jornais. E, ao final da crônica 62, com orgulho de si mesmo, ante ao elogio alheio, afirma – “não me degradei, eis a verdade, não me degradei.” (p. 323).

Ainda na crônica 42, o narrador-autor-espectador volta em reminiscência ao dia 09 de dezembro 1942, data da estreia de *A mulher sem pecado*, para relatar aquela que ele considera “uma das minhas experiências mais dramáticas” (p. 225). Ao final da peça, quando o protagonista levanta-se da cadeira de rodas e revela à plateia não ser paraplégico, uma mulher sentada na primeira fila, inconformada e surpresa com a revelação, solta em alta voz um palavrão que, segundo Nelson, “ocupou todo o espaço acústico do teatro”. (p. 225). Aí está também o elogio a que Nelson tanto buscou. Para nosso narrador, a atitude da mulher coroava o momento com uma “graça plena” (p. 225). Nelson, apesar de se dizer perplexo com a atitude da senhora, optou por concluir que “só a admiração pornográfica é válida”. (p. 226). E assim, iniciava-se, no imaginário popular e culto, a imagem de um Nelson Rodrigues autor e sujeito “agarrado às abjeções mais tenebrosas” (p. 226); espalhava-se no ar do país o som do palavrão proferido daquela primeira fila, numa espécie de eco a embalar e a alimentar a glória e a censura ao teatro rodrigueano, que apenas se iniciara.

1.7 Suzana Flag

Apesar da grande repercussão de *Vestido de noiva* (1943), Nelson Rodrigues não ascendia em aspectos financeiros – continuava com os bolsos consideravelmente vazios. Ganhava mal. Mas em fevereiro de 1944 a situação estava prestes a mudar. Entrará em cena o primeiro folhetim rodrigueano. Freddy Chateaubriand dos *Diários Associados* propõe a Nelson a direção

de duas revistas – *O Guri* e *Detetive*. O salário? Incríveis 5 contos de réis, quase sete vezes mais do que Nelson recebia em *O Globo Juvenil* pela criação dos balões para quadrinhos.

Aceitou a proposta e passou ao fictício trabalho de diretor de redação. Fictício porque não chegou a realizar de fato essa função. Quem dirigia era Freddy Chateaubriand. Nelson se ocupava com títulos de histórias e seus resumos nos sumários, além de criar chamadas para as capas das revistas. Pouco tempo depois de integrar a equipe de *O Guri* e *Detetive*, Nelson soube que Freddy Chateaubriand pretendia adquirir um folhetim americano ou francês para *O Jornal* (um dos periódicos dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand). *O Jornal* estava em crise, vendendo cerca de 3 mil exemplares por dia. Um folhetim poderia ser a solução. E Nelson se propõe a redigi-lo. Mas uma condição Freddy Chateaubriand impôs a Nelson – os seis primeiros capítulos deveriam ser apresentados de uma vez só para aprovação. Nelson não se opôs. Precisavam agora de um nome à coluna e de um pseudônimo, pois Nelson não queria assinar um folhetim, era o autor “sério” de *Vestido de Noiva*, ainda em destaque. Nelson escolheu o nome, Suzana, e Freddy Chateaubriand o sobrenome – Flag.

Nascia assim o folhetim *Meu destino é pecar* (1944). Destinado a um público feminino, os 38 capítulos lançados narravam a história de Leninha, casada com Paulo para salvar a família da falência financeira. Após se casarem, Leninha muda-se para a fazenda da família e lá se depara com um ambiente marcado pela memória da primeira mulher de Paulo. A protagonista se apaixona pelo irmão de Paulo, Maurício, que se encaminha diariamente a uma casa na floresta para visitar uma mulher misteriosa. Em meio a drama, mistério e paixão, com cerca de 420 linhas por dia, ocupando uma página inteira do jornal, o folhetim elevou a venda de *O Jornal* e a renda de Nelson Rodrigues. Em 1952, sob a direção de Manoel Peluffo, *Meu destino é pecar* passa às telas do cinema e em 1984, à televisão em minissérie homônima de 35 capítulos escrita por Euclides Marinho e dirigida por Denise Saraceni e Ademar Guerra, exibida no horário das 22 horas na Rede Globo.

Em 1948 Suzana Flag desaparece e retorna às páginas do jornal *Última Hora*, entre junho e setembro de 1951, com o folhetim *O homem proibido*. Na história, uma jovem chamada Joyce, após o suicídio da mãe e o abandono do pai, passa a morar com a irmã. No entanto, com o aparecimento de um jovem médico, a relação entre as irmãs torna-se conflituosa. Além dos folhetins *Meu destino é pecar* (1944) e *O homem proibido* (1951), as colunas escritas por Suzana Flag originaram os romances *Escravas do amor* (1944), *Núpcias de fogo* (1948) e

Minha vida (1946) sendo este último um romance autobiográfico criado por Nelson Rodrigues para essa escritora imaginária que se tornou celebridade nacional.

Em 2014, a jornalista Juliana Rodrigues de Almeida, orientada pelo professor Dr. Alberto Ferreira da Rocha Junior, apresentou ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João Del-Rei a dissertação intitulada “Marlene Dietrich de suspensórios: as estratégias narrativas de Nelson Rodrigues no romance autobiográfico *Minha Vida* de Suzana Flag”. Essa pesquisa acadêmica investigou os métodos narrativos presentes nas linhas de *Minha vida* (1946) a fim de apontar para uma aproximação entre os traços autobiográficos utilizados por Nelson Rodrigues tanto nos textos de memórias e confissões redigidos por ele em primeira pessoa quanto sob o pseudônimo de Suzana Flag.

1.8 O texto pelo texto

A coluna *Memórias* é um espaço literário em que o narrador-personagem-jornalista refletirá, por aproximação entre passado e presente, sobre o ofício de jornalista e o próprio jornalismo. No passado, o jornalismo literário; no presente, os “idiotas da objetividade” (p. 308). Se antes o jornal deveria povoar o imaginário social com arranjos metafóricos, hiperbólicos e auditivos, agora se prestava à clareza, à concisão e à pontualidade textual. No passado, não importava o fato em si, mas a maneira como a este se atribuiria significação. A ficção habitava as páginas dos periódicos. No presente da narrativa, a aridez. Para Nelson Rodrigues o abismo existente entre a velha e a nova imprensa encontra-se justamente na linguagem.

Na septuagésima primeira crônica²², ao voltar aos seus 13 anos de idade, à primeira estada num jornal, na função de repórter de polícia, confessa que sua preocupação maior era com as metáforas. Sentiu-se, nessa idade, pela primeira vez como um escritor ao redigir as linhas sobre uma mulher que assassinara o marido. O motivo desse sentimento estava justamente na linguagem que perambulava por sua mente ao imaginar como redigir as notas ao jornal. Nelson não via “dessemelhança entre literatura e jornalismo” (p. 367). Na redação, “imaginei a criminosa, dentro da tarde, sonhando com o crime. No horizonte o sol morria numa ‘apoteose

²² RODRIGUES, 2009, p. 366; C.M. 22736, 20/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

de sangue'. A imagem me pareceu autoral. E não parei mais." (p. 368). Não cessou de permitir que uma linha tênue, quase invisível entre realidade e ficção permeasse seus escritos.

Na crônica 71, o narrador reflete sobre como a imprensa do passado e a imprensa do presente noticiam a morte²³. Na imprensa do passado, Nelson lançava mão de adjetivos com confessa "tara estilística" (p. 367). No presente, os jornais não se prostram mais diante de "adjetivos ululantes" (p. 367). Nessa publicação, Nelson, por um caminho metalinguístico, estabelece uma analogia entre duas manchetes: uma delas de 1908 e a outra de 1967. O assunto de ambas era assassinato. O enfoque de Nelson: a linguagem – aquela que para ele seria "o abismo entre a velha imprensa e a nova" (p. 365). O primeiro pano de fundo para a memória rodrigueana é a Biblioteca Nacional, lugar onde Nelson teria ido para repassar jornais da época (um pesquisador?) e lera sobre o assassinato cometido contra o rei de Portugal, D. Carlos I e seu filho, o príncipe Luís Felipe. Os assassinos abordaram a carruagem real e atiraram à queima-roupa. A forma de narrar essa manchete impressionou Nelson – "diante da catástrofe, a primeira medida da velha imprensa era cair nos braços do adjetivo ululante" (p. 366). No presente da narrativa o exemplo nos é dado com a morte de Kennedy. Conforme aponta o narrador, os jornais noticiaram o fato "sem nada conceder à emoção, ao espanto, ao horror. O acontecimento foi castrado emocionalmente" (p. 366).

Mas nosso narrador não se dobrará à "casta objetividade" (p. 366) e, como crítico escritor observador resistente a mudanças, trará às *Memórias* a figura da atualidade das redações, o *copy desk*, ser imune a sentimentos, ao horror, à emoção e a exclamações – diante de nós, então, pelas mãos rodrigueanas, encontra-se simbolizado o mais puro deserto discursivo. Nelson alega só ter ciência de um lapso cometido pela imprensa da objetividade. Ainda na crônica 71, narra uma passagem em que o Papa visitou o Brasil – "Contando a chegada do papa, o *copy desk* admitia que o sol estava 'radioso'" (p. 366). E com o típico humor rodrigueano continua – "o fato é tão escandaloso que, por um momento, roçou-me o espírito a seguinte e desprimorosa suspeita: - estaria bêbado o *copy desk* ao fazer tal concessão ao papa, ao sol e ao vocabulário?" (p. 366). O adjetivo assustara ao homem que se confessa ter sido "um autor correndo, ofegante, atrás das metáforas mais desvairadas." (p. 367).

Para Nelson Rodrigues, um exímio padrão de cronista faz-se representado na pessoa de Mário Filho, aquele que, inclusive, seria um divisor de águas entre o antigo cronista e o novo

²³ Apesar de a morte ser o assunto principal do segundo capítulo, julguei pertinente mencionar a crônica 71 aqui no primeiro capítulo por perceber que nela, com o recurso da metalinguagem, evidencia-se a forma como a velha e a nova imprensa redigem notícias, e a morte apresenta-se como exemplo à reflexão do narrador.

cronista, especificamente o cronista esportivo. Antes de Mário, a crônica esportiva não existia e o antigo cronista era um “tipo alto patético” (p. 371) que quando sorria “mostrava uma antologia de focos dentários” (p.371). Segundo Nelson, no passado era comum que os cronistas recebessem um lanche pelo texto redigido e estes se agarravam aos biscoitos e sanduíches com extremo desespero de faminto. A aridez no passado não era de palavras, mas de ordenado e remuneração aos cronistas.

E, como Nelson escreve na septuagésima segunda crônica²⁴, a partir de uma entrevista cedida pelo ex-goleiro do fluminense Marcos Mendonça a Mário Filho no “cafezinho com os entrevistados”²⁵, a profissão de cronista passa a existir oficialmente no Brasil. O ex-goleiro acabara de anunciar sua volta aos campos. A entrevista é marcada por uma linguagem nova, simples, próxima à língua falada nas ruas e nas arquibancadas de futebol. A ocasião é entendida por Nelson como uma Semana de Arte Moderna – rompia-se com as velhas amarras impostas aos jornalistas esportivos, as quais os submetiam a um lugar de menor relevância – informalidade, falta de remuneração e de prestígio social. Com isso imaginamos o porquê de Nelson envergonhar-se de sua ocupação como jornalista esportivo. Mário Filho rompia com a linguagem formal que distanciava texto e público leitor. E Nelson, o irmão devoto, conclui a respeito de Mário Filho – “era um maravilhoso escritor” (p. 373).

Com as crônicas policiais de sua adolescência, Nelson confessa ter conhecido “todas as danças do homem e da mulher (é forte dizer ‘todas’, mas vá lá)” (p. 312). Narra, na sexagésima crônica²⁶, que, em seus primeiros anos como repórter de polícia, passou a interessá-lo, com bastante curiosidade, os motivos que levavam uma mulher a trair o marido. Algumas esposas traíam por vingança, outras apenas para passar o tempo ou por estarem entediadas dentro de um mundo cotidiano. Havia também aquelas que se atreviam a trair por dinheiro e por pura curiosidade erótica. Uma parcela pequena, bem “seletíssima” (p. 312), cometia adultério por amor. Este será um elemento que marcará as narrativas de memória de Nelson Rodrigues: o amor. Por amor justificam-se infidelidades; por amor justificam-se assassinatos; por amor justificam-se suicídios; por amor, o perdão, a lágrima, os pactos de morte. E, no entanto, o mesmo amor que justifica, o mesmo amor que concede ao homem a coragem de se

²⁴ RODRIGUES, 2009, p. 369; C.M. 22737, 21/05/1967, p. 19, Segundo Caderno.

²⁵ A entrevista ocorreu no ano de 1927. O cafezinho com os entrevistados tratava-se de uma série de entrevistas dirigidas por Mário Filho no Café Nice, local de encontro entre jornalistas, torcedores, jogadores e compositores musicais como Noel Rosa. (HOLLANDA, 2003, p. 91).

²⁶ RODRIGUES, 2009, p. 310; C.M. 22725, 07/05/1967, p. 39, Quinto Caderno.

deixar matar, “ofende, agride” (p. 312). Por fim, o narrador experiente divide com o público-leitor aquilo que teria aprendido “lidando com o sangue e excremento da crônica policial: o marido enganado perdoa muito menos o adultério por amor” (p. 313). Vá lá que se traia por sexo, vício ou costume. Mas por amor não. Para um marido, essa situação é inaceitável.

Na septuagésima quinta crônica²⁷, Nelson refletirá sobre essa imprensa de seus 13 anos de idade. Para ele, “não raro fétida, mas romântica” (p.385), o chamado “jornalismo subdesenvolvido” (p. 385), aquele em que os profissionais eram mal remunerados ou eram jornalistas por vocação, mas não recebiam dinheiro em troca. Motivo de alegria e orgulho era apanhar no caixa um vale para comer ou beber. Na imprensa atual, o jornalista desloca-se entre continentes para realizar uma entrevista. No passado, o outro continente só era acessível ao diretor do jornal. O narrador conta, assim, uma memória do presente. Cruzou, em um corredor de redação, com Cláudio Mello e Souza extremamente apressado. Ao ser questionado sobre o que o atordoava, respondeu a Nelson Rodrigues que ia ali, a Roma. Fora escalado para uma importante entrevista. E tudo seria pago pelo jornal. Na visão de Nelson, uma situação dessa não ocorreria na imprensa antiga. Na atual, esbanja-se dinheiro. No passado, comemoravam o café com leite e pão comprados no bar da esquina com o vale modesto recebido. Pode ser até que ao invés de ordenados, levassem para casa jogos de xícaras e pires, pratos, copos, liquidificadores, relógios de parede²⁸.

Surge, então, um personagem da imprensa antiga, aquele que em troca de brindes deixava nas redações para serem publicadas notas e textos - um redator tão doce quanto cáldo, como lembrado por Nelson, ao dividir com o público, um jornalista do passado, uma incógnita ao nosso narrador – um revisor de textos com quem Nelson trabalhara. Enquanto os revisores andavam humilhados e maltrapilhos, o rapaz destacava-se por sua beleza, pelo bigode bem aparado e por seus modos discretos. Suas vestimentas e cosméticos não podiam ser explicados pelo ordenado que recebia. Mas estava ali, impecável, e se revelaria como o que Nelson chamou de “canalha nº 3” (p. 386)²⁹. Isso porque, em uma partida de futebol, após o revisor comer dez frangos, pediu aos amigos do jornal, ao final da partida, que lhe batassem na cara como forma

²⁷ RODRIGUES, 2009, p. 384; C.M. 22740, 25/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

²⁸ Nelson trabalhava no periódico *Última Hora* à época em que o jornal de Samuel Wainer se posicionou contra Getúlio Vargas em seu último mandato. O jornal entra em séria crise financeira pois perdera anunciantes e leitores devido à campanha de manipulação orquestrada por Carlos Lacerda na tentativa de que o periódico falisse. Assim, os que ali trabalhavam não recebiam salário. Passavam na sessão de concursos e retiravam como pagamento bandejas, cinzeiros, colchões, relógios. Essa situação é lembrada por Nelson na crônica 17 (RODRIGUES, 2009, p. 99; C.M. 22681, 15/03/1967, p. 17, Segundo Caderno).

²⁹ Crônica 75 - referência na página 36.

de punição por fazer o time perder. E, no próximo jogo, foi avisado “Se papar algum frango, já sabe: - depois do jogo, tu levas outra surra.” (p. 388). Para a surpresa, o homem implorou para apanhar antes, apanhar de uma vez, por que adiar a surra para depois da partida? Os outros, sem entender, um a um começaram a socar-lhe a cara. Como que inebriado e satisfeito pela surra, o revisor entrou em campo de cabeça erguida e não deixou passar nenhuma bola, agarrou todas. Estava ali o canalha nº 3, aquele que gostava de apanhar. O que haveria nas entrelinhas dessa história testemunhada por Nelson? Por que o autor trata o homem vaidoso, que pediu para apanhar, como um “perfeito, irretocável canalha” (p. 388).

Nas *Memórias* de Nelson Rodrigues, o profissional de imprensa do presente da narrativa exerce com bastante destreza o papel de datilógrafo, mas é indiscutivelmente um “péssimo jornalista” (p. 221). Em analogia com esse homem do presente da imprensa, Nelson traz à cena o pai, Mário Rodrigues, na quadragésima primeira crônica³⁰, exposto como “o maior jornalista brasileiro de todos os tempos.” (p. 220). Não apenas por ser um homem de paixões extremas, de dedicação ao trabalho, de certezas inabaláveis da responsabilidade que carregava em mãos como homem das letras, dos discursos, da imprensa, aquele que dominava palavras de modo a usá-las como ataque ou como defesa. Mário Rodrigues era um escritor de metáforas e de papel e pena. À memória do narrador, o pai surge como jornalista sentado à mesa preenchendo “tiras e tiras de papel almaço” (p. 221). E não interessava que o assunto fosse uma disputa política ou um simples “cano furado”. Mário Rodrigues era ira, paixão e povo.

Nelson conta, ao final da crônica 41, um episódio lembrado em uma mesa de bar, em conversa informal com Carlos Lacerda. Mário Rodrigues, já residente na cidade do Rio de Janeiro, escrevia linhas e linhas de ódio contra o governador de Pernambuco, Sérgio Loreto. O acontecido se passa em 1925. O governador carregava fama de mandar matar os seus opositores. Nelson, adolescente, temia que o político ordenasse capangas para darem fim à vida de seu pai. De repente, de Pernambuco, chega a pergunta – “Quanto você quer?” para se silenciar nas páginas do jornal? Não precisaria escrever nada a favor do governador, bastava que não fosse contra. Mário pediu uma quantia a que Nelson se refere nas crônicas como “astronômica” (p. 222). Recebeu. Deveria se calar.

No dia seguinte, *A Manhã* trazia uma manchete, com clima de comemoração. Nas páginas do jornal, estampado o escândalo. Mário Rodrigues denunciava o suborno e ainda informava

³⁰ RODRIGUES, 2009, p. 219; C.M. 22705, 13/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

que distribuiria todo dinheiro, “até o último tostão, entre os pobres do Rio de Janeiro” (p. 222). A cena da distribuição do dinheiro ganho com a tentativa de suborno Nelson denominou “pátio de milagres” (p. 223). Os presentes, “uma população de mutilados, de entrevados, de cancerosos.” (p. 222), todos olhavam com admiração para o homem que surgia da sacada do jornal. Lá de cima, de repente, inicia-se uma chuva de dinheiro. “Dá, vai dando” – ordenava Mário Rodrigues. E ao cair da noite, Mário prepara-se para ir embora. Vai entrar no carro. Nesse instante, Nelson filho testemunha um homem com o olho em chaga agachar-se e beijar a mão de seu pai. Ali, em sua frente, algo que, segundo o nosso narrador, mudaria seu interior, o “beijo ferido” (p. 223), justamente a expressão de gratidão que, como o próprio Nelson alega, permite a ele acreditar mais em si mesmo e “nos outros” (p. 223).

Um jornalista como Mário Rodrigues passa a ser parte da composição da imprensa do passado, aquela que, assim como Mário, está morta, mas viva a povoar o imaginário e as lembranças afetivas do/em nosso narrador, um jornalista à moda antiga, resistente ao tempo e aos manuais de como redigir um bom texto jornalístico. Um homem que opta por não se isentar, pelo contrário, por mais que tenha buscado em seus textos de *A vida como ela é...* e em sua dramaturgia do absurdo cometer um suposto aniquilamento literário contra si mesmo, não poderia escapar ao lugar de relevância jornalística e literária reservado ao indivíduo que atordoou a sociedade carioca do passado e a sociedade brasileira desde sempre.

Curiosamente, o autor Nelson Rodrigues, ao reeditar 26 das 80 crônicas originalmente publicadas em *Correio da Manhã*, atribuirá título a 23 delas. A fim de dinamizar uma ilustração acerca das crônicas, segue, das páginas 119 a 121, um quadro em que são apresentados o número da crônica pela ordem cronológica de publicação em *Correio da Manhã*, acompanhado da data. Em seguida apresento o título concedido à crônica por ocasião de sua republicação e em qual livro Nelson Rodrigues reeditará o texto. Por fim, discorro sobre o assunto principal da crônica. (Tabela 1, p. 118 -120).

Foi criado também um quadro em que é apresentado o mapeamento geral das 80 crônicas rodrigueanas para o *Correio da Manhã*. (Tabela 2, p. 121-122).

CAPÍTULO II. MORTE EM MEMÓRIAS

*Cada vez que eu me despeço de uma
pessoa, pode ser que essa pessoa esteja
me vendo pela última vez. A morte, surda,
caminha ao meu lado, e eu não sei em que
esquina ela vai me beijar*

Raul Seixas

Nelson Rodrigues possui um extenso referencial temático sobre a morte. Mortes da família, suicídios, a descoberta - na infância - da falência física humana, acidentes, morte por e em nome do amor, morte de figuras públicas e de anônimos – um corpo estendido no asfalto, iluminado por uma luz de vela capaz de trazer calor, leveza e questionamentos ao narrador sobre os porquês deste objeto simbólico; mortes em massa causadas por epidemias, mortes por enfermidades – sejam elas coletivas ou individuais; enfim, um cronista confesso de amor e admiração pela morte.

O narrador das crônicas retorna, em reminiscência, aos velórios e às mortes nas vizinhanças de sua meninice, até às tragédias familiares e reflete sobre a presença da morte em ambientes de doença, como a clínica para tratamento de tuberculosos em Campos do Jordão, Sanatorinho, e o leito de morte do pai, Mário Rodrigues. Como exímio espectador-testemunha, Nelson Rodrigues descreve lamentações e fisionomias durante vigílias fúnebres de que participou. E tudo começa num passado distante do presente da narrativa – na segunda década do século XX. Assim nos relata o narrador:

Eis a verdade: a partir dos seis, sete anos, não perdia uma enterro de vizinho. Pequenino e cabeçudo como um anão de Velásquez, metia-me no velório; e ficava, de longe, espiando o morto, enquanto ardia no alto, a chama tão fiel e tão compadecida dos círios (p. 361).

Assim, nosso narrador rememora, na septuagésima crônica³¹, a fidelidade com que comparecia aos eventos fúnebres na vizinhança de seu passado. Era ali um menino curioso. Observador. O moleque de “calças curtas” participava do espetáculo iluminado, à espécie de holofotes, por círios. Na plateia, em fase de descoberta, Nelson Rodrigues criança.

No dia 19/02/1967, domingo, Nelson Rodrigues publica sua 4ª crônica na coluna *Memórias*. E, nessa mesma data, uma grande tragédia irrompe sobre a família Rodrigues. O fim de semana era de fortes chuvas sobre o Rio de Janeiro. No Bairro das Laranjeiras, zona sul da cidade, o desabamento do edifício 581, da Rua Belisário Távora, leva a óbito o irmão de Nelson

³¹ RODRIGUES, 2009, p. 359; C.M. 22735, 19/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

Rodrigues, o jornalista de *O Globo*, Paulo Rodrigues, aos 45 anos de idade. Junto dele, morrem a esposa Maria Natália Rodrigues, os filhos Ana Maria e Paulo Roberto e a sogra de Paulo, Dona Maria Natália, aniversariante na ocasião. No sábado, dia 18/02/1967, a água da tempestade escoou para debaixo do prédio e lentamente cavou um buraco. Ninguém percebeu. No domingo, a construção veio abaixo. A chuva forte de sábado impediu que familiares e amigos chegassem até a residência de Paulo Rodrigues para comemorar a data especial de Dona Maria Natália. A cidade estava toda alagada. Nelson Rodrigues, em casa, assistia à televisão com a esposa Elza, conforme registra em *Memórias*.

Por conta da tragédia, a coluna *Memórias* fica suspensa até 01/03/1967. Nesta data, Nelson Rodrigues retorna às publicações diárias no *Correio da Manhã*³². Curiosamente não narrará de imediato aos leitores o acontecido com Paulo Rodrigues e família. Segundo o narrador, o texto publicado em 01/03/1967 já estava redigido no sábado da tempestade, à véspera do desabamento, e, ao relê-lo, sentiu nas linhas escritas uma espécie de profecia. O motivo? Nelson Rodrigues relata na tal crônica um episódio em que vai ao cinema, justamente por indicação de Paulo Rodrigues, assistir a um filme em que há um curioso e “genial velório” (p. 39) – expressão usada por Paulo como nos conta Nelson. Na cena, a mãe aos gritos se debruça sobre o corpo do filho no caixão e beija-lhe o dedo do pé, a sola, o calcanhar, as canelas. Essa passagem é o gatilho que deflagra em nosso narrador um processo de volta ao passado, como ele mesmo escreve “um movimento proustiano” (p. 40). Memória sensitiva.

Põe-se, então, na sequência, a nos contar sobre os velórios do passado, aqueles dos seus 06, 07 anos de idade, menino da Rua Alegre. O personagem principal dessas ocasiões fúnebres, lá pelos fins da segunda década do século XX, era de fato o defunto, como esclarece Nelson. Todas as atenções, conversas, lágrimas, risos e homenagens eram dirigidos ao morto, que jazia pousado em pétreo encenação de costumes. Ora trajava ternos, ora uma gravata borboleta concorria para o tom garboso do protagonista da cerimônia. Na décima segunda crônica³³, Nelson Rodrigues ironicamente adjetivará o morto como “narcisista” por estar sempre “solene, hierático, como um mordomo de filme policial inglês.” (p. 75). Nesse “Rio dos lampiões, dos bondes e dos enterros residenciais” (p. 75) o narrador conta o inusitado episódio do velório de um pastor protestante “do meu bairro” (p. 75). Nelson, com a cordialidade esperada por parte de um vizinho àquela época, achou por bem cumprimentar a viúva. Um bêbado que passava

³² Crônica 5 – referência na p. 12.

³³ RODRIGUES, 2009, p. 74; C.M. 22676, 09/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

pela rua entra junto de Nelson na casa da família onde ocorria o velório. E se instaura no ambiente uma cena de desconforto e inconveniência social – o bebum caiu na gargalhada ao se deparar com a gravatinha borboleta do defunto. Nesse ponto da narrativa, entra em cena o Nelson Rodrigues do jornalismo criativo e ficcional. A gargalhada, como narrada na história, espalha-se pelo bairro, desperta todos os animais que dormiam, inclusive “faunos e vampiros” (p. 75). O único a não se incomodar com o gesto imoral do bêbado foi o morto, que continuava “incomovível” em sua “correção atroz de mordomo de filme policial” (p. 75).

O velório ocorria no interior das casas, ambiente particular e íntimo do morto – “naquele tempo, o sujeito era velado, chorado e florido no próprio ambiente residencial. Tudo era familiar e solidário: os móveis, os jarros, as toalhas e até as moscas” (p. 40). Com leve dose do típico sarcasmo rodrigueano vemos até nos insetos o aconchego do espaço que em solidariedade compunha a vigília ao finado. Todo esse cenário pode ser lido como aquilo que para Nelson Rodrigues é fundamental diante da morte – a reverência e a tradição.

O conservadorismo pretensioso e latente de Nelson Rodrigues aparece em sua crítica aos enterros do presente da narrativa, quando, propositalmente, comparados aos enterros do passado. O momento fúnebre pretérito era um peculiar espetáculo social. A morte é para o narrador uma entidade a quem se deve pleno e absoluto respeito. E, no passado, isso havia, conforme é narrado na quinta crônica³⁴ - “o enterro atravessava toda a cidade. Milhares de pessoas, no caminho, tiravam o chapéu. Ninguém mais cumprimentado do que o defunto [protagonista-narcisista], qualquer defunto” (p. 40). Figuras anônimas ou públicas – todos eram chorados, velados e reverenciados. Enterros e velórios compunham a cultura social.

Mas, o que existia no passado e deixou de ser adereço essencial na elaboração fúnebre do presente da narrativa? “Tínhamos o chapéu” (p. 40). Para o narrador seria a ausência do chapéu um forte motivo para a falta de cortesia à morte no presente da narrativa. Ele afirma: “Sei que nosso tempo não valoriza a morte e a respeita cada vez menos. Por vários motivos e mais este: falta-nos o instrumento da reverência, que é o chapéu.” (p. 40). É esse o nosso narrador – um homem que se atenta aos componentes do cenário de forma a criar o ambiente adequado em que seja possível a demonstração de respeito à morte. Ainda que esse respeito seja representado por um objeto simples, mas de grande significação e simbolismo – o chapéu. Surge então, diante de nós, delineado, o cenário típico de um ato fúnebre da primeira metade do século passado.

³⁴ Crônica 5 – referência na p. 12.

Seria possível, então, refletir sobre a morte como entidade idealizada no imaginário do nosso narrador?

Talvez. Acredito ser justamente pelo viés romântico que nos será narrada a morte – aquela que salva o homem de si mesmo, da sociedade e dos males que o afligem. Por três textos sequenciais, as crônicas 57, 58 e 59³⁵, o narrador voltará ao passado – 1925³⁶, ano em que entrou pela primeira vez em uma redação de jornal como jornalista, segundo narrado nas crônicas. Aos 13 anos de idade inicia-se como repórter de polícia no jornal do pai Mário Rodrigues, *A Manhã*. Nas três narrativas citadas anteriormente, Nelson Rodrigues conta algo que declarada e obsessivamente o fascinava: o pacto de morte. Mais à frente me ocuparei da explanação dos muitos suicídios. Agora me interessam as considerações do nosso narrador diante de um cenário de suicídio testemunhado no início de sua carreira jornalística.

Eis o fato: um casal de enamorados combina de se matar, cada um em sua própria casa. Falaram-se ao telefone. Desligaram. A menina tranca-se no quarto. Não havia motivos aparentes para o suicídio. As famílias não eram contrárias à união dos dois jovens apaixonados. Ele se mata envenenado enquanto ela sai do quarto correndo pela casa - ateara fogo às vestes. A equipe de *A Manhã* é chamada para cobrir esse caso de morte pactual. Nelson se lembra de que já da esquina ouviam-se os gritos da mãe, das irmãs e também das vizinhas. No espaço urbano do imaginário rodrigueano, na zona norte carioca, “os mortos são muito mais chorados” (p. 298). Quando chegou à casa da menina morta, Nelson Rodrigues, jovem jornalista, deparou-se com “mulheres rolando por cima umas das outras aos ataques” (p. 299). De repente, nosso incipiente repórter percebeu na varanda um canário preso em uma gaiola. Confessa, então, que mais tarde, ao redigir as notas para serem publicadas no jornal, decide que seria poético convidar o passarinho a participar mais ativamente da tragédia – coloca a ave em um piar de morte unida aos gritos da menina em chamas, a correr de casa para o fundo do quintal onde foi morrer “e negra” (p. 299). O canarinho, na gaiola,

(...) cantando como um louco. E era um canto áspero, irado, como se o canarinho estivesse entendendo o martírio da dona. Quase matei o canário.

³⁵ Respectivamente:

RODRIGUES, 2009, p. 296; C.M. 22722, 04/05/1967, p. 17, Segundo Caderno;

RODRIGUES, 2009, p. 301; C.M. 22723, 05/05/1967, p. 17, Segundo Caderno;

RODRIGUES, 2009, p. 305; C.M. 22724, 06/05/1967, p. 17, Segundo Caderno.

³⁶Consta em uma Cronologia, ao final do livro *Memórias – a menina sem estrelas* (2009), que Nelson Rodrigues iniciou-se como repórter de polícia no ano de 1927. Nas crônicas, Nelson narrador escreve que sua carreira como repórter começou quando ele tinha 13 anos. Fato é que, se Nelson Rodrigues nasceu em 1912, há um desacordo na data colocada ao final do livro. Ele teria se iniciado no jornalismo no ano de 1925.

(...) Mas como matá-lo se a rua inteira ia vê-lo, feliz, vivíssimo, cantando como nunca, na sua irresponsabilidade radiante. (p. 307).

E prossegue em sua confissão sobre ter romantizado a cena da morte. Relata-nos a repercussão da reportagem e, com uma espécie de vaidade, admite seu sarcasmo quando em contato com leitores. Para ele interessava agradar ao “brasileiro” aquele que, aparentemente, sob a ótica do narrador, é um povo apreciador de grandes tragédias. E que sejam dadas a elas um fundo musical a embalar o sofrimento. Assim nos conta:

E foi um sucesso no dia seguinte. Lembro-me de que me perguntaram muito: - ‘Quem escreveu a história do passarinho?’ ‘Mas aquilo foi verdade mesmo?’ Respondia cínico: - ‘Claro!’ O brasileiro gosta do horror (...) a partir de então não fazia um incêndio sem lhe acrescentar um passarinho. Sim, um passarinho que morria cantando e repito: - que emudecia morrendo. (p. 307).

Não há pudor em confessar a nós, muitos anos depois de redigidas as primeiras notas jornalísticas, em *A Manhã*, o caráter ficcional. O narrador não se incomoda das invenções literárias à reportagem de polícia. Na verdade, afirma que agiu assim justamente por se sentir bastante seguro de si mesmo enquanto redator. Permitia-se a liberdade criativa fomentada por suas leituras de outros periódicos. Nelson era um observador dos fatos e das palavras. Era leitor do jornal *A Noite*, periódico com forte influência no imaginário popular carioca. E a época era a do jornalismo literário, aquele que valorizava a notícia em seu cunho artisticamente criativo. Importava às notas que o canarinho cantasse.

Mas voltemos aos cortejos lúgubres em *Memórias*. O tempo da narrativa desses cortejos é extenso – da segunda década do século XX até o final dos anos 1960. No passado – enterros com soluços, choros, ataques convulsivos, “velórios esganiçados” (p. 41), no espaço urbano da infância e da adolescência do narrador – o antigo bairro de Aldeia Campista. No presente? “Graças à capelinha, a dor tem uma disciplina, uma polidez, uma cerimônia prodigiosa” (p. 41). O aconchego da casa familiar traz o morto para perto daqueles que o velam, concede a ele espaço no laço afetivo da família, dos amigos, dos vizinhos. A casa da família permite significação afetiva a esse momento de dor, como se humanizasse a morte de modo a aquecer a angústia da perda, e a particularizar o morto. A capelinha faz a morte tornar-se fria, comum, universal em aspectos de padecimento; sistematiza a morte, torna a dor pungente em algo regrado, polido, sóbrio e coletivo – ali não há identidade, não há proteção ou abrigo à agonia dos que velam e de quem é velado.

Ter assistido a um velório no cinema é, para o narrador, algo profético que antecedeu a tragédia com Paulo Rodrigues. Nelson nos apresenta a morte como anterior a si mesma. Para ele a morte “começa muito antes, é toda uma luminosa e paciente elaboração.” (p. 44). Nas crônicas de *Memórias*, essa elaboração se mostrará por acontecimentos compreendidos como proféticos – sejam eles um velório nas telas do cinema ou um olhar mais terno lançado por aquele que vai morrer, mas só percebido no exercício de rememoração daquele que vive. Se possuíssemos maior sensibilidade em nossa convivência cotidiana, como afirma o narrador, poderíamos notar pelas feições e maneiras aqueles que estão perto de nós e que morrerão no futuro próximo. Mas não somos capazes de tal feito. Segundo Nelson Rodrigues, antes da morte há paz, há consentimento e condescendência; o homem no pré-morte é levado a agir de maneira mais sóbria e sábia. E assim se encontra o imaginário social: enxergamos sinais, que antecederiam o momento do fim, no entanto, isso ocorre, ironicamente, depois que a morte se consumou.

Em nosso narrador a morte despertava o medo apenas de perder o pai, a mãe ou um dos irmãos. Preferia pensar no próprio fim a se imaginar perdendo um dos seus. Assim, Nelson confessa na vigésima quarta crônica³⁷: “Eis o que me fascina no menino que fui: - o pequenino suicida. E acho lindo ainda hoje esse amor pela morte que lateja no fundo de minha infância.” (p. 134). Ele afirma, na vigésima nona crônica³⁸, que não tememos de fato nossa própria morte. Buscamos-la no cotidiano com vícios, riscos, imprudências. “O cigarro que se fuma, ou a cerveja que se bebe, o que exprime senão a vontade de autodestruição?” (p. 160). O narrador confessa que dos 30 aos 35 anos pensou na morte e a desejou diariamente. Mas não uma morte vil, humilhante, natural. Algo que fosse grandioso, digno de capas de jornais e de ser assunto entre os vizinhos e os amigos. Um fim que comovesse a “unanimidade”, a massa de brasileiros leitores de jornais. Quando mergulhamos no universo temático das mortes rodrigueanas de *Memórias*, podemos presumir que haveria de ser um falecimento com feições teatrais, trágicas, digno de uma primeira página dos maiores periódicos do país.

E então voltemos ao dia 02/03/1967. Nessa data, Nelson Rodrigues se ocupou em narrar a tragédia ocorrida com Paulo Rodrigues e família. Essa sexta crônica³⁹, quando republicada em *O Reacionário* (1977), receberá o título de “Paulo Rodrigues”. Serão incluídos, na edição

³⁷ RODRIGUES, 2009, p. 133; C.M. 22687, 23/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

³⁸ RODRIGUES, 2009, p. 158; C.M. 22693, 30/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

³⁹ RODRIGUES, 2009, p. 43; C.M. 22670, 02/03/1967, p. 25, Segundo Caderno.

de 1977, dois parágrafos – o 5º e o 6º - sendo que neste último o narrador afirma - “Enquanto eu me divertia com as chuvas, Paulinho estava morrendo. Pois algo de mim também foi sepultado em lama, pedra e vento. Não pensem que não morri também.” (p. 171).

Curioso é que nosso narrador-repórter não se deterá em detalhes sobre a tragédia com o irmão, mas no contexto desse acontecimento fatídico. Relata-nos que em sua casa o telefone tocou, Elza, sua esposa, atende e diz a ele que estava em conversa com “papai” (p. 45). Elza adia ao máximo dar a notícia do desabamento a Nelson. Só toca no assunto após a certeza de que Paulo Rodrigues estava em um hospital. Assim, partem, de hospital em hospital, em busca de Paulo, mas ele não foi encontrado. Na verdade, seu corpo só seria retirado dos escombros dois dias após a tragédia. E, durante a espera pelo corpo, o Nelson narrador nos conta que “Eu o imaginei vivo, por um milagre, vivo” (p. 46). E com isso, com essa memória, confessa-nos o incômodo sentido ao pensar no irmão vivo diante da família morta. Como sobreviveria sem o amor da esposa e dos filhos? Sem a presença da sogra? De certo “não tardaria a raiar para ele ou a estrela dos loucos ou a estrela dos suicidas” (p. 46).

Assim, a crônica passa diretamente ao velório. Não aos corpos chorados, mas sim ao ódio que Nelson admite ter sentido enquanto aguardava a chegada dos cinco caixões. O motivo para isso? O bar da capela. Sim. O bar da capela. Lugar do tilintar de xícaras e de pires. Não de um romântico e empático pássaro que pia. O som ali era de vida cotidiana. E como poderia ser a vida tão rotineira, em seus cafezinhos e mais cafezinhos, se, no andar em cima do bar, famílias velavam e pranteavam seus mortos? O barulho do serviço de balcão seria um desrespeito à morte, uma afronta à dor e à reverência, as quais participam da construção da morte no imaginário do narrador.

Há, no 9º parágrafo da crônica 06, uma reflexão pessoal do narrador que trago aqui como sábio conselho dado a nós, leitores. Ele se encontrava parado diante de cinco caixões. Pensava no irmão. Velava uma parte da família Rodrigues. Assim, dirige-se a nós, no presente da narrativa, para refletir que,

Não se deve adiar uma palavra, um sorriso, um olhar, uma carícia. E como me doía não ter dito a ele tudo, não ter feito as confissões extremas. Eu percebia, ali, que nós olhamos tão pouco as pessoas amadas. Quantas palavras calei com pudor de ser meigo, vergonha de parecer piegas? Agora mesmo eu não chorava como queria (p. 46).

Na septuagésima segunda crônica⁴⁰, ao homenagear Mário Filho, Nelson retomará a mesma imagem de arrependimento ante a um familiar morto. O pesar em nosso narrador é por não ter dito aos irmãos tudo que deveria, inclusive confessará novamente o medo de ser meigo, ainda com o irmão Mário em vida, preferindo se calar a ser piegas. A vida de fato é, como prega o clichê, “um sopro”. A morte, um paradoxo de certeza e de surpresa. A crônica 06 não é um espaço literário para a exaltação do óbito, mas sim um elogio àquele que partiu. Nelson Rodrigues se ocupará de oferecer a nós um Paulo Rodrigues jornalista de detalhes, dos “fatos miúdos, quase imperceptíveis” (p. 47), o homem da escrita com um “apelo encantado” (p. 47). Os mortos da família, Nelson Rodrigues se preocupará em alçá-los a um lugar de destaque profissional, destaque como filho, como marido, como pai, como irmão, como pessoa que está, por laços sanguíneos e emotivos, ligada ao nosso narrador irmão, filho e cunhado. Por fim, nos afirma que “ninguém é mais importante, para nós, do que os mortos esculpidos na memória da família” (p. 48).

Na sétima crônica⁴¹, Nelson ainda narra a perda do irmão Paulo Rodrigues, Paulinho, como ele escreve. Os parágrafos 07 e 08 desse texto publicado originalmente em *Correio da Manhã* são aqueles que serão acrescidos na crônica “Paulo Rodrigues” na edição de 1977 de *O Reacionário*. O narrador assume para nós o papel de filho e menciona que a família optou por não contar a tragédia à mãe, Maria Esther Falcão, e que esta não perguntou pelo filho, pelos netos ou pela nora. A ausência física dispensava palavras de afirmação da morte àquela senhora marcada por tragédias familiares. A tradição dos Rodrigues era que todos os dias os filhos passassem na casa da mãe para fazer-lhe uma visita. Nelson conta que dias depois da tragédia com Paulo, a mãe, num de repente, sussura em casa que quer vestir-se de preto. Não é possível afirmar (e nem há aqui essa pretensão) quantos dias depois da tragédia se passa essa cena, pois Nelson só nos deixa uma pista temporal - “só outro dia, é que de repente suspirou” (p. 50). Uma das irmãs de Nelson responde: -“Mas vestido preto é triste, mamãe” (p.50). E assim, segundo nosso narrador, “Ninguém entendeu aquela nostalgia do luto. E foi só.” (p. 50). A mãe silenciou-se.

“E foi só”. Retomo aqui esse trecho, dando a ele um tom de melancolia. Melancolia pela mãe que perdeu o filho, melancolia do nosso narrador diante de um recorte de jornal com uma crônica redigida por Drummond a respeito da tragédia das Laranjeiras. Nelson Rodrigues

⁴⁰ Crônica 71 - Referência na p. 33.

⁴¹ RODRIGUES, 2009, p. 49; C.M. 22671, 03/03/1967, p. 15, Segundo Caderno;

ressalta, com inconformismo, os poucos espaço e palavras do escritor mineiro ao amigo Paulo. Caberia a ele, poeta, a tarefa de, por meio de palavras, homenagear Paulo Rodrigues, mas Drummond não o faz. Assim, fica registrado nas *Memórias* que “Drummond pinça uma frase, e não mais, sobre os cinco corpos cravados na pedra” (p. 53). Para o nosso narrador aquele que morre é digno de demonstrações de amor e de afeto. Não agir assim é não reverenciar o homem indivíduo particular. Abster-se a homenagens póstumas é ser emocionalmente seco com “toda a aridez de três desertos.” (p. 53), é negligenciar social e publicamente o ser da afetividade.

Na segunda-feira depois das chuvas, enquanto ainda procuravam por Paulo em meio aos escombros, foi ao ar mais um programa *Noite de Gala*⁴². O problema é que não editaram o programa; não retiraram a entrevista de Nelson ao governador Negrão de Lima e nem ao menos esclareceram ao público que se tratava de um videotape gravado antes das chuvas. Assim, ainda na crônica 07, Nelson desabafa quanto à preocupação sentida a respeito do que pensariam dele. No ar em um programa de televisão enquanto o irmão encontrava-se soterrado? “Ninguém entendia que eu, em plena tragédia, fosse para o vídeo dizer piadas” (p. 51). E ele só se dará conta desse inconveniente cometido pela TV, ao ser cumprimentado, na terça-feira pela manhã, segundo narra, por uma de suas vizinhas de Ipanema, D. Odete.

Vizinhas, vizinhos – elementos que compõem o espaço urbano no imaginário do nosso narrador. Interpelado pela senhora, enquanto caminhava na rua, pensou que receberia ali os pêsames - algo de que ele gostaria de poder escapar, mas que, ao mesmo tempo, despertava nele um desejo por sentir a compaixão alheia. Na verdade, o que D. Odete queria era, sarcasticamente, cumprimentá-lo pela entrevista com Negrão de Lima. Escrevo “sarcasticamente”, pois a pista textual deixada a nós pelo narrador refere-se à atitude da vizinha como algo que ela tenha realizado “com certa satisfação” (p. 51).

Instala-se em Nelson o incômodo e ele passa a repetir “como o réu de toda uma cidade (...) ‘gravei antes das chuvas!’” (p. 51). Até que, de repente, para e reflete: o que importava se falavam dele? O que mudaria na tragédia se a cidade o enxergasse como um irmão displicente? “A estação não datou o programa? Melhor. (...) O que importa é sofrer, apenas isso, sofrer” (p. 51). A angústia que Nelson experimentava não poderia ser diminuída por conta de uma

⁴² Programa de entretenimento, com duração de uma hora e meia, exibido pela *Rede Globo* na década de 1960. Nele, Nelson Rodrigues, manteve, entre 1966 e 1967, um quadro de entrevistas chamado “A cabra vadia”, exibido às segundas-feiras, às 20 horas. No esquete, Nelson entrevistava um convidado diante de uma cabra e de um monte de capim. Nelson atribuía ao animal a função de ser a única testemunha das confissões dos entrevistados dando a eles maior liberdade para se expressarem.

preocupação com o que a cidade haveria de pensar sobre ele. Por fim, no parágrafo seis da crônica revela a nós, leitores, que “não importa a minha inocência. O que importa é que Paulinho morreu e que minha mãe queria pôr um vestido preto.” (p. 51).

A família já havia enfrentado uma grande tragédia 37 anos antes, em dezembro de 1929 – a morte do irmão de Nelson, Roberto Rodrigues. Em confesso caso de atuação da memória, Nelson Rodrigues escreve, na vigésima segunda crônica⁴³, que “De vez em quando, antes de dormir, começo a me lembrar. Vinte e seis de dezembro de 1929. E as coisas tomam uma nitidez desesperadora. Eu estou em relação física, direta com Roberto, os outros, os móveis.” (p. 125). A data refere-se ao assassinato de Roberto Rodrigues. Nelson tinha na época 17 anos de idade⁴⁴.

No início do século passado, a instituição matrimonial era considerada indissolúvel, como ainda acontece se a tomarmos sob certas concepções religiosas, como o cristianismo. A Bíblia cristã só autoriza o divórcio em casos extremos, como, por exemplo, o adultério. Aconteceria em 1929 um desquite na capital carioca, fato importante e merecedor de uma matéria de capa para o jornal *Crítica* – este fundado pelo patriarca da família Rodrigues, Mário Rodrigues, em 21 de novembro de 1928. Roberto Rodrigues, irmão de Nelson Rodrigues, era desenhista de *Crítica*. Em 26 de dezembro, *Crítica* divulgou a seguinte manchete: “Entra hoje em juízo nesta capital um rumoroso pedido de desquite”⁴⁵ (imagem 5). Tratava-se da separação do médico João Thibau Junior e da atriz e escritora Silvia Serafim Thibau, filha de Augusto Serafim, auxiliar do sanitarista Oswaldo Cruz. O casal pertencia à elite carioca.

O problema maior da matéria de *Crítica* estaria em seu *corpus*. Nele divulgavam-se informações sobre o “rumoroso” desquite respaldadas nas conversas de uma sociedade elitista, que colocava como pivô da separação o médico radiologista Dr. Manuel Abreu⁴⁶. Com relação a Sylvia Thibau, o jornal informava que “todos os depoimentos que nos foram prestados são comprometedores da honra da escritora” (CASTRO, 1992, p. 85). A matéria do jornal esclarecia que a senhora fora seduzida pelo médico, de quem era também paciente. De acordo com *Crítica*, o caso extraconjugal dos dois corria bem até que o Dr. Abreu sentiu-se incomodado com pelos

⁴³ RODRIGUES, 2009, p. 123; C.M. 22686, 21/03/1967, p. 21, Segundo Caderno.

⁴⁴ Na lista de tabelas, páginas 119 a 121, tabela 1, foram discriminadas as crônicas em que Nelson Rodrigues registrará suas memórias sobre a tragédia acontecida com Roberto Rodrigues, seguidas de seus títulos específicos quando reeditadas para a edição de 1977 de *O Reacionário*.

⁴⁵ *Crítica*, ano 2, Rio de Janeiro, edição 346, 26/12/1929, matéria de capa.

⁴⁶ Manuel Abreu foi o inventor da abreugrafia – método responsável por tirar pequenas chapas dos pulmões auxiliando no diagnóstico precoce e no tratamento de tuberculose a partir de 1936. O médico foi indicado três vezes ao Prêmio Nobel.

das pernas de Sylvia Thibau, e, numa tentativa de amenizar o desconforto visual, acabou queimando a amante com uma aplicação de raios-X.

Sylvia Thibau requereu de *Crítica* que não publicasse detalhes de sua vida particular. Encontrou-se com a equipe do jornal, no dia 25 de dezembro, acompanhada do amigo Figueiredo Pimentel II, secretário de *O Jornal*, (um dos periódicos que compunha os *Diários Associados*), e solicitou que a matéria não fosse divulgada. Na ocasião em que foi ao periódico fazer esse pedido, os jornalistas perceberam que Sylvia Thibau usava ataduras nas pernas. Para *Crítica* não restaram dúvidas quanto à traição e a matéria foi lançada. Além do mais, o encontro entre Sylvia Thibau e *Crítica* se deu após as 21 horas e a edição do fatídico dia 26 de dezembro já estava fechada. Uma matéria desse teor, em uma época em que a sociedade era pautada em regras morais de “bons costumes”, não haveria de ser bem aceita. Como agravante para a publicação, estampado na capa, um desenho feito por Roberto Rodrigues em que se via uma mulher com ataduras nas pernas sendo acariciada por um médico. Na crônica 22 da coluna *Memórias*, Nelson Rodrigues assim narra o momento da tragédia:

São duas da tarde ou pouco menos. É a redação da *Crítica* na Rua do Carmo. (...) Estamos eu, Roberto, o chofer Sebastião (...) o detetive Garcia. (...) Ouço a voz perguntando, cordial, quase doce: ‘- Dr. Mário Rodrigues está?’ Não ocorreu a nenhum de nós a mais leve, tênue, longínqua suspeita de nada. (...) O chofer Sebastião respondeu: ‘- Dr. Mário Rodrigues não está.’ Nova pergunta: ‘- E Mário Rodrigues Filho está?’. ‘Também não.’ Continua, perfeita, irretocável, a naturalidade de maneiras e de tudo. Vejo os passos que vão até a sala da frente. É empurrada a porta de vaivém. Ninguém lá. Os passos voltam. A voz pede: ‘- O senhor podia me dar um momento de atenção?’ Roberto está do outro lado da mesa, sentado. Ergue-se: ‘- Pois não.’ Enquanto ele faz a volta, passando por mim e por Sebastião, os passos vão na frente, entram pela porta de vaivém. Roberto entra, em seguida. Ele tinha 23 anos. Era pai de duas crianças. Sua mulher estava grávida. Enquanto Roberto caminhava pela sala, eu me dirigia para a escada. Ia ao café. (...) Lá dentro não houve tempo para uma única palavra. Roberto levou o tiro ao entrar. Parei com o estampido. E veio, quase ao mesmo tempo, o grito. Não apenas o grito do ferido, mas o grito de quem morre. Não era a dor, era a morte. Ele sabia que ia morrer, eu também sabia. (...) Nunca mais me libertei do seu grito. Foi o espanto de ver e de ouvir, foi esse espanto que os outros não sentiram na carne e na alma (pp. 125 a 127).

Nelson Rodrigues, ao escrever poeticamente que o grito do irmão foi como o de quem morre, oferece ao público uma narração impregnada de emoções sensoriais. O homem que não viu a cena do tiro, mas ouviu o grito do irmão, conservou na lembrança “o espanto de ver e ouvir” (p. 127) aquilo que de fato não testemunhou: o momento em que a assassina puxa o gatilho contra Roberto Rodrigues. Na crônica 22, ainda *in memoriam* de Roberto Rodrigues,

Nelson torna a apontar a morte como anterior a si mesma. Outra vez os sinais eram proféticos: Roberto, segundo o narrador, sempre se pareceu um suicida, pois, nas caricaturas que desenhava, repetia-se a presença de enforcados e de assassinados. A questão é que Roberto colocava seu próprio rosto estampado nessas imagens (imagem 6). Ele era, nas ilustrações, a vítima. Nesse ponto, o narrador alega que Roberto ensaiava a morte trágica. Mais uma vez, assim como aconteceu com a cena do velório no cinema antecedendo o dramático fim de Paulo Rodrigues, a morte, para o narrador das crônicas, se anunciara antes de se concretizar.

Nelson nos presenteia com uma declaração alegando que no caso dele (enquanto no papel social de escritor/dramaturgo) a arte imita a vida – não seria o que era, o seu teatro não seria como é se o dramaturgo não houvesse sentido “na carne e na alma” (p. 124) a morte de Roberto. A família quase foi destruída. Dois meses depois, o pai falece, a mãe à beira da loucura, os irmãos “uivavam de desespero e ódio” (p. 125). Mas o narrador traz para si o privilégio de ser o que mais sofreria, pois guardara na memória o que testemunhou. “E só eu, um dia, hei de morrer abraçado ao grito do meu irmão Roberto” (p. 127). Apenas ele. Ouvira tudo. Ouviram tudo. Vira apenas parte. Viram apenas parte. Mas apenas ele carregará consigo para o túmulo aquela memória. Não importava que houvesse outros presentes. Somente ele ocupava, ali, o papel de irmão, de ente querido, naquela tarde de 26 de dezembro.

Na crônica anterior, a vigésima primeira⁴⁷, Nelson Rodrigues já iniciara as lembranças da morte do irmão. Ressalto que ele não o faz contando de início o crime. Repete a mesma postura adotada antes na narração da tragédia com Paulo Rodrigues. Tudo começa para o narrador no velório de Roberto. Abre-se a tampa do caixão para o último adeus; o pai a beijar a face do filho morto promete vingança. O que vem à tona para o narrador-irmão-filho de 1967 são as lágrimas do pai e suas feições durante a madrugada em que Roberto foi velado. E nesse exercício de memória, o Nelson Rodrigues, rapaz de 17 anos, regressa à infância. Então papai também chora? A certeza da dor do pai e a vergonha por tê-lo assim, em lágrimas, diante dos amigos e dos vizinhos, tomaram Nelson Rodrigues criança. Via o pai chorar pela primeira vez. A ocasião era a morte da irmã Dorinha, falecida ainda bebê. Misturam-se, na crônica 21, as mortes dos irmãos Dorinha e Roberto.

Os rostos, as atitudes daqueles que velavam Roberto, com ênfase ao semblante e às maneiras do pai, marcam a lembrança de Nelson. Assim ele expõe: “tenho comigo todas as sucessivas caras do meu pai na noite do velório. Alta madrugada, ele dizia para minha mãe: ‘-

⁴⁷ RODRIGUES, 2009, p. 119; C.M. 22685, 19/03/1967, p. 39, Segundo Caderno.

Estou com sono. Meu filho morreu. Não posso ter sono.” (p. 120). As lembranças se mantêm para ele em forma de imagens, gravaram-se em sua memória como uma encenação facial dramática. E as fisionomias do pai, da mãe e dos irmãos serão rememoradas novamente na vigésima quinta crônica⁴⁸ para se concluir que “a verdadeira dor representa muito mal. Tem esgares, uivos, patadas, arrancos, modulações inconcebíveis” (p. 139).

Entra em cena, no velório, uma senhora de preto que ali permaneceu até o fim. Nelson Rodrigues se lembra de tê-la visto beijando Roberto e sussurrando algo ao seu ouvido. Quando as mulheres da família se aproximavam do caixão, a dama de preto se afastava. Quem era? Nelson Rodrigues pergunta a um repórter presente e descobre que aquela era uma “caftina”⁴⁹ dona de pensão de mulheres, uma “sem-vergonha” (p. 122), como dito pelo repórter. O narrador confessa ter ficado “ressentido” (p.122) com o colega por se referir assim à mulher que tão docemente velava e beijava Roberto. Não importava quem ela fosse, mas sim que demonstrava afeição por Roberto Rodrigues. Ao final da crônica, o narrador se volta a essa mulher e declara: “se estiver viva, velhíssima e viva, eis o que eu queria dizer: - ela foi, nas suas flores humilhadas, um momento de bondade desesperadora” (p. 122). Repete-se o narrador em reflexões de luto. Novamente, como houvera confessado por ocasião da morte de Paulinho, o que importava era sofrer.

Na vigésima terceira crônica⁵⁰, Nelson Rodrigues confessa, ao se referir à assassina do irmão, “estou ouvindo a voz e, pior, lembro-me até do perfume” (p. 129). Memória proustiana. E o que causa espanto no narrador é a falta de ódio da assassina com relação a Roberto Rodrigues. Ele morreu, mas para ela poderia ter sido qualquer outro Rodrigues. Não houve amor, não houve escolha especial pela figura de Roberto. Nelson diz não compreender um assassinato sem amor. E, abruptamente, aparece nessa mesma crônica outra morte, a qual, inclusive, causa a ira de Nelson Rodrigues. O político Souza Filho fora assassinado a tiros pelo deputado Ildelfonso Simões Lopes. Entretanto, no mesmo dia do crime contra Roberto? Por que não no dia 25 ou talvez dia 27. Aquela data, aquele 26 de dezembro, deveria pertencer exclusivamente ao crime contra Roberto, as manchetes nos jornais, as conversas entre populares. contudo o destaque na mídia era de Souza Filho. Não poderia ter sido morto em

⁴⁸ RODRIGUES, 2009, p. 138; C.M. 22689, 24/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁴⁹ A palavra “cafetina” aparece grafada desta maneira nas crônicas – “caftina” (RODRIGUES, 2009, p. 122).

⁵⁰ RODRIGUES, 2009, p. 128; C.M. 22687, 22/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

outro momento? Nelson conta que passou a madrugada inteira de 27/12/1967 se lamentando por esse crime estupidamente cometido na mesma data do atentado contra sua família.

Roberto Rodrigues é operado e sobrevive – viria a falecer dois dias depois. No fim da crônica 23, Nelson relata que, muitos anos depois, visitou o túmulo do irmão e que encontrou ali uma “cruz pobre” (p. 132). Por vergonha, não se ajoelhou - outra vez a vergonha de demonstrar publicamente a dor – sentiu-se assim com as lágrimas do pai, não demonstrou o afeto aos irmãos Paulo e Mário, nem ao menos sofreu a perda deles como deveria. E diante desse constrangimento, agora confessado, termina com a certeza de que “O homem já fracassou” (p. 132). Essa certeza da derrota humana frente aos sentimentos não confessados continua na vigésima quarta crônica⁵¹. O narrador se recorda de que, pela madrugada, no hospital, teve sono e cochilou. Ao acordar, recebe do pai a notícia de que Roberto não havia resistido. Dois dias em vigília ao irmão e a esperança de vida. Naquela época, um tiro na barriga era letal.

Queria chorar. Não chorou. Esforçou-se para isso. Puxou na memória uma menina morta por febre amarela em sua infância na Rua Alegre. Lembrava-se do choro esganiçado da mãe, implorava para sofrer como ela, gostaria de estar gritando. Mas não chorou. Na vigésima quinta crônica⁵², a mesma mãe do choro estridente da Aldeia Campista aparece em total sofrimento e o narrador se recorda de que ela não aceitava lenço para se assoar, repelia furiosa qualquer lenço oferecido. Mário Rodrigues age da mesma forma diante do corpo de Roberto. Nelson, ao se lembrar dessas duas cenas, nos serve então com a constatação de que “A verdadeira dor não se assoa” (p. 139).

Ainda na crônica 24, narra uma imagem que não lhe saía da cabeça – a fotografia de Souza Filho no necrotério. Barbante nos pés, identificação de cadáver. Nelson declara-se estar às náuseas e julgava que essa pulseira no dedo humilhava o morto. Souza Filho era exposto sem amor, de forma fria e pétrea nas capas de jornais. Nelson confessa ter sentido uma “satisfação maligna” (p. 136) por ver o político estampado nos periódicos dessa forma. “Que fizessem isso com qualquer morto e não com meu irmão, não com um morto amado por mim.” (p. 136). Na crônica 25, pensa em si mesmo, em casa, depois da tragédia, lembra-se de que não queria ouvir sobre a autópsia realizada em Roberto na tentativa de extraírem a bala.

⁵¹ RODRIGUES, 2009, p. 148; C.M. 22688, 23/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁵² Crônica 25 – referência na p. 51

O morto no necrotério é exposto à humilhação da nudez, ali estão nus e violados. São corpos e apenas corpos, isolados de afeto e negados à privacidade. Roberto não, com ele não. A um morto amado por Nelson não se imporia o aviltamento da nudez e do barbante friamente pendurado no dedo do pé. O narrador-repórter recebia os pêsames, mas o que perturbava sua mente era “a nudez crucificada da autópsia” (p. 141). Não queria ouvir o que falavam de Roberto na redação do jornal, mas não pôde evitar. “Não puderam tirar a bala. Tiveram que serrar a espinha” (p. 140). Nelson confessa que sua vontade era de “partir a boca que dizia aquilo” (p. 141). Serraram a espinha. Sim, a espinha fora serrada. Serrada. Seus ouvidos não se acostumavam. Era de Roberto que falavam. Novamente - “serraram a espinha” (p. 141). O mesmo repórter repetia a alguém que ainda não ouvira a história: “serraram a espinha” (p. 141). A saída encontrada por Nelson naquela hora foi fugir. Fugiu.

E, na manhã do dia 29/12/1967, ao sair do hospital, o azul do céu de “beleza absurda” (p. 137) assusta o rapaz de 17 anos. Chega à casa da família e chora. Ali voltava a ser o menino da Rua Alegre e trazia consigo a certeza de que o grito de Roberto estaria para sempre com ele. Narra que, semanas depois da tragédia, lia anúncios fúnebres nos jornais e constatava que a morte era uma realidade para muitos. Sentia nesses anúncios “uma espécie de reparação” (p. 141). Por fim, na crônica 25, relata que, três meses depois, descobriria o teatro. Assistia a uma encenação e de repente a plateia explode em gargalhadas. Ele era o único a não rir. O irmão morrera há tão pouco tempo. Não podia rir. Pensava na “nudez violada da autópsia” (p. 142). Afirma para nós que naquele teatro percebeu que a dramaturgia não deve servir ao riso. Uniu ali “teatro, e martírio, teatro e desespero” (pag. 142).

Na vigésima sexta crônica⁵³, há apenas memórias ligadas a Roberto Rodrigues. O narrador volta à saída do cemitério. Lá sonhava com o dia em que despertaria entre os mortos e se negava a crer que Roberto falecera. Roberto, Dorinha, a avó morta durante o parto após três dias de sofrimento. Onde seria esse reencontro? Para ele talvez “nas absurdas profundidades marinhas” (p. 147). E de repente se lamenta por não ter pensado em furtar um lenço que Roberto tinha nas mãos antes da segunda cirurgia a que foi submetido. Por que não roubara o pijama usado no hospital? Ao mencionar a vestimenta do irmão, confessa que usou, sem dó ou remorso, ternos e gravatas herdados de Roberto. Isso, no presente da narrativa, é motivo de constrangimento ao narrador. Como podia vestir as roupas que pertenceram a Roberto pela simples obrigação de estar vestido? Como não sentiu afeto pelos trajes do irmão falecido?

⁵³ RODRIGUES, 2009, p. 143; C.M. 22690, 26/03/1967, p. 39, Segundo Caderno.

“Metia as mãos nos bolsos de Roberto e não me ocorria esta verdade doce, persuasiva e fatal: - eram os bolsos de Roberto.” (p. 146). Nelson no presente alega não se reconhecer nessa falta de sensibilidade do passado, nessa materialização dos trajés, em sua não ternura àquilo que herdou do irmão assassinado.

Em agosto de 1930, a humilhação dos Rodrigues se agrava quando Sylvia Seraphim, ex senhora Thibau, é absolvida. Os jornais da época concordaram com o veredicto do júri. Na ocasião, Nelson Rodrigues completava 18 anos. A sentença que liberava a assassina de Roberto foi anunciada na madrugada do dia 23 de agosto. Cinco votos a dois pela absolvição de Sylvia Seraphim. Na vigésima sétima crônica⁵⁴, o narrador-personagem, mostra-se atordoado com aquilo que lera, na época, nos jornais. O crime era tratado em manchete como ‘Justo atentado’ (p.151). E Nelson não se conformava. “Em casa, antes de dormir, eu ficava pensando: - e a espinha serrada, por que não conseguiram extrair a bala? E o algodão nas narinas? E a filha por nascer? E o meu pai morto?” (p. 152).

Sim, Sylvia Serafim foi perdoada pelo crime cometido. O juiz a liberou, conforme pedia a opinião pública, afinal, seu nome fora manchado pelos Rodrigues. No rádio, a notícia era dada aos berros triunfais. Para Nelson Rodrigues, daquele momento em diante, instalou-se a certeza de que “a opinião pública é uma doente mental” (p. 152). Por fim, queria fugir – mais uma vez fugir. Ansiava pela fuga para perto do lugar onde quiçá reveria seus mortos – o mar - pensava em “viver e morrer numa ilha selvagem” (p. 152). Diante do mar, ele confessa, tecia suas fantasias fúnebres.

Sessenta e sete dias após o trágico fim de Roberto Rodrigues, Mário Rodrigues sofre uma hemorragia cerebral. Os médicos, à época, optaram por tratá-lo em casa. Aos 44 anos, o pai afetuoso e de sangue quente não saberia lidar com o tiro que fora pensado para ser disparado contra ele, afinal era o diretor do jornal e a primeira pessoa por quem Sylvia Seraphim perguntaria naquele 26 de dezembro ao entrar em *Crítica*. Mas Roberto estava no caminho; assassinado no lugar do pai. Em 15 de abril de 1930, Mário Rodrigues morre no Rio de Janeiro, deixando Mário Filho, com apenas 21 anos, na direção de *Crítica*. Nas crônicas de *Memórias*, Nelson Rodrigues não se ocupa em narrar a morte ou o velório do pai. Atém-se ao seu leito de morte, às consequências desse falecimento para a família, à fome, às recordações que exaltam Mário Rodrigues como um dos maiores jornalistas do Brasil e ao silêncio que a imprensa fez após sua morte.

⁵⁴ RODRIGUES, 2009, p. 148; C.M. 22691, 28/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

Os mortos do afeto de Nelson são reverenciados e suas memórias postas em lugar de admiração. No septuagésima nona publicação⁵⁵, o narrador se lembra novamente de ter sentido vergonha de rir após a morte de Roberto Rodrigues e passa, então, ao leito do pai, ao seu “doce e quieto coma” (p.407). Diante do pai doente reflete que não é possível ao homem continuar vivendo dia a dia após perder um ente querido. Morremos com os nossos “seres decisivos” (p. 407), aqueles que de forma emocionalmente relevante compõe nosso eu. Dessa forma, para ele, “morremos com o ser amado” (p. 407). Não, a vida não continua. Ou pelo menos não deveria continuar. Viver pelo simples hábito de viver, pelo “vício de viver” (p. 407) é para o narrador uma das grandes degradações da espécie humana. A máxima popular “viver um dia depois do outro” é uma humilhação emocional a que o homem que perdeu um alguém para a morte se submete.

Com o leito de Mário Rodrigues chegamos à última crônica⁵⁶ publicada por Nelson à coluna *Memórias*. O narrador-filho se lembra dos revezamentos entre ele e os irmãos à cama do pai. E eis que ali reaparece um elemento já censurado em outras situações de sofrimento – o sono. Na vigília da noite, o filho Nelson era atormentado pela vontade de dormir e esse é o gatilho que o levará novamente, em memória, aos velórios do passado. Morta está a irmã Dorinha. Na madrugada, o menino Nelson sentiu fome. Esquece-se do velório de anjo em sua casa. (Luz sobre o plano da memória de infância. Nelson se encontra na escola pública). Na madrugada, Dorinha é velada e Nelson pensava apenas no sanduíche tão sonhado por ele na escola – pão com ovo de gema mole. Pão com ovo de gema mole. Gema mole. (Nelson retorna à noite do velório de Dorinha). Conta que foi à cozinha e ali se deparou com um prato de sonhos. Doce? E a irmã morta em seu caixão de anjo? A situação não era para açúcar, se ainda fosse comida de sal. Mas ele não resiste, come dois. Está faminto. Os outros dois “eram sagrados” (p. 411), não seriam tocados por ele. Sarcasmo e drama rodrigueano. Memória de infância, de juventude e de adulto.

Nesse ponto, traz-nos de volta ao pé da cama de Mário Rodrigues. Quando subia ao quarto do pai sentiu-se “atormentado pela fome antiga” (p. 412). Contudo, dessa vez resistiria. Dirige-se ao leito do pai e ali passa a tecer fantasias de um imponente velório. Se o grande jornalista Mário Rodrigues morresse, viriam muitas coroas de flores, não quaisquer, mas acompanhadas de *status* social - “Washington Luís mandaria uma coroa” (p. 412). Nelson está com fome e

⁵⁵ RODRIGUES, 2009, p. 404; C.M. 22744, 30/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁵⁶ RODRIGUES, 2009, p. 409; C.M. 22745, 31/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

sono. Não pode comer, não deve dormir. Assim, lamenta-se: “como é miserável, vil e triste ter sono diante da morte, não mais que sono” (p. 412). Alucinações, como nos confessou que as tinha, e que seria também essa a matéria dramática da construção de suas memórias? Só conseguia sentir isto: sono e fome. Então, deita-se ao lado do pai e a crônica se encerra num misto de respeito e extremo afeto: “Vou beijar a mão do papai. Beijo não a mão, mas o rosto de meu pai” (p. 413).

Na quadragésima primeira crônica⁵⁷, Nelson divaga também sobre uma suposta morte do pai. Dessa vez, relembra-se do medo que sentiu de que o pai fosse assassinado por se opor ao governador de Pernambuco, Sérgio Loreto. Então, nos conta que imaginava: “E se viessem capangas do Recife?” (p. 222). Em seus devaneios, o pai assassinado e a morte comentada pela cidade: “Nas minhas fantasias infantis, eu imaginava as ruas, as esquinas dizendo: - ‘Mataram Mário Rodrigues’” (p. 222). E outra vez, em cena, o velório distinto, com o carro com penacho e o povo aos prantos pela rua. *Status*. Lástima. Reconhecimento a Mário Rodrigues como grande jornalista. Uma confissão semelhante à que fizera por ocasião da morte de Roberto, Nelson repetirá ao se lembrar de Mário Rodrigues – “Eu não seria o que sou, não teria escrito uma frase, uma linha, uma peça, se não fosse seu filho” (p. 220).

Após a morte do pai, a tragédia da família continua. Tudo acontece muito rápido – a morte de Roberto Rodrigues, a morte de Mário Rodrigues, e, em outubro de 1930, o empastelamento do jornal da família, *Crítica*, por oposição ao governo Vargas. Para agravar, ninguém queria dar emprego aos filhos de Mário Rodrigues, como lembra o narrador na vigésima nona crônica⁵⁸. A morte social os assombrava. A família sobrevive com pouco dinheiro. Sentiram fome. Na trigésima crônica⁵⁹, Nelson relembra o pedido de emprego a Costa Soares na redação de *O Globo*. Negado. A esperança de Nelson e dos irmãos era *O Globo*, mas o contato que ali possuíam, Roberto Marinho, não mandava em nada, nada. A fome continuava. “Continuou o desemprego” (p. 167). Naquela época “*O Globo* era Euricles de Mattos.” (p. 167), jornalista de antigas gerações. Ao final da crônica 30, narra-se, enfim, a esperança: “Euricles de Mattos morreu e Roberto Marinho assume a direção” (p. 167). Na trigésima primeira crônica⁶⁰ descobrimos que Irineu Marinho, mentor de *O Globo* morrera vinte e um dias após a fundação desse periódico. Roberto Marinho, o filho mais velho, passa a Euricles de Mattos a direção. “E,

⁵⁷ Crônica 41 – referência na p. 37.

⁵⁸ Crônica 29 - referência na p. 44.

⁵⁹ RODRIGUES, 2009, p. 163; C.M. 22693, 31/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁶⁰ RODRIGUES, 2009, p. 168; C.M. 22695, 01/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

de repente, também Euricles morreu. Da mesma redação, saía o segundo defunto. *O Globo* parecia um jornal condenado” (p. 170). Mário Filho e Roberto Marinho eram amigos; assim, nos fins de 1930, Nelson Rodrigues, os irmãos Mário Filho e Joffre Rodrigues começam a trabalhar para o jornal *O Globo*.

Passam-se os anos. Em 1934, frágil física e emocionalmente, Nelson Rodrigues se descobre tuberculoso pela primeira vez. Assim narra em *Memórias* na data de 05/04/1967⁶¹,

Se me perguntarem por que fiquei doente, diria apenas: fome. Claro que entendo por fome a soma de todas as privações. Não tinha roupa ou só tinha um terno, [o terno que herdara de Roberto] não tinha meias e só um par de sapatos. Trabalhava demais e quase não comia. Tudo isso era a minha fome e tudo isso foi a minha tuberculose. E mais: eu estava sem auto-estima. Não tinha amor, nenhum amor por mim mesmo (p. 185).

Dirige-se a Sanatorinho⁶², em Campos do Jordão, lugar chamado por ele de “Casa dos Mortos” (p. 193) nome dado inclusive à trigésima sexta crônica⁶³, quando republicada na obra *O Reacionário*, em 1977. Em seus pensamentos, o lugar era construído com madeira de caixão – no interior homens e mulheres condenados à morte por tuberculose. Refeições na hora marcada, repouso e silêncio – esse era o cotidiano da “casa dos mortos” (p. 194) segundo regras médicas. Cada um dos enfermos encontrava-se acompanhado pela tosse e também pelo medo de que esta viesse seguida de sangue. Se sim, aquela que espreitava junto ao leito do enfermo, esperando em meio à tosse e ao sangue, a lágrimas e a olhares de temor, aguardando que, enfim, o doente se rendesse era a morte.

Nessa primeira de muitas outras internações por conta da tuberculose, Nelson Rodrigues passa quatorze meses hospitalizado, de abril de 1934 a junho de 1935. Na trigésima oitava crônica⁶⁴, o narrador diz se recordar de como se morria em Sanatorinho e que lá, em Campos do Jordão, a morte não esperava. “O sujeito corado da véspera, gordo da véspera, podia ser o defunto do dia seguinte.” (p. 206). Ali pairava a doença mortal ou, como denominada nos anos 1930, “peste branca”. Para o narrador, era esse um nome “nupcial, voluptuoso e apavorante” (p. 185). Nelson Rodrigues, no presente da narrativa, volta sua lembrança à viagem de trem até Sanatorinho. Pelo trajeto em direção à serra, atordoava-se pela possibilidade de morrer

⁶¹ Crônica 34 - RODRIGUES, 2009, p. 181; C.M. 22698, 05/04/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁶² Hospital destinado a tratar exclusivamente pessoas com tuberculose, localizado na cidade de Campos do Jordão, no estado de São Paulo.

⁶³ RODRIGUES, 2009, p. 192; C.M. 22700, 07/04/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁶⁴ RODRIGUES, 2009, p. 202; C.M. 22702, 09/04/1967, p. 31, Segundo Caderno.

internado. Com ele uma certeza – “não queria a morte de sangue” (p. 186). Ainda na crônica 34, narra uma cena que, segundo ele,

ainda hoje está em mim. Vejo uma moça entrando numa sala. Ela para. O rádio tocava, se bem me lembro, uma rumba. (...) A mocinha faz um movimento de dança: - dá uns passos e sente um gosto esquisito. Põe o dedo na língua e olha: - saliva e sangue. Veio a primeira golfada. Todos correram. A moça foi carregada, deitada numa cama. Quando o médico veio, pedia, entre uma golfada e outra: -“Doutor, me salve, doutor!”. O sangue não parava, nem parou. Morreu ao amanhecer. Estava morta (p. 186).

E essa morte Nelson não queria para si. Na narração ele se mostra impressionadíssimo com a cor do sangue que testemunhou. Nessa mesma crônica, Nelson Rodrigues se lembra de um vizinho que, ao se descobrir tuberculoso, chorou três dias e três noites e, na manhã do quarto dia, matou-se com um tiro no peito. Foi morto então pelo medo que sentiu da doença e não pela enfermidade em si. Selava-se, com essa autodestruição, o fim daquele que se decidiu por não percorrer o caminho do inesperado. Quanto tempo restaria? Sangue? Dores? A morte apresentava-se como refúgio, escape, certeza.

Entre os tuberculosos de Sanatorinho, havia os que queriam morrer em casa, perto da mãe e os que se sentiam mortos em vida, pois foram esquecidos pela família. Lá, Nelson conheceu um cantor de tango. O homem sofria, pois nem a mulher nem a filha não foram visitá-lo. “Repetia, dia e noite: - ‘Ainda não morri e já me esqueceram’” (p. 188). Quando chegou o momento da morte, Nelson na trigésima quinta crônica⁶⁵ narra que o homem implorou para não ser levado para o isolamento; “queria morrer no meio dos outros, olhando alguém” (p. 189). Na manhã de seu falecimento, o narrador conta que o homem levantou-se da cama e foi em direção à D. Maria, a baiana que varria o chão. Queria um abraço. A mulher, irada, preparou-se para acertá-lo com a vassoura. Não houve tempo. Foi impedida pelos outros internos, e o cantor de tango tombou ao chão, entregou-se ao sono eterno sem sentir novamente junto a si um corpo de mulher. Estava livre de pensar em sua realidade de solidão e esquecimento. Depois disso, naquela enfermaria, “não se falou em outra coisa, só de mulheres, e cada qual teve uma inconsolável nostalgia de espectrais namoros.” (p.190).

Sanatorinho: muitos esquecidos e mortos. Segundo Ruy Castro (2012), os caixões com os falecidos do dia eram transportados nas madrugadas, enquanto todos dormiam. Além de muitos não terem seus corpos reclamados por familiares, sendo, portanto, enterrados sem

⁶⁵ RODRIGUES, 2009, p. 187; C.M. 22699, 06/04/1967, p. 19, Segundo Caderno.

cerimônia, a intenção desse ato era amenizar o sofrimento emocional daqueles que continuavam sobrevivendo. Nelson Rodrigues nos apresenta em três crônicas⁶⁶ um homem que conheceu enquanto esteve internado: Simão, o assassino. Havia cometido um crime, assassinara um senhor em um cabaré, por ciúmes de uma das mulheres do lugar. Nelson Rodrigues escreve que queria evitar amizade com esse homem, afinal, era um assassino e isso o remetia a Sylvia Seraphim. Mas não pôde fazê-lo. Existia entre ele e Simão um pensamento comum: se percebessem que iam morrer, clamariam pela companhia de suas mães. Precisavam ser chorados por elas. Da mesma forma agiria Joffre Rodrigues, irmão de Nelson Rodrigues, dois anos depois, em 1936. Joffre morre com tuberculose na cidade de Correias, distrito de Petrópolis. Nelson foi companhia do irmão até a morte, e conta que Joffre também chamou pela mãe. Queria ir para casa, terminar a vida ao lado de dona Maria Esther. Não aconteceu. Morreu no hospital, longe da família, ao lado do irmão a quem era mais apegado, Nelson Rodrigues. Na segunda crônica⁶⁷ de suas *Memórias* Nelson assim relembra o sexto filho da família Rodrigues, Joffre Rodrigues – “menino, de cabelo de fogo. Esse irmão, que se uniria a mim como um gêmeo, ia morrer, aos 21 anos, tuberculoso.” (p. 25). A mãe de Simão chega a tempo de vê-lo ainda vivo, e o mais importante – a tempo de que ele pudesse segurar na sua mão. Assim, na crônica 38, o narrador registra que ela “entrelaçou as mãos do filho e com que estremecido amor” (p. 206).

Realizava-se, assim, aquilo que na obra rodrigueana será destacado como relevante ao homem: atender ao pedido daquele que morre, daquele que vai morrer. No desfecho da crônica *O inferno* da coluna *A vida como ela é...* o narrador diz que “O ‘último’ pedido de alguém, justamente por ser o ‘último’ é alguma coisa de terrível e sagrado, que cumpre obedecer, sob pena de maldições tremendas.” (RODRIGUES, 2006, p 12.). Quando Simão é enterrado, a mãe volta para buscar o que restara do filho em Sanatorinho – um pequeno embrulho com roupas velhas e uma escova de dentes amarrado com barbante. Nessa passagem, inscrita na crônica 39, Nelson Rodrigues relata que ele e os outros doentes de Sanatorinho sentiram como se, diante da mãe a juntar os pertences do filho, novamente Simão morresse. O narrador das *Memórias* escreve não apenas por seus próprios sentimentos, mas também pelos dos outros internos.

⁶⁶ Crônica 37 - RODRIGUES, 2009, p. 197; C.M. 22701, 08/04/1967, p. 15, Segundo Caderno.
Crônica 38 – referência na p. 59.

Crônica 39 - RODRIGUES, 2009, p. 207; C.M. 22703, 11/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁶⁷ RODRIGUES, 2009, p. 23; C.M. 22659, 17/02/1967, p. 13, Segundo Caderno.

Com a morte de Simão, Nelson Rodrigues, internado, tuberculoso, passa a ter, segundo narra, alucinações sobre assassinar Roberto Marinho caso o diretor de *O Globo* parasse de pagar seus ordenados. Em Sanatorinho, os doentes que não possuíam condições financeiras de arcar com o valor de um leito, podiam se internar na ala gratuita reservada a indigentes. Deveriam, para tanto, colaborar com a limpeza e servir as mesas na hora do almoço. Nelson confessa não aceitar para si essas funções. Não se imaginava servindo pratos e mais pratos de sopa. Com o dinheiro enviado mensalmente por Roberto Marinho, pagaria não apenas por uma cama, mas, principalmente, por uma posição social que o livrasse de varrer, lavar e servir. E se Roberto Marinho suspendesse os pagamentos? Em alucinação, Nelson encena matar Marinho.

Assassinar. Memória em Roberto Rodrigues. Não poderia fazê-lo, não seria capaz de matar alguém, apenas a si mesmo. Sim, ele confessa, na memória de número 39, que se sentia muito mais suicida que homicida. Em outras duas crônicas, a décima sétima⁶⁸ e a vigésima nona⁶⁹, o narrador faz essa mesma afirmação. Na primeira delas por pensar em matar Carlos Lacerda, que, segundo Nelson Rodrigues, “pinçava” frases dos textos de *A vida como ela é...* e colocava-as no jornal sem mencionar o contexto narrativo, criando, então, no que Nelson apelidou de “unanimidade”, a ideia de ser ele um autor “obscuro” e “tarado”. Já no início da coluna *Memórias*, na terceira crônica⁷⁰, narra a vontade coletiva de matar Lacerda devido à morte de Getúlio Vargas. Homens, mulheres, velhinhas, todos queriam exterminar Lacerda. Nas palavras de Nelson, “no dia em que Getúlio se matou, milhões de brasileiros assassinaram Carlos Lacerda” (p. 29).

A notícia do falecimento de Getúlio, claro, chegou rápido aos populares. Era a época das edições especiais dos periódicos. Na décima oitava crônica⁷¹, Nelson escreve que “o cadáver de Getúlio ainda estava quente quando *Última Hora* lançou a sua edição especial. Pode-se dizer que Vargas acabou de agonizar em nossa primeira página.” (p. 107). Na segunda confissão sobre ser mais suicida que homicida, a crônica de número 29, Nelson Rodrigues reproduz uma conversa entre ele e o jornalista João Neves da Fontoura, que disse ter Getúlio Vargas uma vocação para a morte. Qualquer motivo para o suicídio de Vargas deveria ser pensado como pretexto. Assim Nelson escreve sobre si mesmo e sobre qualquer um de nós: suicidas vocacionais. Para o narrador há os agravantes que nos induzem a quereremos a morte. No caso

⁶⁸ RODRIGUES, 2009, p. 19; C.M. 22681, 15/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁶⁹ Crônica 29 – referência na p 44.

⁷⁰ RODRIGUES, 2009, p. 19; C.M. 22681, 15/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁷¹ RODRIGUES, 2009, p. 104; C.M. 22682, 16/03/1967, p. 19, Segundo Caderno.

dele poderia ser Carlos Lacerda. A cada um compete saber o que seria motivo para buscar o próprio fim. Para o nosso cronista até os mais equilibrados e serenos têm a “violenta nostalgia da morte” (p. 19) e justamente o gesto suicida de Vargas foi o que aproximou Nelson, segundo ele mesmo afirma, do político a quem fizera oposição por longos anos.

Então, chegamos a uma das obsessões de Nelson Rodrigues em suas escritas: o suicídio. Esse tema é abordado em dezoito crônicas da coluna *Memórias*. Já no início da coluna, na quarta crônica⁷², o narrador declara que “quem se mata tem o meu amor” (p. 36). No contexto, Nelson Rodrigues comenta sobre a morte da atriz americana Marilyn Monroe. E o texto enfoca uma passagem da adolescência da atriz que, segundo o cronista, está diretamente ligada ao seu suicídio. Ela pousara nua na juventude e para Nelson Rodrigues ela comete suicídio por remorso da nudez sem amor. Para ele, “Só o ser amado tem o direito de olhar um simples decote” (p. 37). Em cena novamente o conservadorismo rodrigueano: o corpo do outro deve pertencer, em todas as suas possibilidades, sejam elas físicas ou emocionais apenas ao ser amado. Exclui-se então a nudez artística? Sim.

Nelson Rodrigues em suas memórias condenou o corpo em exibição pública (fosse essa exibição proposital ou não). Considerou humilhante a nudez das autópsias; motivo de suicídio a nudez artística. Passível de acusação de adultério a nudez do umbigo no carnaval. E confessa, na oitava crônica⁷³, vergonha no presente, por espiar, quando criança na Rua Alegre, o banho de uma menina demente, filha de lavadeira. Diante dele a nudez acuada da menina “louca e muda” (p. 55). A nudez inconfessável da menina amedrontada pelo vizinho criança a espiar-lhe o banho. O silêncio da menina, o segredo guardado e só confessado “aos 54 anos de idade” (p. 55). Nelson decide-se: “vou contar” (p. 55). Escreveria aquilo que por anos não balbuciou nem aos irmãos. E, diante da máquina de escrever, ao redigir as *Memórias*, retorna à porta do banheiro. É capaz de sentir o “cheiro da presença viva” (p. 55) da demente, “como se a memória não fosse a intermediária” (p. 55). Alega que a menina já faleceu há bastante tempo, inclusive, essa menção à morte é bastante peculiar. “Uma demente e, ainda mais, filha de lavadeira (e viúva) morre mais que os outros.” (p. 55). Não se trata, imagino, exclusivamente de morte física. A metáfora rodrigueana aqui reforça o lugar social e econômico de submissão ocupado por mãe e filha. Não bastava a loucura, havia de preencher também um espaço de anonimato.

⁷² De acordo com a edição de *Memórias, a menina sem estrela* (2009), a crônica quatro (p. 23) foi publicada em 19/02/1967. No entanto, não foi possível localizar o texto, na referida data, no jornal *Correio da Manhã*, edição de número 22661.

⁷³ RODRIGUES, 2009, p. 54; C.M. 22672, 04/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

Para o nosso narrador, talvez essa nudez “entrevista por um garoto” (p. 55) seja o “único vestígio” (p. 55) da passagem terrestre da menina. Em metáfora conclui que a menina “é apenas, e para sempre, essa nudez acuada no fundo do quarto” (p.56). Não possui nome, nem face, nem voz, nem gestos. Resta-lhe a nudez invadida e atemorizada, mas que de alguma forma inscreve sua protagonista nas páginas de *Memórias*.

Na mesma crônica, Nelson conta-nos sobre a segunda nudez feminina de sua vida. Era a primeira vez que via a odalisca com o umbigo de fora. Num dos carnavais de sua infância, ele observava a multidão, ainda na Rua Alegre. É lá que passará por sua segunda experiência com a nudez - a vizinha vestida de odalisca, que ele veio a saber na ocasião, adúltera, mostrava o umbigo em sua fantasia de carnaval. Essa nudez parcial impressionou mais o Nelson menino que uma nudez total. Ele escreve que “Essa nesga de carne comoveu e marcou toda a minha infância” (p. 57). O agravante de tudo era que a moça não escondia o rosto por trás de nenhuma máscara. Estava exposta e sem nenhum pudor, sem disfarçar-se aos olhares alheios. Em cena novamente um elemento que compõe o espaço no imaginário do nosso narrador: a vizinha. A voz das moradoras fofoqueiras da rua acusava: a odalisca era uma adúltera. Com a nudez do umbigo e com a acusação das senhoras “honestas”, toda a vizinhança passa a ter certeza de que a mulher traía o marido. Assim as últimas palavras do narrador ao fim da crônica 08 são “eu estava conhecendo a mais antiga das figuras femininas: - a adúltera.” (p. 58)

E na crônica do dia seguinte⁷⁴, 05/03/1967, a odalisca do umbigo nu continua a ser o tema central da narração. Nelson Rodrigues confessa-nos suas alucinações de criança “no fundo do quintal” (p. 61). Pensa na própria morte. Se morresse, a vizinha adúltera do umbigo de fora, e por isso mesmo considerada mais nua que a própria nudez, viria rezar junto ao seu caixão de menino, enquanto o pai, a mãe e os irmãos chorariam por ele. Na imagem antagônica da mulher, o pecado e a santidade, o promíscuo e o recato. Retorno à cena do velório de Roberto e à “caftina” que chorou seu corpo. Em ambas as cenas, não importava quem fossem as mulheres, apenas que velavam os corpos – no plano físico, de Roberto e no plano da imaginação, de Nelson. O narrador revela que “só de pensar em tal velório, mergulhava no caldeirão de delírios ferventes” (p. 62). A memória faz-se em uma imagem de devaneio, de calor e de excitação. Saber-se querido, chorado, uivado seria a glória para nosso narrador.

De repente, o leitor é surpreendido por uma notícia: quem acaba se matando é a vizinha. Envenenou-se. Na rua onde morava, essa morte vira um completo “folclore” (p.62). Dizia-se

⁷⁴ Crônica 9 - RODRIGUES, 2009, p. 59; C.M. 22673, 05/03/1967, p. 36, Segundo Caderno.

que o marido a obrigou a se matar, deu-lhe até pontapés. No momento do enterro, nosso narrador, na posição de homem adulto em memória de menino, conta sobre a beleza da cerimônia: seis cavalos de penacho tocavam o carro que a levou ao cemitério. E ele se mistura, em fantasia e em encantamento, a essa cena. O narrador afasta-se de si como “eu” e passa a narrar o episódio referindo-se a ele mesmo na terceira pessoa - “ninguém podia imaginar que aquela morte abria lesões, feridas na fragilidade indefesa do menino.” (p. 62). Onze textos mais tarde⁷⁵, Nelson Rodrigues conclui para o público-leitor que, na verdade, quem matou a odalisca adúltera foram as vizinhas fofoqueiras. O mexerico induziu a mulher a se envenenar. E questiona-se, por fim, que “talvez nem fosse adúltera” (p.11). Talvez o imaginário das pessoas da Rua Alegre a tenha construído assim justamente por aquele umbigo de fora no carnaval e o rosto exposto sem nenhum pudor.

Na trigésima terceira crônica⁷⁶, em uma narração verossímil, Nelson Rodrigues reflete sobre o processo de criação de um dos textos da coluna *A vida como ela é...* Há, nessa publicação, representados, segundo o próprio narrador menciona, ele e Roberto Marinho. O episódio é baseado no que se considera vida real do narrador. Para Nelson Rodrigues, trata-se de “uma experiência que se tornou obsessiva para mim e que se incorporou a minha literatura.” (p. 180). Roberto Marinho chama Mário Filho e comenta a respeito do desleixo de Nelson: cabelo bagunçado e barba por fazer. Como se não bastasse, havia um agravante – Nelson andava com cheiro ruim. Nas palavras do cronista, essa era uma humilhação que poderia levar o homem a se matar, mas ele não agiu assim.

No entanto, um personagem de *A vida como ela é...* reagiu no lugar do Nelson humilhado. O personagem é avisado de seu mau cheiro por um “fulano” da repartição onde trabalham. Um “fulano”, nada de nomes próprios. Nas linhas de *A vida como ela...*, os sinais do sentimento que Nelson nutriu por tempos pelo “querido diretor” (p. 180). Nas linhas de *Memórias* a confissão de um homem ressentido “até contra os sapatos de Roberto Marinho. E, além dos sapatos, os ternos, as camisas, as gravatas.” (p. 180). O personagem de *A vida como ela...* trabalha como cobrador de uma firma. Vai ao banco e apanha o dinheiro para pagar o pessoal. No entanto, decide, por vingança ao patrão, ficar com toda a grana. Chama um táxi. Anda nele por um mês. Quando o dinheiro acaba, pede ao chofer que deem mais uma volta. “E então puxa o revólver de cobrador, enfia o cano na boca e puxa o gatilho”. (p. 182). Morto está o personagem com

⁷⁵ Crônica 20 - RODRIGUES, 2009, p. 114; C.M. 22684, 18/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁷⁶ RODRIGUES, 2009, p. 178; C.M. 22697, 04/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

mau cheiro. Morta a criatura e não seu criador. Ali, nas passagens da crônica 33, o “homem de um terno só” (p. 180), nosso narrador, entrega-se à morte na ficcional.

Em outro texto metalinguístico, a quadragésima segunda crônica⁷⁷ das *Memórias*, Nelson Rodrigues relembra um palavrão vindo de uma senhora da primeira fila por conta de o paraplético de *A mulher sem pecado* (1942) levantar-se de sua cadeira de rodas e confessar que nunca fora paraplético. Ao final da peça, diante da plateia, o personagem encosta a arma na frente e puxa o gatilho. Há, no texto quarenta e dois, apenas menção ao fato de o paraplético se suicidar ao final da peça. Palavrões inclusive são um linguajar condenado pelo narrador das *Memórias*. Mesmo que os personagens cheguem a pronunciá-los, para Nelson “somos todos canalhas porque dizemos palavrões” (p.93). Na décima quinta publicação da coluna, narra-se o episódio da morte do amor causada por palavrões. Nelson conta que um amigo de 50 anos de idade “apanhou uma paixão” (p. 92) avassaladora por uma menina. Nos momentos em que brigava com a garota, andava liberando palavras de “ou mato ou me mato” (p. 92). Até que um dia, aproxima-se de Nelson e mostra o revólver que carregava na cintura. Seria o fim do romance e da menina. Uma semana depois, Nelson cruza com o amigo e curioso interroga-o: “-Mataste?” (p. 93). O amigo, então, dá a estarrecedora notícia: em meio a uma discussão com a pequena fora alvejado por “obscenidades jamais concebidas” (p. 93). E, assim, “a paixão morreu e estrebuchou como uma víbora danada.” (p. 93).

Já no quinquagésimo primeiro texto⁷⁸, além de narrar um episódio de suicídio, ele reflete sobre o início de sua vida sexual, aquilo que, na quinquagésima sexta crônica⁷⁹, Nelson tratará como o momento em que o sujeito começa a morrer. Existe, para Nelson, um laço trágico e tênue entre sexo e morte. Pois bem. Ele deixa de lado as “calças curtas” da infância e, em crônica de 23/04/1967, o narrador veste calças compridas. Passa-se do menino ao homem. E essa transição se faz quando Nelson decide que é chegada a hora de ir ao Mangue, as ruas da prostituição de baixo meretrício na área central do Rio de Janeiro. Na quinquagésima oitava crônica⁸⁰, Nelson Rodrigues dirige-se aos leitores para explicar: “justaponho, de propósito, as minhas experiências de Mangue e da reportagem policial. Um e outras me ensinaram muito e, eu quase dizia, me ensinaram tudo; e, mais tarde, iam influir em todo meu teatro.” (p. 303). Decidira-se. E desde a véspera tortura-se ao se lembrar da primeira nudez que seus olhos

⁷⁷ Crônica 42 – referência na p. 30.

⁷⁸ RODRIGUES, 2009, p. 269; C.M. 22714, 23/04/1967, p. 39, Segundo Caderno.

⁷⁹ RODRIGUES, 2009, p. 292; C.M. 22720, 30/04/1967, p. 31, Segundo Caderno.

⁸⁰ Crônica 58 – referência na p. 41.

testemunharam: o banho da menina demente da Rua Alegre. Apanha um ônibus e, na viagem a caminho do Mangue, não quer pensar nessa nudez. Resolve “vou pensar em fulano” (p. 270).

Pensar em “fulano”, crônica 51, envolve suicídio. Um caricaturista de *A Manhã* afogara-se no mar do Leblon e, quando o corpo retornou à praia, estava seminu, de calça e cinto. Em meio às mulheres do Mangue, que se expõem nuas em seus quartos de cortinas rosa transparente, ou no ônibus a caminho do Mangue, a figura do caricaturista suicida aparece no devaneio do narrador: “o afogado tem os olhos brancos e a boca obscena” (p. 270). Pensar nessa morte é para o Nelson que se dirige ao meretrício uma tentativa de se desvencilhar do pensamento que o lembrava o que estava prestes a cometer – sexo sem amor. O que o movia até aquele lugar, segundo ele, não era apenas o sexo, mas, principalmente, a busca pelo afeto de uma mulher. Imaginava que um sentimento poderia nascer entre ele e uma das mulheres do Mangue, assim, estabeleceria que ela abandonasse a prostituição. Poderia se tornar datilógrafa, trabalhariam juntos. Ele seria o homem de quem ela não cobra nem um tostão, com quem faz sexo de graça, por pura ternura e estima. E o trataria como “filhinho” (p. 271); com a cabeça do menino no colo, mexeria em seus cabelos; tiraria-lhe os sapatos.

Na quinquagésima segunda crônica⁸¹, o narrador jornalista de *Amanhã* conta ouvir na redação que o caricaturista se matara justamente por amar a noiva e não querer possuí-la. Assim, antes de precisar se submeter à noite de núpcias, antes de contar à mulher que não poderia tocar-lhe o corpo, resolve pela própria morte. “Podia desejar qualquer uma, menos a mulher amada.” (p. 279). Desejo e amor não se comungam? Atônito e comovido, na terceira crônica consecutiva⁸², Nelson narra a atitude do caricaturista e confessa-nos que esse suicídio lhe serviu de lição, pois com ele descobriu que “pode-se amar sem posse (...) a nossa tragédia começa quando separamos o sexo do amor.” (p. 281). Retorna então ao Mangue. Lá morreria o menino Nelson em sua virgindade. Na crônica 56, citada anteriormente, o narrador alega que todo e qualquer homem mata e se mata quando se entrega ao sexo, a “tal delícia fulminante e vil” (p. 295). Não se trata de suicídio literal, mas simbolicamente o homem mata a si mesmo quando não ama e se entrega ao sexo e, no caso do caricaturista, opta por morrer fisicamente quando ama e o sexo passará a fazer parte do cotidiano. Conservadorismo rodrigueano? Amor do personagem suicida pela futura mulher? Eufemismo médico? Nelson Rodrigues revela que, na verdade, o caricaturista sofria de disfunção erétil, mas o médico opta por dar ao paciente um

⁸¹ RODRIGUES, 2009, p. 273; C.M. 22716, 26/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁸² Crônica 53 - RODRIGUES, 2009, p. 278; C.M. 22717, 27/04/1967, p. 15, Segundo Caderno.

diagnóstico mais romântico – o homem estava enfermo de amor. Nelson ovaciona a postura do médico que torna o impotente em um homem incapaz de tocar o corpo da mulher amada.

E, será na quinquagésima sétima crônica⁸³, que o narrador de amor confesso pelo suicídio assim se apresenta a nós por ocasião da morte daquele casal do seu início de carreira como jornalista, aos 13 anos – “nascia entre mim e os suicidas de amor um vínculo tão íntimo, tão sofrido, uma espécie de parentesco ardente e desesperado.” (p. 298). Na sequência da coluna *Memórias*, no dia 05/05/1967⁸⁴, o narrador-jornalista, em reminiscência ao menino de 13 anos, conta que, na noite em que cobriu o suicídio do jovem casal - sonhou com o pacto de morte. Memórias de sonhos. Acordou exausto na madrugada e foi assim se “tornando cada vez mais íntimo dos suicidas” (p. 302). Desde a introdução da crônica 58, o ambiente é preparado para que o narrador não possa se separar desse suicídio nem mesmo em sonho. Havia, ao saírem da casa da menina, nele e em mais dois repórteres, medo. Um deles remexe o quarto da menina e rouba fotos. No céu, relâmpagos e um “clarão de espanto”. A natureza também participa da tragédia: “Os ventos assanhavam as sombras das esquinas.” (p. 302). Drama. O clima era o infortúnio daquelas famílias. Na casa, o canário; na rua, o vento, os clarões e as sombras; na solidão, os devaneios oníricos do narrador menino. Aquele que ama entrega-se à morte pelo bem amado.

Ainda dentro das memórias dos treze anos, acontece “uma tragédia que apaixonou a cidade.” (p. 308). Na quinquagésima nona crônica⁸⁵, a história versa sobre um político que descobre a infidelidade da esposa. Seguiu-a até um prédio e na mais pura ironia rodrigueana “achou que ela ia pecar no terceiro andar e não no segundo ou no primeiro.” (pag. 309). O homem caminha pelo corredor e ouve o riso da mulher, invade o quarto de onde saiu o som e, com a arma em punho, consegue um flagrante. A mulher num rompante atira-se pela janela. Desejava a morte. Para Nelson Rodrigues, ela age de forma autodestrutiva, pois pecava pelo sexo, traía apenas pelo sexo. Friamente pelo sexo. Se o fizesse por amor? “Ela se deixaria varar de balas como uma santa; e morreria agradecida.” (p. 309). Eis, com essa afirmação, um paradoxo rodrigueano: uma mulher adúltera que morre, por viver o amor amante, é uma santa.

Na crônica posterior⁸⁶, Nelson continua a narrar o episódio. A adúltera se atira do terceiro andar, mas, por sorte, nem ao menos se fere. Bate num toldo e cai viva na calçada. É uma

⁸³ Crônica 57 – referência na p. 41.

⁸⁴ Crônica 58 – referência na p. 41.

⁸⁵ Crônica 59 – referência na p. 41.

⁸⁶ Crônica 60 – referência na p. 35.

sobrevivente. O marido desce as escadas às pressas e os dois se abraçam num arrependimento de quase morte, num sentimento de perdão fulminante. E a plateia que assistia a tudo isso? Em coro de desaprovação vaia o casal, pois “o povo não entende o perdão e prefere o tiro” (p. 312). A mesma sorte não teve a personagem da primeira crônica de *A vida como ela é...* Não em 1951, quando a coluna estreia, mas, muito tempo antes, em 1922. Na quadragésima publicação⁸⁷ de suas *Memórias*, narra o episódio em que venceu o concurso de redação, em confesso plágio, “na sala do quarto ano primário da escola pública” (p. 216). Nelson Rodrigues era menino com oito anos incompletos, contudo, afirma que “ali, comecei a ser Nelson Rodrigues” (p. 216) – suas linhas contavam um adultério. O marido saía de casa, a esposa chamava o amante. Um dia, o marido retorna mais cedo e flagra um homem a saltar pela janela. A mulher de joelhos implorava pela vida. O marido, pelos cabelos, joga-a no chão. E a história terminava com um “acabou de matá-la a pontapés” (p. 217). Para algumas, o perdão, para outras, a morte.

Mas, retornemos à crônica 60. Nela, há nova cena de morte e amor. Outro marido, por não ter mais sexo com a esposa, imagina-se como traído. A mulher diante dele assume posturas de pudor. Nega-lhe um beijo na boca. É o amor pelo amante que a faz agir assim, afirmava o marido. Se fosse só por sexo ele até suportaria, mas deslealdade afetiva? Não, isso não era direito. E a crônica se encerra com a mulher diante do espelho, aplicava papelotes nos cabelos quando foi surpreendida pelo marido com um revólver. Não se escutam gritos, não há fuga. A esposa se deixa matar “pendida de sonho” (p. 314), morre pelo bem amado; amava.

Todavia, Nelson Rodrigues não se limita ao suicídio físico. Para si pensa e aceita o suicídio literário; um provocador, um narrador-personagem-cronista que acende os holofotes à sua postura quanto a receber o “fracasso” de seu “teatro desagradável”. Na sexagésima quinta publicação⁸⁸, divaga sobre como teria sido glorioso se morresse durante a estreia de *Vestido de Noiva* (1943), ou talvez até depois, mas se tivesse morrido! Aos críticos caberiam somente os elogios póstumos à figura do “genial” escritor. Entraria para a posteridade. Esse tempo infinito e incerto peregrinaria pelos pensamentos de Nelson por dias, semanas, após a estreia de *Vestido de Noiva* até que o dramaturgo acorda, olha no espelho e assume ao público-leitor “dane-se a posteridade (...) quero ser esquecido” (p. 337). Não pode viver por seus co-autores e suas críticas. A realidade se reflete nas crônicas que, por sua vez, reverberam na dramaturgia. Experimentação. Uma escrita que retrata o cotidiano do imaginário do nosso narrador.

⁸⁷ RODRIGUES, 2009, p. 214; C.M. 22704, 12/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁸⁸ RODRIGUES, 2009, p. 334; C.M. 22730, 13/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

Se, nas linhas de *Memórias*, há morte causada pelas próprias mãos dos personagens, existe também aquela que é imposta a dezenas e centenas de pessoas ao mesmo tempo, aquela da qual não se pode fugir, mesmo que se queira: óbitos por surtos de doença.

Voltemos à publicação 59. No Rio de Janeiro do menino de 13 anos, ocorre um desastre de trem. Nelson Rodrigues, como repórter de polícia, vai fazer a cobertura do acidente. A reportagem chega e se depara com vagões sobre vagões e uma “promiscuidade de feridos e mortos.” (p. 306) A linha de pensamento do narrador desemboca novamente naquilo que o levou a caracterizar a cena trágica diante de seus olhos como promíscua – a morte ali era presente, mas faltava o amor. Havia corpos, no entanto, afetivamente, nada os unia. No segundo parágrafo do texto, o narrador-jornalista confessa que se sentia mais ferido diante do pacto de morte de namorados que frente a oitenta ou a cem cadáveres do trem.

No décima primeira publicação⁸⁹, as lembranças se iniciam na ocasião em que, após uma missa, uma senhora pede a Nelson que não escreva mais sobre velórios. Isso, nas palavras dele, era impossível, pois “nossas lembranças estão debruçadas sobre velórios e sobre cegos.” (p. 70) e continua “o que é a memória senão um pátio de agonias, e de gemidos, e de lágrimas de pedra?” (p. 70). Na mesma publicação, duas confissões obsessões rodrigueanas: a cegueira e a morte. Na sequência, Nelson Rodrigues narra a filha Daniela, à época com três anos de idade e diagnosticada com cegueira. A primeira vez que ele conta ao público leitor sobre a deficiência da filha aparece na décima crônica⁹⁰. Não podia ser real - a filha estava condenada às trevas. Preferia acreditar em um futuro com diagnóstico médico positivo para a visão da pequena menina. Confessa, na crônica 10, que desde a infância, fora obcecado pela cegueira. Seria possível pensar uma narração fictícia de memória na tentativa de justificar a futura cegueira da filha? Lembrava-se da cena profética: na sua infância da Rua Alegre, certa vez foi surpreendido por quatro cegos parados à esquina da farmácia. Tocavam violino. Um pires em cena para os trocados pingarem. O narrador conta que os artistas de rua se apresentaram por uns vinte minutos. Quando terminaram, Nelson menino correu para casa, meteu-se na cama. Desejou morrer. Morrer. Fechou os olhos, entrelaçou as mãos, juntou os pés. Instaurara-se nele a certeza de que cedo ou tarde, ele ou um familiar ficaria cego. E confessa ao público – “pode parecer uma fantasia de menino triste. Obsessões, sempre as tive. Mas essa nunca me abandonou.” (p. 66).

⁸⁹ RODRIGUES, 2009, p. 69; C.M. 22675, 08/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

⁹⁰ RODRIGUES, 2009, p. 64; C.M. 22674, 07/03/1967, p. 15, Segundo Caderno.

Nos quatro últimos parágrafos da crônica 11, o narrador traz ao público-leitor mais uma tragédia em massa - a gripe Espanhola, apelidada de “epidemia fabulosa” (p. 70). Trata-se nesse caso de nova memória de infância, pois a calamidade narrada se passa no Rio de Janeiro de 1918 – ano em que o vírus desembarcou no Brasil. Nelson Rodrigues escreve que àquela época o Rio de Janeiro “viveu à sombra dos mortos sem caixão.” (p. 73). O ponto principal sobre o qual redigirá o narrador de *Memórias* é a impossibilidade de chorar o corpo morto, de velar o ente querido, de lhe prestar as últimas homenagens. Escasso se fazia o poder e dever sofrer – sofrimento, peça fundamental à construção do cenário de morte. O leito não compunha o cenário trágico. O tempo não se fazia suficiente para cerimônias e também não existia nem quem velasse o defunto. A morte pairava no ar.

Morria-se aos montes, mas paradoxalmente em uma assombrosa solidão e abandono. Enterravam-se coletivamente os corpos, não se lhes punham flores; nada de noites à luz de círios. Uma carroça da prefeitura passava pelas ruas da cidade de manhã e os mortos da madrugada eram depositados em pilhas. Cotidianamente. Na décima segunda publicação⁹¹ de *Memórias*, o cronista aponta que “a Espanhola não fazia nenhuma concessão à vaidade dos mortos”. (p. 76). Não trajavam roupas ou gravatas que lhes embutisse *status* social. Eles não ocupavam o centro do palco, a morte não lhes permitia assumir para si uma particularidade que, segundo nosso narrador, era comum ao defunto – o narcisismo. Não havia nada especial em ser um finado da Espanhola. A morte passa a ocupar todos os espaços urbanos – varandas, botequins, meios-fios, bueiros, esquinas. E caído, o defunto permanecia como se fosse um mendigo na sarjeta – nem pai, nem mãe, nenhum parente vinha reclamar ou recolher o corpo. Não havia quem lhes unisse as mãos, uivasse de desespero ou relutasse contra o sono e a fome na presença de seus mortos.

Não brilhava ao lado dos corpos a chama de uma vela. Este elemento, para Nelson Rodrigues, “torna a morte mais amiga, mais compadecida, e mais feérica.” (p. 76) e surge como um dos itens que compõem o cenário de morte do imaginário rodrigueano. Ainda na crônica¹², o narrador trata como “coisa misteriosíssima e linda” (p. 76) a vela que surge como que de maneira instantânea ao lado de um corpo estendido na rua, qualquer que seja o motivo do óbito. Quem deposita a vela ali não se sabe, quais fósforos a acenderam, tampouco. E essa “chama trêmula, que nenhum vento apaga” (p. 76) é um símbolo mítico responsável por tornar a morte mais amistosa; sim, a vela além de colaborar para a manutenção da tradição fúnebre dos

⁹¹ Crônica 12 - referência na p. 40.

brasileiros, cria um ar fantástico e misterioso. É ela a “estrela dos atropelados, estrela de esquina, de meio-fio, de asfalto.” (p. 76). No oitavo parágrafo da crônica 12, com tom de lástima, Nelson menciona não terem sido depositadas velas nos mortos da Espanhola. Os cadáveres ficavam à espera de serem recolhidos como bêbados desmaiados ao chão.

Na quinquagésima quarta crônica⁹², Nelson rememora notas que escreveu para o jornal do pai, *Crítica*. Tratava-se de um atropelamento e Nelson, jovem repórter de polícia, questionava-se sobre como concluiria a nota. Retornamos à época do jornalismo dos chamados “achados estilísticos” (p. 284), palavras e expressões que aqueciam o texto de literariedade – “Ninguém era simples e crassamente atropelado, e sim ‘colhido’” (p. 284). De repente, brota em Nelson a ideia de inserir na narrativa a “estrela dos atropelados”. E esse símbolo desencadeia no narrador-jornalista toda uma sequência ficcional confessa: “Primeiro, eram só a vela e a respectiva luz. Em seguida, comecei a enriquecer a ideia. Podia dizer que uma senhora, vestida de preto, acendera uma vela etc., etc. Ou em vez de ‘senhora’, mulher de preto. Mulher, mulher” (p. 285). E admite que “Foi esta a minha primeira pusilanimidade de ficcionista.” (p. 285). O passarinho a embalar a morte da menina em chamas viria, portanto, depois?

Outro atropelamento é narrado e, segundo o cronista, foi o acontecimento que o inspirou a redigir a peça *Beijo no Asfalto* (1960). Na sexagésima oitava publicação⁹³ de suas *Memórias*, é narrada a morte do jornalista Pereira Rego. O homem fora atropelado por um ônibus antigo, apelidado popularmente de “Arrasta Sandália”. Caído ao asfalto, Pereira Rego teria pedido a um dos presentes “me beija, me beija” (p. 352). Nelson conta que a história o marcou profundamente, pois Pereira Rego morre implorando pela companhia de um amigo, pela simples demonstração do afeto alheio. O narrador confessa que “desde garotinho eu quis o amigo como um atropelado.” (p. 353). Ele se identifica assim com a carência afetiva daquele que morria; vê-se refletido como criança ali naquele homem ensanguentado e necessitado de companhia na hora da morte. Talvez estejam diante de nós outra vez os internos de Sanatorinho, que anseiam por morrer junto da mãe, que desceriam para casa na certeza da morte. Diante de nós o jovem carente que alucinava sobre ser acarinhado por uma prostituta do Mangue?

Mas voltemos à Espanhola. Nesse contexto, a morte deixa em quem sobrevive o que o narrador trata como “tédio” (p. 78). A epidemia chegou, dizimou grande parte dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, não se configurou como caso à parte, individual, tornou-se

⁹² RODRIGUES, 2009, p. 284; C.M. 22718, 28/04/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁹³ RODRIGUES, 2009, p. 349; C.M. 22733, 17/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

realidade coletiva, a mais pura e entediante rotina. E as consequências da gripe, para o narrador-conservador, são narradas na crônica de 10/03/1967⁹⁴. Quem passa a assombrar a cidade são os mortos insepultos da Espanhola. De que forma viria o castigo à ausência de solidariedade fúnebre durante a epidemia? No reacionarismo rodrigueano isso se dá no que Nelson trata como o completo “despudor” (p.81), que passa a assolar a cidade, principalmente, a partir do sábado do carnaval de 1919. Nas palavras dele, “o que quero dizer sobre o carnaval da Espanhola é que foi de um erotismo absurdo.” (p. 82). Imperou sobre a cidade carioca o desejo vil e torpe. A perdição de uma sociedade de lascívia, por isso mesmo de uma tristeza que “escorria” (p. 82), de uma “alegria hedionda” (p. 82) aparece redigida nas linhas de *Memórias* delineando ao público-leitor, novamente, o conservadorismo rodrigueano. Na publicação número 13, ao refletir sobre o despudor do carnaval de 1919 e condená-lo, Nelson declara morto o Rio de modos discretos. As pessoas gritavam pelas ruas, entoavam modinhas sem pudor daquilo que pronunciavam: “na minha casa não há falta de água/Na minha abunda, na minha abunda. E iam pelas ruas de paroxismo em paroxismo.” (p. 82) Para o nosso narrador, a exaltação extrema das paixões carnais é degradante à moral da sociedade. Assim sendo, havemos de compreender um ciclo de mortes, desejos, enfermidades, condenação. Morto o Rio antigo – aquele em que as senhoras “honestas” assistiam à festa de longe, das sacadas das casas ou de dentro de carros, protegidas do contato com os foliões. O que resta ao homem pós-Espanhola é a alegria descabida e vexatória – um crime contra o recato.

Crimes. No fim da coluna *Memórias* o assassinato contra o cenotécnico do Municipal, Zé Gonçalves. Apresento, então, a septuagésima quarta crônica⁹⁵ da coluna. Nela, assassinato e a morte que se anuncia no rosto alegre de quem vai morrer. Madrugada. Em cena, os filhos de Nelson, Joffre e Nelsinho, e como vítima, “o velho Zé” (p. 381), o homem que no passado cuidara do cenário de *A mulher sem pecado* (1942). A crônica é explicitamente notas de reparação e de homenagem. Nelson afirma ter se esquecido de elencar José Gonçalves entre um de seus amigos. Erro só percebido por ocasião do óbito.

Pela narrativa, compreende-se que Joffre e Nelsinho dormiam na casa de José Gonçalves, na noite de 23/05/1967, um dia antes de a crônica 70 ser publicada. Segundo os testemunhos de Nelsinho e Joffre, seu José estava radiante de alegria, muito bem vestido e calçado na noite do crime. “Era já a morte e ninguém sabia” (p. 382). Profética. Na madrugada, surpreendidos

⁹⁴ Crônica 13 - RODRIGUES, 2009, p. 79; C.M. 22677, 10/03/1967, p. 17, Segundo Caderno.

⁹⁵ RODRIGUES, 2009, p. 379; C.M. 22739, 24/05/1967, p. 15, Segundo Caderno.

por barulhos, saíram de seus quartos e se depararam com bandidos assaltando a casa. Dois fugiram, um permaneceu. Houve luta. O ladrão, na tentativa de escapar, apontou a arma. “E seu José saltou na frente do revólver. Levou a bala no coração para salvar.” (p. 383).

Salvar os filhos de Nelson. De manhã, quando a notícia chegou, Nelson dormia e, quando despertou, Elza deu a notícia. Nelson depositou na crônica 74 o agradecimento pelos filhos vivos e a reparação por não ter mencionado José Gonçalves dos Santos em crônicas anteriores. E seu José é, assim, alçado à posição de “morto” que compõe a antologia rodrigueana. Não em um lugar qualquer, de morte vã, sem amor. Sacrificara-se por Nelsinho e Joffre. É um “sempre amado” (p. 383).

As 52 crônicas expostas foram costuradas por afinidade temática e não por cronologia. O único texto a ficar de fora é a septuagésima primeira publicação⁹⁶ pois, apesar de abordar a morte, evidencia, num processo metalinguístico, o fazer textual da antiga e da nova imprensa sobre manchetes de tragédias. Portanto, optei por apresentá-lo na primeira parte deste capítulo, espaço reservado também à velha e à nova imprensa.

O capítulo II não apresenta divisões por subtítulos para que a apresentação literária do objeto de pesquisa se dê similar ao exercício de memória – algo fluido, sem interrupções.

⁹⁶ Crônica 71 - referência na p. 33 do capítulo I.

CAPÍTULO III. A MORTE SOB VIÉS ANTROPOLÓGICO E HISTORIOGRÁFICO

3. 1 Memória e experiência – a “moderna literatura do eu”

Ao se revelar literariamente a nós, em memórias, o escritor-narrador-personagem Nelson Rodrigues - de 1967 -, que se caracteriza um tímido e também delicado, refletirá em reminiscência sobre um elemento constante nas crônicas – a morte – e, por conseguinte, a si e ao outro (ou talvez “outros”, aqueles com os quais Nelson conviveu ou sobre os quais apenas redigiu notas para jornais e nesse caso o “apenas” não significa menor importância às notas frente à convivência. Trata-se somente de uma tentativa de demarcar distanciamento ou proximidade física entre Nelson e seus personagens). Posicionei-me com um olhar crítico e sensível ante aos textos da coluna *Memórias* a partir da premissa de que não existem fatos, mas sim narrativas dos fatos; o que eu conheço dos fatos não são os fatos em si, mas o que o narrador me contará; são as palavras desse narrador uma pintura que delinea o passado como uma paisagem em que nunca pisei, mas da qual consigo mais que enxergar as palavras-cores; posso aspirar os aromas e ouvir os sons instigada pela narrativa de memória que se abre a mim, leitora.

Deparei-me com um narrador 1ª pessoa do discurso, ora observador, ora personagem, ora onisciente. Quem nos guiará pelo processo crítico-teórico será esse narrador, um homem de amor confesso pela morte – caminharemos junto a ele pelos óbitos das histórias de maneira a refletir sobre as experiências do eu narrativo frente à morte enquanto elemento construído no/pelo imaginário social. Fato é que a vida narrada não se apresenta exatamente como foi no decorrer linear da história, mas permite ao ser narrado (re)viver o que está no passado, não como forma de resgate, mas por meio de lembranças e reminiscências. Então, para tratar das lembranças de Nelson Rodrigues utilizo as concepções de Walter Benjamin (1985) que circunscrevem a memória em duas possibilidades: voluntária e involuntária. A primeira atrela-se à vivência do sujeito e a segunda é aquela que de forma inconsciente traz à tona pormenores do passado a partir da experiência do presente.

O gatilho que dispara as memórias do passado distante ou recente em Nelson e o faz redigir os mortos de sua lembrança são por vezes experiências vividas no presente, como a morte de Paulo Rodrigues, ou uma senhora que pede a ele que não redija mais sobre velórios, ou conversas despreziosas em redações de jornais, ou uma pessoa que está morta atropelada

no caminho que Nelson percorre para ir ao trabalho. O presente desperta em Nelson as memórias que serão entrelaçadas de modo a compor para nós um narrador de experiência, um narrador benjaminiano, que “como velho e experiente podia debruçar-se sobre as ações de sua vivência e, em reminiscência, misturar a sua história com outras que convivem com ela” (BENJAMIN, 1985, p. 43).

Quando narra as memórias da tragédia com Roberto Rodrigues, o narrador as inicia sem mencionar motivo do presente para tal. Na vigésima primeira crônica⁹⁷, as primeiras frases são “‘Eu te vingo’, soluçou meu pai. Era o último a beijar o meu irmão Roberto. A família toda já se despedira” (p. 120). As primeiras escritas de memória da tragédia com Roberto são componentes da vivência de Nelson. Por sete crônicas, o narrador se ocupará de rememorar a tragédia, o leito de hospital, a expectativa de morte, o velório, a dor da família, o choro engasgado, as poucas notas de jornais, o nascimento do futuro teatro rodrigueano. Quando internado em Sanatorinho, Nelson se lembrará de Roberto Rodrigues ao se perceber amigo de um interno que antes cometera um assassinato. Nelson intercambiará a nós suas experiências com a tuberculose e com a morte pela doença, e a partir das memórias do hospital, Roberto Rodrigues surge novamente como parte fundamental da vivência de nosso narrador, afinal, Nelson atribui à experiência junto ao irmão tragicamente morto o teatro que teceria pouco mais de dez anos depois.

Memória e experiência. *Memórias*. Opto por tratar as crônicas objeto desta dissertação sob o termo “moderna literatura do eu” oferecido a nós por Silviano Santiago (2008) no artigo “Meditação sobre o ofício de criar”⁹⁸ no qual o crítico reflete acerca da ficcionalização do sujeito no texto literário. Em seu texto, Santiago (2008) discute o texto literário híbrido – autobiografia contaminada por ficção e ficção contaminada por autobiografia – como marcador da identidade de um autor e o faz de maneira a relativizar e a questionar o limite entre esses dois discursos. Compõem a “moderna literatura do eu” os dois elementos presentes nas crônicas de *Memórias* de Nelson Rodrigues – a memória e a experiência.

Quanto ao primeiro, memória, nome atribuído por Nelson Rodrigues à coluna no jornal *Correio da Manhã*, Santiago (2008) afirma que “Memórias tem boa tradição ficcional entre nós” (p. 175) citando como exemplo o romance *Memórias de um sargento de milícias* do autor Manuel Antônio de Almeida. Cabe aqui uma observação quanto à diferença entre fictício e

⁹⁷ Crônica 21 - referência na p. 50.

⁹⁸ Texto de palestra escrita a pedido da Universidade Federal Fluminense e pronunciada no SESC, em Copacabana, no Rio de Janeiro, divulgado pela Revista Aletria, na edição jul-dez de 2008, v.18.

ficcional. Segundo Alberto F. da Rocha Junior (2014) esclarece, em seu artigo, *Espectros das escritas de si: totalidade, fragmentos e narrativas*, fictício é aceito “como característica determinada a partir da experiência da realidade (...) e ficcional como próprio da experiência da narrativa artística” (ROCHA JUNIOR, 2014, p. 85). Assim sendo, há nas crônicas de *Memórias*, discurso fictício, uma vez que o narrador que ali se expõe nos apresenta suas “experiência[s] da realidade” e também discurso ficcional, por ser tratar de narrativas de memória, compreendidas, para tanto, como arte literária.

O segundo elemento, experiência, permite-nos atestar Nelson Rodrigues como narrador à Walter Benjamin. E esse é o perfil a que nosso narrador foi ascendido. Segundo Benjamin (1985) “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (p. 201). Nelson escreve na primeira crônica⁹⁹ que as histórias narradas na coluna *Memórias* são “uma experiência” (p. 19). Guillarduci (2015, p. 213-229), no texto “Walter Benjamin e o corpo na infância: o sem-jeito mandou lembranças”, afirma que “a experiência é para Benjamin a forma autêntica de memória, pois possibilita a relação entre o presente e o passado por meio da tradição” (p. 217). Nelson Rodrigues é um velho intercambiador de experiências que por meio de crônicas diárias narra o presente em contraste ao passado e seus costumes. Situações vividas de vizinhança em vizinhança das ruas em que morou com a família; de redação em redação de jornal por que passou; de tragédias que viveu, que cobriu como repórter de polícia, que fantasiou; de conversas, de leituras, de escritas; da mania de observar. A oficina de produção? Redações de jornais. O objeto moldado? Palavras em papéis, datilografadas na máquina de escrever. Os aprendizes e ouvintes? Leitores de sempre - tratados por Nelson como “os sujeitos mais livres do mundo” (p. 235)¹⁰⁰. Sendo eu assim, livre, procedo à leitura crítica de *Memórias* sob o viés da “moderna literatura do eu” de Santiago (2008).

E a experiência a que Nelson se refere de maneira explicitamente obsessiva e obstinada em seus relatos de *Memórias* é a morte. Sobre este elemento, esta dissertação propõe-se, como auxílio para a leitura literária crítica, à apreciação antropológica, que permita meditar desde a idealização da morte, a qual pode advir de um sentimento individual e/ou coletivo de purificação e salvação, por intermédio de um narrador que retorna, em reminiscência, aos velórios e às mortes nas vizinhanças de sua meninice, até às tragédias familiares e à presença

⁹⁹ Crônica 1 - RODRIGUES, 2009, p. 18; C.M. 22658, 16/02/1967, p. 15, Segundo Caderno.

¹⁰⁰ Crônica 44 - RODRIGUES, 2009, p. 235; C.M. 22708, 16/04/1967, p. 29, Segundo Caderno.

da morte em ambientes de doença. Para um homem de tantas experiências com a morte, narrá-la seria uma espécie de expurgação e de reverência frente a esse “mal irremediável”? Seria a morte uma fomentadora às memórias rodrigueanas? O menino que desde os seis anos de idade comparecia religiosamente aos velórios da vizinhança. O adolescente que perde os irmãos e o pai. O repórter que se depara com corpos autoexterminados e acidentados. O tísico, o confinamento, a solidão e a morte de sangue. O cronista e o irmão soterrado. Memórias do passado e do presente. Em *Memórias*, de fato, “uma antologia de mortos, dos meus mortos” (p. 41)¹⁰¹. Segundo o antropólogo Jean-Pierre Bayard (1996), ao se recordar alguém morto pela atividade da memória, aquele que o faz, no caso aqui Nelson e suas *Memórias*, favorece a entrada dos mortos no campo da sobrevivência. Com as crônicas rodrigueanas para o jornal *Correio da Manhã*, há uma série dessas sobrevivências: familiares, anônimos, figuras públicas – todos reanimados nas linhas de *Memórias*.

3.2 *Memórias* despertam pesquisas

Para o professor Robert H. Moser, da Universidade da Georgia, nos Estados Unidos, “a morte gera a necessidade de memória” (MOSER, 2008, p. 273)¹⁰². Como tratado no capítulo I desta dissertação, em 80 crônicas publicadas por Nelson Rodrigues para o jornal carioca *Correio da Manhã*, a morte é narrada em 53. Não se trata de afirmar que o motivo das crônicas é a morte tão presente na história de vida de Nelson Rodrigues. Mas não se pode negar que o fenecimento humano é proeminente nas memórias rodrigueanas (não apenas nelas, na literatura de Nelson de maneira geral). E serão os textos rodrigueanos de 1967 o que despertará em Moser o interesse por estudar o morto na literatura brasileira. O pesquisador incorporou, em seu trabalho, a experiência de morte do narrador benjaminiano das crônicas.

A obra *The carnivalesque defunto* (2008) é resultado da pesquisa de doutorado desse professor que se viu instigado pelo tratamento dado por Nelson à morte. E o pesquisador concorda com Nelson ao tratar as *Memórias* como “uma antologia de mortos” – “in fact, that is precisely what his memoirs are” (MOSER, 2008, p. 1). Para além disso, Moser (2008) observa que Nelson não é somente um obcecado na morte, mas também interessa-se pela maneira como o morto será lembrado, sofrido e chorado. Quando se tratam de suicídios, acidentes ou mesmo

¹⁰¹ Crônica 5 - referência na p. 12.

¹⁰² Texto original - “Indeed, death generates the need for memory” (MOSER, 2008, p. 273).

doenças, como a tuberculose ou a gripe Espanhola, Nelson narra esses acidentes ou incidentes enfatizando, em alguns pontos, aspectos tórridos e realistas das histórias. Seja na banha que escorria pelo chão fruto do corpo de uma menina que ateara fogo às roupas, seja em meio aos corpos despedaçados por conta de um acidente de trem ou no sangue posto para fora por aquele que morre tuberculoso – apresentam-se narrativas verossímeis. Interessa narrar o morrer e com isso conceder espaço, ainda que *in memoriam*, aos mortos desses óbitos. E não há restrições quanto a sangue, a entranhas e à morbidez.

No entanto, o que mais me chamou a atenção no aspecto de ser chorado e lembrado foi a maneira como Nelson discorrerá sobre a perda de cada um de seus irmãos - Roberto, Dorinha, Mário Filho, Joffre e Paulinho Rodrigues. Para cada um deles reservadas estão páginas e páginas de elogios, e de saudades, e de inconformismo, e de lembranças. Desde aspectos referentes ao trabalho profissional de cada um até as atitudes enquanto irmãos, filhos, maridos e amigos. Homens exemplares, das letras e das imagens, figuras fundamentais ao jornalismo brasileiro. Lembrar dos irmãos é estar novamente na companhia deles e se lamentar por não os ter amado mais quando em vida assim o podia ter feito. Merecedores de afeto e carinho por parte de nosso narrador, os Rodrigues, apesar de mortos e de obviamente serem narrados nessa circunstância e nessa situação, presentificam-se como seres fundamentais para Nelson enquanto pessoa e dramaturgo povoando sua memória como mortos, mas – principalmente – lucidamente vivos na memória. O nosso narrador busca, através da morte, marcar/reafirmar as lembranças. Através da escrita conferida à morte, o antropólogo Bayard (1996) afirma que haverá a possibilidade de sobrevivência, ainda que esta se dê no plano do discurso e da memória. Sobrevive Nelson; sobrevivem os Rodrigues. A lembrança permite que o homem se mantenha vivo e encontre sentido no presente. Moser (2008) questiona que talvez Nelson tenha resolvido homenagear os mortos (“os meus mortos”) em sua narrativa de memórias justamente para preencher um vazio em sua própria era. Cabe assim perguntar: que vazio seria esse?

Moser (2008, p. 35) traz à tona a reflexão quanto ao incômodo de Nelson frente à incapacidade da sociedade moderna quanto a fazer um velório e proteger os rituais que, segundo o autor, “dão sentido e glorificam a vida e a morte de um ente querido” (p. 35)¹⁰³. Para Nelson, um dos primeiros fatos que descaracterizam a morte e implicam a falta de acolhimento e afago familiar ao morto, no Brasil moderno a partir dos anos 1940, é a capelinha¹⁰⁴. Nelson vivencia

¹⁰³ Texto original - “give meaning to and glorify the life and death of a loved one.” (MOSER, 2008, p. 273)

¹⁰⁴ Nelson reflete, na crônica 5, a morte na capelinha. Essa passagem está citada no capítulo 2 desta dissertação, p. 42.

a modernização do país com as políticas de crescimento econômico de Vargas, na década de 1940, e Kubitschek, na década de 1950. Segundo Moser (2008, p. 37), é justamente a pressa do Brasil em se modernizar que contribuirá para o abandono das tradições e dos rituais que mantinham o morto perto de casa.

Mas o afastamento entre vivos e mortos se iniciaria quase um século antes de 1950. Em 1855-6, uma grave epidemia de cólera se abate sobre o Rio de Janeiro. Reis (1997) narra que os mortos pela epidemia se multiplicavam. Não havia tempo para que os corpos fossem higienizados, velados e cortejados. O ritual da boa morte perde espaço frente ao medo da doença que se espalha. Antes da saúde espiritual dos mortos, encontrava-se a saúde física dos vivos. Os mortos foram proibidos de habitar as cidades com seus túmulos. Os enterros deveriam ser realizados fora das cidades. Segundo o historiador,

no cemitério longe de casa e da paróquia as visitas seriam ocasionais, como se vivos e mortos tivessem de repente se tornado estranhos. A partir daquela mudança de cena instaurou-se um estranhamento entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos (REIS, 1997, p. 140)

Para Nelson, a capelinha é um fator que gera o esfriamento entre vivos e mortos. Não se chora, não se sofre, não há uivos ou gritos. A dor é contida, comedida, talvez até constrangedora¹⁰⁵. O fato de Nelson afirmar que a Capelinha retirou o subjacente conteúdo poético dramático da morte poderia ser um sinal para compreendermos a ligação que Nelson dramaturgo estabelece entre teatro e morte. O vazio de Nelson, sentimento advindo do pouco espaço cedido às tradições diante da morte no presente da narrativa, seria preenchido pela escrita teatral e também pelas crônicas de *Memórias*.

3.3 Ritos e símbolos

Nelson Rodrigues narrador de 1967 não se encontra adaptado a pouca cortesia, diante da morte, praticada por aqueles que povoam a atualidade das crônicas. Falta reverência. Falta devoção. Faltam os esgares de dor e o aconchego da cerimônia fúnebre familiar. Falta tradição e ritos. Moser (2008) afirma que, ao ler as *Memórias* de 1967, sentiu-se curioso com relação à postura de Nelson ante ao quadro que se desenhava naquela sociedade carioca urbana – as pessoas já não se preocupavam em saldar o enterro, em trajar preto ou passar horas madrugada adentro nas tradicionais vigílias fúnebres. Não se chorava mais como antigamente. E para

¹⁰⁵ Reflexões presentes na Crônica 5 – referência na p. 12 do capítulo I.

Nelson trata-se de um ultraje. Em uma passagem da vigésima quinta crônica¹⁰⁶, Nelson assim relata: “Hoje, a dor não justifica nem uma gravata preta. Ninguém põe luto. Ainda outro dia, eu ouvia uma mocinha: -‘o sentimento não está na cor.’ Está. O sentimento está, sim, no terno chegado da tinturaria. E no vestido negro.” (p. 141).

Categoricamente Nelson se posiciona de forma contestatória à ausência ou à prescindibilidade da expressão externa da dor. A cor preta assume importância intrínseca às manifestações de dor e de sofrimento pela perda de alguém. Ela endossa a tradição brasileira de se manter discreto no pós-morte e, principalmente, reservar um lugar de homenagem e adoração àquele que partiu. Nelson é um inconformado com a incapacidade que a sociedade moderna demonstra em fazer persistir pelos anos os rituais de morte e pós-morte. Bayard (1996) aponta que a significação de um ritual recai sobre o seu valor simbólico. Em uma cerimônia fúnebre, por exemplo, o rito consiste em teatralizar a relação com o defunto de maneira a honrá-lo como se ele não tivesse morto. Assim, Bayard (1996) discorre sobre as etapas que compõem a ritualística fúnebre: primeiro a agonia, instante de sofrimento que precede a morte; passa-se então ao velório, aos pêsames e ao luto público (prestado a figuras renomadas da sociedade), social (marcado pela cor da roupa, geralmente preta) e psicológico (o sentimento da perda, o habituar-se à separação física e o reencontrar prazer na vida). Por fim, os ritos se estendem aos cultos aos mortos e missas em sua homenagem, bem como às visitas aos cemitérios, no ocidente no dia 02 de novembro. Na concepção do antropólogo, o homem inventou os ritos fúnebres na intenção maior de tentar conter o incomodo e a perturbação frente ao que não pode controlar - a morte - de maneira a permiti-lo, quando diante do inesperado, ultrapassar o sentimento de angústia frente à incerteza. Bayard (1996) assim afirma - “o sentido profundo e a função fundamental dos ritos funerários dizem respeito ao homem vivo, indivíduo ou comunidade: é necessário dominar simbolicamente a morte para tranquilizar, curar e prevenir.” (p. 11).

Bayard (1996) separa os ritos em dois grupos: os ritos de oblação e os ritos de passagem. Quanto ao primeiro, trata-se da maneira como o cadáver é cuidado, desde a preparação do corpo, a fim de atribuir-lhe uma aparência de dignidade, passando pelas vigílias fúnebres de orações, de choros, de silêncios até às simples visitas ao necrotério. Objetiva-se com todas essas encenações fúnebres reter o morto entre os vivos de forma a retardar o momento da separação definitiva. Quanto ao segundo, denomina-se ritos de passagem, que se caracterizam por marcar definitivamente a separação entre mortos e vivos garantindo aos que partiram o descanso em

¹⁰⁶ Crônica 25 – referência na p. 51.

outro plano. Reis (1991) divide os ritos de passagem em duas manifestações que certamente se sobrepõem: os ritos de separação - transporte do cadáver, a queima de seus objetos, as cerimônias de sepultamento e de expulsão dos mortos das casas onde habitavam enquanto vivos – e os ritos de incorporação, aqueles que permitiam ao morto reencontrar-se com os que partiram antes deles, por exemplo, por meio da extrema-unção e do enterro.

Por fim, Bayard (1996) afirma que os ritos são, acima de tudo, gestos técnicos e que num dado instante em que esses gestos se unem e se perpetuam passam a compor um todo simbólico transformando-se em “algo visível [ritos] que remete a um significado ausente.” (p. 17). Nelson Rodrigues questiona a ausência do rito na sociedade do presente de sua narrativa, traz à tona os ritos do passado e, dessa forma, por linhas redigidas por um narrador que rememora, transfigura-se diante do leitor, no plano do simbólico, os mortos que encenam a antologia rodrigueana sob a luz da memória.

3.4 Nos leitos de morte...

Philippe Ariès (1989) aponta que entre a Idade Média e meados do século XVIII há uma forte ligação entre vivos e mortos no Ocidente católico. Não se morria sozinho. Quando alguém se deparava com o fim, por conta de doença ou de enfermidade, por exemplo, a cena se repetia: o leito do enfermo era cercado por religiosos, parentes, amigos, vizinhos. A essa situação Ariès dará o nome de morte domesticada. Pacificamente conviviam a morte e a vida. O temor das pessoas não pairava na morte, mas sim em que esta chegasse de maneira repentina, impedindo que um dos quartos da casa se tornasse local sagrado de espera. Morrer acompanhado era tradição para que a pessoa fosse agraciada com a chamada boa morte.

No século XIX, a preocupação com uma boa morte integrava o imaginário popular brasileiro segundo o historiador Reis (1997) afirma em seu texto “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista”. E alcançar uma boa morte é passar pela agonia ritual do leito. Sendo a alma colocada na posição de imortalidade, a morte não era vista como o fim; compunha uma fase necessária à passagem para o novo mundo. E o leito de morte cercado de companhia facilitaria a integração do falecido ao mundo dos mortos. A tradição católica pregava que o fim só se daria se a alma fosse para o inferno. Em épocas de crença em um lugar de redenção chamado purgatório, o agonizante no leito poderia rezar para que, sendo muitos os seus pecados, sua alma pudesse receber uma chance de alcançar a graça de ter como destino o céu. O leito torna

possível que o homem possa se preparar para a entrada no local de purificação. Como um auxílio para que a alma no purgatório fosse purificada, o morto deveria receber em sua intenção missas e promessas por parte de amigos e familiares e clérigos.

Na concepção de Ariès (1989, p. 116) o quarto “tornava-se teatro de um drama onde se decidia pela última vez o destino do moribundo”. A essa encenação assistia uma plateia – a morte era pública. Assim foi com o leito de morte de Mário Rodrigues. Os filhos se revezavam aos pés do pai, mas, nas linhas de *Memórias*, nenhuma menção a pecados, a santos ou à religião. Diante do pai enfermo, pouco tempo depois de ficarem por três dias à beira da cama de Roberto no hospital, Nelson se abre em memórias que apontam para nós um homem incomodado por algo que não deveria surgir no cenário da pré-morte: o sono. Como poderia querer dormir no momento em que deveria velar pelo pai? E se ele abrisse os olhos, e se quisesse conversar, se precisasse de algo? Nelson confessa se esquecer da agonia do leito do pai uma vez tomado por um intenso sono¹⁰⁷. Para ele uma afronta ao sofrimento e à dor do pai. Se voltarmos à noite da morte de Roberto, encontraremos, como narrado nas crônicas rodrigueanas¹⁰⁸, um Nelson que, mesmo diante do quadro de piora do irmão, dormiria a noite inteira. Só pela manhã, ao acordar, receberá a notícia de que Roberto falecera. Nelson permanecia com os outros familiares ao pé do leito, mas não faz parte da plateia que assiste aos últimos minutos. No leito do pai e no leito de Roberto, o sono e Nelson se encontram unidos.

O leito de Mário Rodrigues, sob a ótica de Ariès (1989), simbolizaria o amor. O amor de um pai que convalesce por perder um filho assassinado, o amor dos filhos que vigiam dia e noite o pai doente. Mário Rodrigues e Roberto Rodrigues tiveram tempo para a agonia do leito. Reis (1997, p. 101-104) destaca que nos costumes brasileiros de fins do século XIX constava que as enfermidades eram dádivas divinas que auxiliavam a salvação do homem uma vez que este se veria a esperar pela morte e lá, no leito, poderia se organizar econômica e espiritualmente para esse momento. Mário Rodrigues deixa Mário Filho e Milton Rodrigues com a tarefa de cuidar da mãe e dos dez irmãos.

Meses antes, Roberto fora surpreendido pela morte. Nelson tem a certeza da morte quando ouve o grito do irmão após o tiro. O grito de Roberto era de morte. Da redação de *Crítica* para os três dias no leito de um hospital - lá Roberto afirma a certeza da morte. O mal morrer. Reis (1991) afirma que, no contexto do século XIX, morrer em hospital tratava-se de um mal. A

¹⁰⁷ Memórias inscritas na crônica 80 – referência na p. 59.

¹⁰⁸ Crônica 24 – referência na p. 56.

moradia reservava ao doente maneiras de assegurar-lhe o bem morrer, pois poderiam ser postos em prática os ritos e as práticas necessários à proteção do morto, da casa e da família. Roberto, mesmo sendo morto, teria tempo de receber afeto daqueles que o amavam.

Paulo Rodrigues, sua esposa, sogra e os dois filhos são surpreendidos pela morte – o mal morrer. Ariès (1989) aborda a chamada *mors repentina* no contexto da Idade Média – o fim não só chegava de forma abrupta, mas também clandestina, sem testemunhas. No passado, esse tipo de morte era considerado desonroso, da qual nem se ousava falar. Simbolizava maldição à família. Numa tentativa de se proteger do mau agouro que repousava sobre a morte trágica, optava-se pelo silêncio, por se renegar a memória do familiar morto. Entende-se, assim, por que vivos e mortos conviviam em pacificidade. Não se temia objetivamente a morte, mas sim a ausência de anúncios antecedentes a esse momento de passagem a outro mundo. No presente das crônicas de *Memórias*, a morte encontra-se banida da vida diária. Torna-se tabu. O mau agouro pode ser justamente advindo da ação de falar ou escrever sobre a morte. Essa falta de entrosamento entre vida e morte aflige o narrador Nelson Rodrigues. No passado, a tragédia com Paulo e sua família simbolizaria desonra. No presente, comoção. Nelson se silencia durante uma semana após a tragédia; retorna às crônicas e apresenta o texto que, segundo ele, já estava redigido às vésperas da tragédia. No imaginário rodrigueano, a morte se anunciara¹⁰⁹. Os sinais existiram.

Nelson nos leva até o irmão Mário Filho, morto enquanto tentava socorro ao telefone, devido a um ataque fulminante do coração. Lá, a morte também se anunciara. Nelson escreve na crônica 72 que “A morte é anterior a si mesma. E Mário Filho começara a morrer muito antes. Há uma bondade de quem vai morrer (...). Lembro-me de que, nos últimos dias, foi um ser prodigiosamente bom.” (p. 371)¹¹⁰. Nelson, em suas *Memórias*, dá aos irmãos mortos repentinamente um leito simbólico, um fazer-se anunciar o fim que, mesmo não os livrando da tragédia, preencheria em Nelson o vazio de não poder ter estado aos pés do leito de morte dos irmãos e os retira, assim, do lugar de desonra. Mencionei no subtítulo “*Memórias* despertam pesquisas” que Moser (2008) aponta para um vazio em Nelson Rodrigues e, na página 84 desta dissertação, eu conferi à escrita do teatro rodrigueano e das *Memórias* uma forma que Nelson Rodrigues possa ter encontrado para preencher esse vazio. O leito imaginário cedido aos irmãos

¹⁰⁹ Discorro sobre a morte que se anuncia nas passagens em que Nelson escreve sobre o filme a que assistiu no cinema antes de Paulo Rodrigues falecer – p. 45.

¹¹⁰ A referência da crônica 72 encontra-se na p. 35.

serviria literariamente também para ocupar essa lacuna no narrador. E se morto alguém estava, cabia aos vivos velórios e cortejos.

3.5 Vigílias noturnas

Madrugada afora, no aconchego dos lares, corpos, e corpos, e corpos eram velados. Pela narrativa de *Memórias*, assim foi com Dorinha e seu enterro de anjo aos oito meses de vida; assim foi com Roberto Rodrigues. Assim foi com a vizinha adúltera, a odalisca do umbigo de fora. Assim com os mortos da infância de Nelson na Rua Alegre. À maneira das antigas carpideiras, a mãe da Rua Alegre esganiçava aos gritos de choro pela filha morta. Anunciada estava a tragédia. Avisados e convidados os vizinhos para velar o corpo.

No Brasil do século XIX, o primeiro a anunciar a morte de alguém era o choro estridente das carpideiras numa espécie de convite para que vizinhos viessem partilhar do momento de dor da família. Reis (1991, p. 114) afirma que essa era uma ocupação tradicional trazida ao Brasil por portugueses e também por africanos. Mulheres eram remuneradas para chorar mortos alheios. Esse costume está intimamente ligado à crença de que gritos altos e choro forte seriam capazes de afastar maus espíritos das proximidades do morto e também, a alma do próprio falecido de perto dos familiares e vizinhos vivos. As pessoas da família e da vizinhança também choravam, mas havia nessa atitude, sem descartar a comoção ou a tristeza, um significativo peso ritualístico. Chorar era formalidade própria da cerimônia fúnebre.

Quando se lembra do velório de Roberto, e também ao narrar a morte de Paulinho e de Mário Filho, Nelson nos revela que não chorava como gostaria. Na manhã em que recebeu a notícia da morte de Roberto, não conseguiu chorar. Se esforçou para tal, mas não conseguia; buscava inspiração na menina morta da Rua Alegre. A mãe chorava muito. Mas Nelson, como que cheio de pudores, não. Só conseguiu se libertar desse aperto por não chorar quando chegou à casa em que morava com os pais e os irmãos. Ali chorou. Diante de Mário e de Paulinho, ante a agonia da família, confessa não ter demonstrado seu sentimento de tristeza por meio de lágrimas justamente por vergonha. Sentiu vergonha do choro do pai no velório da irmã Dorinha. Todos ouviam aquele choro que constrangimento causava em Nelson criança.

E o interior das casas traziam ao velório o aconchego familiar. Cheiros, objetos, paredes e móveis combinavam-se de modo a trazer acalanto à dor e a permitir que o morto permaneça por mais algumas horas ao lado de familiares, amigos e vizinhos. No espaço familiar tornam-

se possíveis, ainda, as expressões de sofrimento por meio de fisionomias. Nelson escreve na vigésima quinta crônica¹¹¹ que não consegue se esquecer das fisionomias de seu pai, de sua mãe e de seus irmãos durante a madrugada em que velaram Roberto. Na memória dele, os rostos se encontram em representações de dor, avaliadas por ele como encenações ruins.

Velórios no particular das casas asseguravam o chamado bem morrer. Depois da agonia do leito, as portas e as janelas deveriam ser abertas para facilitar a saída do morto ao outro plano. O ritual colaborava para a passagem – da higienização do corpo, passando por perfumes até às vestimentas – em todo o cerimonial havia a intenção de auxiliar para que o morto encontrasse o novo caminho que deveria seguir e que se apresentasse de maneira asseada quando em contato com o lugar pós-morte.

E, uma vez que a vigília era uma típica celebração da sociedade, comida e bebida deveriam compor a mesa que serviria aqueles que passariam a noite junto ao morto. Reis (1991, p. 131) afirma que, embora não tenha encontrado registros em testamentos quanto à comidas e à bebidas servidas durante as vigílias fúnebres do Brasil oitocentista, acredita que, mesmo proibidas no interior das igrejas, as refeições não eram esquecidas uma vez que, para rezar e prantear de maneira vigorosa, por horas a fio, as pessoas necessitavam estar alimentadas (às vezes até mesmo com bebidas alcoólicas que pudessem colaborar para o afloramento das emoções). A proibição de que comidas constassem nos testamentos escritos ainda em vida, como parte do preparo para uma boa morte, pode datar do século XV. Àries (1989, p. 135) afirma que as referências a refeições aparecem em documentos do século XV, não como parte integrante das cerimônias, mas sim como algo proibido. Os africanos praticantes do vodu, segundo Bayard (1996, p.120), realizavam festas coletivas em que eram servidos café e chá com gengibre durante a noite toda. Curiosamente, essa é uma cultura brasileira herdada dos povos escravizados e que perdurará até os dias atuais quando a família opta por velórios madrugada afora. Era e continua sendo hábito que se derrame uma parte da bebida no chão como forma de homenagear o morto. Um gole pro santo.

Se há a possibilidade de que comidas e bebidas não fossem parte fundamental do ritual da boa morte, por analogia podemos refletir sobre a afirmação de Bayard (1996) quanto ao pudor necessário frente à morte. Fato é que, como descrito no capítulo I deste trabalho, Nelson tentou conter a fome na madrugada do velório de sua irmã Dorinha. O pudor que deveria demonstrar fora derrotado. E para agravar a situação, Nelson se alimentara de sonhos doces.

¹¹¹ Crônica 25 – referência na p. 55.

Diante do leito do pai, Nelson sente fome e sono – ali se recorda da fome sentida na madrugada do velório de anjo em sua casa. Sono e fome. O pai a convalescer. Não comeria – definitivamente. E de repente o leito deixa de ter importância. Nelson se desapega do pudor; vai dormir aos pés do pai. Lamenta-se sobre quanto é triste o sono diante da morte. Termina beijando as mãos do pai¹¹². Lembra-se do pai, na vigília ao corpo do filho Roberto Rodrigues. Mário Rodrigues se recusava a dormir. Durante o período de luto, recusava-se a comer. Carecia de manter o pudor ante à tragédia com a família. Nelson se recusaria a sorrir meses depois do assassinato. Bayard (1996, p. 13) afirma que nas sociedades modernas resta ao homem o sofrimento comedido com visitas passageiras aos locais de velório, sendo que “o falso pudor e a obstinação em fugir da morte impedem ou limitam a expressão espontânea de um rito de adeus”. Por vergonha, Nelson conta não ter chorado ou sofrido como deveria diante da morte dos irmãos. Antes disso, não dissera a eles tudo que deveria em vida.

E toda a vigília fúnebre realizava-se iluminada com velas. No século XIX, muitas, muitas velas. No século XX, esse objeto ainda participa da composição de um cenário fúnebre.

3.6 Ao calor de velas, muitas velas - velórios

Nelson Rodrigues vê com curiosidade o fato de, imediatamente após a morte, surgir ao lado do corpo recém falecido uma vela acesa. Ele considera que essa situação faz parte da tradição brasileira. O círio é um elemento conhecido no cenário de morte brasileiro. Não importa quem dispõe a vela, quem a acende, quem a segura – interessa que a lanterna dos mortos¹¹³ esteja ali, a iluminar o corpo velado.

No Brasil do século XIX, versavam os costumes que quanto mais cera derretida durante a cerimônia fúnebre, mais honras e homenagens se prestavam ao falecido. Reis (1997, p. 118) refere-se ao rito simbólico que a vela representava entre os participantes do velório. O autor escreve que “a cera ajudava a abrir o caminho do morto nas trevas da morte, simbolizando o esvair da matéria”. No interior do país, a cera apresentava-se com um alto valor no mercado econômico. Assim, era comum que as pessoas mais pobres frequentassem velórios na intenção de arrematar os pequenos pedaços de cera que sobravam da queima das velas, os quais serviriam como instrumento de barganha.

¹¹² Crônica 80 – referência na p. 54 desta dissertação.

¹¹³ Nome dado à vela por Jean Piere Bayard (BAYARD, 1996, p. 22).

Guilarduci (2015), em trecho do artigo “As exéquias do rei barroco: por um trono vazio”¹¹⁴, publicado na Revista *Raído*¹¹⁵, conta acerca de um ritual realizado na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, na cidade de São João Del-Rei, em cerimônia de celebração ao falecimento do Rei D. João V, no ano de 1751. Segundo o pesquisador, para o rito foram repartidos entre os fieis um total de 15 arrobas, aproximadamente 220 quilos de cera. De acordo com esse dado, pode-se calcular que a cerimônia foi iluminada com, aproximadamente, 400 velas – número significativo que permite pressupor quantas pessoas estiveram presentes na celebração.

Bayard (1997, p. 24) discorre sobre as velas no ritual católico de morte. Os círios são compreendidos como “símbolo da alma que se liberta dos entraves do corpo” (p.24) sendo ofertado a Deus para que alcance com misericórdia e vida eterna a alma do morto. As velas são um símbolo que assegura ao ritual da boa morte, como um dever cristão, a distância entre o morto e o mal. Um ditado português versa que “da porta cerrada, o diabo retorna”¹¹⁶. A vela denota a porta cerrada. Precaução. Nelson em nenhum momento menciona crença na simbologia da vela. Não se trata de um narrador católico, supersticioso. Trata-se, pois, de um homem observador, ainda aquele menino que bisbilhotava os velórios na infância, curioso pelos mistérios da vela que se ilumina de forma desconhecida ao lado de quem morreu.

É como se, em *Memórias*, nos deparássemos com um ato que se repete, impreterivelmente, por gerações – acender velas ao morto – até que nosso narrador questiona o porquê dessa atitude social, sem, para isso, condenar a prática. Quem acende? A pergunta mais curiosa é: no caso de uma morte por atropelamento, por exemplo, quem ali possui uma vela para que possa, imediatamente após a morte, despojar-se desse objeto em sinal de empatia social? A força do ritual está no próprio ritual, não há, no presente da narrativa, uma necessária explicação religiosa por parte daqueles que se deparam com alguém morto pelo caminho. Interessa que a vela traga o clima que Bayard (1997, p. 23) considera de pureza, amor, calor e leveza. Quando Nelson, repórter de polícia a redigir sua primeira nota, se viu diante de um homem morto por um acidente com um ônibus, estava em cena a vela¹¹⁷. Ao se lembrar da passagem, já no presente, o narrador das crônicas realça a marca da tradição brasileira – o elemento de cera fomenta a reflexão rodrigueana e, se levarmos em consideração o apego de

¹¹⁴ *Raído*, Dourados, MS, v.9, n.20, jul./dez. 2015, pp.85-101, página citada 96.

¹¹⁵ Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados.

¹¹⁶ REIS, 1991, p. 101

¹¹⁷ Passagem narrada na crônica de número 54 – referências na p. 70.

Nelson às tradições diante da morte, podemos imaginar que nosso narrador, em lembrança, encontra-se contemplado em suas necessidades de que a sociedade reverencie a morte.

3.7 Cortejos fúnebres

Se, no presente da narrativa, não se mantêm as tradições de luto, fato é que os cortejos fúnebres também não compõem mais o cenário da morte. No passado, o cortejo percorria em procissão as ruas e as vielas das cidades até o local de descanso do corpo, fosse ele debaixo de uma igreja ou, no contexto pós-independência, a partir da política higienista importada da Europa liberal para o Brasil, em cemitérios fora dos limites urbanos (urbano aqui deve ser compreendido como sinônimo de civilizado, ou seja, padrões sociais de brancos europeus em oposição ao mestiço brasileiro). Os populares pelo caminho rezavam e se compadeciam. Saudavam com respeito o cortejo. A morte era celebrada na intimidade das casas. Depois da convivência pacífica madrugada afora entre vivos e mortos, era chegada a hora de caminhar por ruas habituais. A morte era habitual. Reis (1997, p. 141) registra que no Brasil do início do século XIX “a casa estava perto da igreja, ambas faziam parte de uma paróquia, que fazia parte de uma cidade. Vivos e mortos faziam companhia uns aos outros nos velórios em casa, em seguida, atravessavam juntos ruas familiares.”

Como apontado no capítulo II, Nelson Rodrigues discorrerá sobre os cortejos do passado com notórios saudosismo e inconformismo. Saudades do clima de reverência que pairava por onde passasse a procissão de enterro. Inconformismo justamente pela perda, no presente, da realização do tradicional cortejo. O motivo, segundo o narrador das crônicas, para não haver mais enterros no presente da narrativa encontra-se justamente na existência da fria capela (capelinha) onde os corpos passam a ser velados. Da capelinha passava-se em um trajeto curto para o túmulo. Nada de chapéus a saudar, rezas pelo caminho, compadecimento. Nada de velas, músicas, cavalos, carros e multidões. Resta apenas a insensibilidade da capelinha.

Reis (1991, p. 155) afirma que “o fator humano, representado por parentes, padres, confrades, músicos, pobres, soldados e convidados compunha a estrutura dramática da pompa fúnebre”, no século XIX, na cidade do Rio de Janeiro. Quanto mais pessoas presentes durante a cerimônia do adeus, mais “status” adquiria o morto e por efeito a família do morto. No presente da narrativa a capelinha mudaria o cenário de morte. Mas essa modificação data de décadas antes da capelinha. No passado, segundo Reis (1991), o componente fundamental que

acarretará a mudança no cenário social da morte são os carros fúnebres. No Rio da passagem do século XIX para o XX, os carros mortuários eram puxados por dois cavalos. Reis (1991, p. 155) aponta que as seges, nome dado a esse tipo de carro, tornam o rito mais impessoal e privado. O corpo não desfilava mais em meio à multidão, não percorria as ruas sustentado por mãos e braços humanos. O trabalho de transportar o corpo em sua sociedade em desenvolvimento econômico e industrial em fins de 1900 é confiado a carros e a animais. No passado, os carros fúnebres; no presente, a capelinha.

No Brasil colonial denominava-se “funeral barroco”, segundo Reis (1991, p. 137-139), o cortejo realizado com pompa, luxo, velas e número expressivo de populares. Embora as pessoas mais pobres também planejassem a morte, era tradição entre os mais ricos imitarem o enterro de homens soberanos, como, por exemplo, aqueles pertencentes à nobreza. Quanto maior fosse o luxo do enterro maior era o *status* atribuído ao morto. Os velórios caracterizavam-se como verdadeiros eventos sociais. Reis (1991) mostra que a quebra dessa tradição dos grandes cortejos inicia-se na França pós-iluminista uma vez que avançavam naquele território os pensamentos racionais, a laicização das relações sociais e a consequente descristianização. Os registros da época comprovam uma diminuição do número de missas e de instruções para a cerimônia fúnebre. A mentalidade do homem passava por mudança.

No Brasil, os grandes enterros permanecem durante o século XIX até meados do XX. O modelo católico de enterrar permitia representar o julgamento que a sociedade fazia dos mortos. Os funerais não são apenas compreendidos como uma benfeitoria à alma do morto, mas também como uma “celebração da posição econômica, do prestígio social, da projeção política” ou até mesmo como um símbolo da “insignificância do morto” (REIS, 1991, p. 80). A partir dessa visão de “status” ou “insignificância” ao morto, posso refletir sobre três construções de velórios de personagens em Nelson Rodrigues – o pai Mário Rodrigues, a odalisca com o umbigo de fora (a adúltera?) e a personagem Zulmira da peça *A falecida* (1953). Há em comum, entre os três personagens, o funeral barroco.

Como já mencionado, Nelson não escreve em *Memórias* a respeito da morte do pai – atém-se apenas ao leito. Isso não significa que o narrador tenha deixado de ficcionalizar como seria o velório de Mário Rodrigues. Nas *Memórias* o narrador se recorda de suas fantasias quando criança e depois quando adolescente ao imaginar para o pai um enterro com pompa e comoção nacional. Um daqueles que o Rio de Janeiro nunca tinha presenciado. No século XIX era costume que as famílias buscassem audiência para os funerais. Realizar velórios com grande

número de pessoas é tradição no país herdada da época colonial. Segundo Reis (1997, p. 117), “a capacidade de mobilizar muita gente era um sinal de prestígio do morto e sua família”. Mário Rodrigues nas Memórias é o personagem pai e jornalista de inestimável admiração por parte de nosso narrador.

A vizinha do umbigo de fora no carnaval recebe do marido um grande velório: seis cavalos com penachos levaram seu corpo até o cemitério. Mesmo a mulher sendo uma suicida e no imaginário popular também adúltera, o marido não lhe nega as últimas homenagens. Nelson afirma que ficara extasiado com esse enterro. E, por conta deste, o marido eleva a esposa a um lugar de relevância social situação que supostamente causou desconforto social levando a novas fofocas entre os moradores da Rua Alegre – como podia o marido traído respeitar a esposa dando-lhe um enterro que a destacava socialmente como pessoa?

Por fim, Zulmira. Mulher típica do subúrbio carioca, tuberculosa, em seu leito de morte implora ao marido que lhe arranje um velório ao estilo barroco. A mulher, que se sentia humilhada pela prima Glorinha, queria um velório que a colocasse em lugar de distinção econômica. Não tivera isso em vida, desejava ter em morte. A prima haveria de sentir inveja. Implora, então, que o marido Tuninho procure pelo milionário Pimentel garantindo que este lhe arrumaria dinheiro para a cerimônia fúnebre. Tuninho, assim, descobre que Zulmira e Pimentel foram amantes no passado. Ameaçado, Pimentel dá a Tuninho o dinheiro exigido. Zulmira morre. A vingança de Tuninho vem à cena – a mulher é enterrada em caixão barato, sem flores, sem elegância. Tuninho nem sequer aparece ao velório e ao enterro da esposa. Zulmira está morta e socialmente humilhada. Tuninho assiste a uma partida de futebol, joga o dinheiro do amante de Zulmira para o alto no momento da vitória de seu time. Chora.

A imaginação de Nelson Rodrigues criança e adolescente e o desejo de Zulmira no leito de morte podem ser refletidos como símbolos metafóricos para os testamentos comuns no Brasil do século XIX, nos quais se registrava o desejo das tradicionais pompas fúnebres. A concretização dessa tradição é o enterro da vizinha que expôs o umbigo no carnaval. Uma boa morte jamais seria solitária. Multidões acompanhando o cortejo e populares que parassem a saudá-lo significavam uma espécie de consolo para os sobreviventes – a dor era pública e o consolo a quem a sentia também. E depois do enterro, a reverência à morte ainda se faz necessária.

3.8 Rito de separação: o luto

Jean Pierre Bayard (1996, p. 182) afirma que no passado o luto era uma espécie de “estado fora do normal”, ou seja, aquele período de tempo em que familiares mantinham-se distantes da vida social costumeira, permanecendo em estado de reclusão. O fim do luto poderia se dar por ocasião de alguma celebração de ano de morte. Entendia-se que o falecido estaria já, àquela altura, integrado com o mundo do além.

Segundo a antropologia de Philippe Ariès (1989) a finalidade primeira do luto, subentendida na Antiguidade pagã, era permitir ao sobrevivente desoprimir-se de seu sofrimento pela separação. A igreja não se envolvia nas representações de luto, cabendo a ela a cerimônia religiosa de absolvição, primeiro no corpo vivo e depois no corpo morto, no local onde ocorrera a morte e ainda sobre o túmulo. Fora dos limites do clero é possível questionar-se sobre como a vida continuaria para aqueles que enterram um ente querido.

Nelson levanta essa mesma questão. Como prosseguir sem aqueles que são fundamentais à nossa existência? Se não podemos partir com eles, resta-nos demonstrar aqui em vida o respeito à memória do morto. Ao enlutado roupas pretas e modestas ou escassas expressões de sentimentos atrelados à alegria e ao humor. A família de Nelson, após a morte de Roberto, mantém-se em trajes escuros por tempos. Nelson vai ao teatro meses após a tragédia com Roberto e não se permite o riso. É ali que, segundo o nosso narrador, nasce para ele a ligação definitiva entre teatro e sofrimento, entre teatro e morte. A dramaturgia de Nelson Rodrigues seria, assim, concebida como a arte que advém como consequência do luto rodrigueano.

O luto no Brasil oitocentista, de acordo com Reis (1991), além de ser exposto como um mecanismo para demonstração de dor e sofrimento, também era uma forma de defender a família contra um possível retorno do falecido. Pairava entre as pessoas o medo de que o morto retornasse para perto da família. Assim que os velórios deixavam as casas, tratava-se de rapidamente apagar vestígios da morte: varria-se a casa, fechavam-se janelas e portas. Ali o morto não era mais bem-vindo. As roupas do finado, objetos envoltos em um ar fantasmático propiciador do medo, eram exterminadas pelo fogo. Peter Stallybrass, na obra *O casaco de Marx – roupas, memória, dor* (2000, p. 44), afirma que “é difícil para nós viver com os mortos, não sabemos o que fazer com as roupas nas quais eles ainda estão pendurados, habitando seus armários e suas cômodas”. No passado, o fogo resolveria a questão. Para esse autor, a roupa é “um tipo de memória” (*Idem*, p. 18) sendo por isso capaz de absorver, presentificar e perpetuar a presença daquele que morreu. No passado, vestir roupas de mortos, segundo Bayard (1996),

poderia ser um chamariz àquele que morreu para que se incorporasse a quem trajava suas roupas.

O Nelson Rodrigues garoto de 1929 herdará um terno do irmão falecido, Roberto, e em 1967 se sentirá envergonhado ao se lembrar de tê-lo usado sem o mínimo sentimento de compaixão. A memória da roupa do irmão só comoverá o Nelson Rodrigues de 1967. Em 1929, Nelson conviveu pacificamente com a roupa do irmão morto. Em 1967, essa imagem o constrange. Como poderia ter feito uso de um bem material sem atribuir a ele ares de tristeza e sofrimento? Colocou as mãos nos mesmos bolsos que outrora pertenceram a Roberto e só muitos anos depois se dará conta de que Roberto habitaria sempre aquele traje. Em 1929, a roupa de Roberto não passou de peça física capaz de proteger o corpo. Em 1967, objeto de memória capaz de presentificar a presença ausente de Roberto de maneira a fazer com que Nelson se vista do irmão com afeto e saudade.

Por ocasião de morte no Brasil do século XIX, a família abria os armários e as vestes pretas passavam a compor o cenário do luto. Havia inclusive uma legislação à época do Brasil colônia, a qual decretava o período de luto, representado nas vestimentas pretas, segundo o grau de parentesco com o morto. Seis meses para cônjuges, pais, avós, bisavós, netos, bisnetos e filhos. Quatro meses para sogros, genros, noras e cunhados. Dois meses para tios, primos, sobrinhos e meio-irmãos. Por fim, quinze dias para parentes mais afastados. A família Rodrigues abrirá as portas dos guarda-roupas em fins de 1929. Ainda na vigésima quinta crônica de *Memórias* Nelson conta que “Em 1929, minha família vestiu-se pesadamente de luto. Meu pai, minha mãe, todos os meus irmãos. Cheguei a pensar em nunca mais tirar o luto, nunca mais.” (p. 141).

3.9 A Gripe Espanhola (1918)

Desta forma não ocorreu com os mortos da Espanhola – nada de velórios familiares, de enterros ou de velas. Nada de cavalos com penachos. Os mortos da Espanhola não foram velados, ou chorados, ou cortejados. Em 1918, quando Nelson somava seis anos de idade, um surto de gripe Espanhola aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Segundo informações divulgadas pelo *site* da Fiocruz¹¹⁸, a doença desembarca no Brasil em setembro de 1918, trazida

¹¹⁸ A Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição destinada a pesquisas biológicas; considerada uma das principais instituições mundiais de pesquisa em saúde pública.

pelo navio inglês Demerara. Antes disso, o governo brasileiro teria ignorado as notícias de morte e de sofrimento causados pela doença na Europa. Acreditavam que o mar evitaria o contágio nas terras brasileiras. Ainda em setembro, marinheiros desembarcam doentes na costa do Recife e a gripe é oficialmente confirmada no país ainda neste mesmo mês. No início da epidemia, diante da falta de informações sobre tratamento, sobre cura e sobre quais remédios consumir, o governo orienta as pessoas a evitarem aglomerações. Pelos jornais, conforme os dados da Fundação Osvaldo Cruz, espalhavam-se receitas caseiras populares, como a queima de incensos e de alfavaca, além de pitadas de tabaco, a fim de limpar o ar e combater o vírus.

A doença acarretaria a chamada morte volatizada; foi uma epidemia que assustou não apenas pela rapidez de contágio e pela quantidade de doentes, mas também por não haver quem fabricasse caixões ou cavasse túmulos em cemitérios. Morria-se rápido e aos montes. Reis (1991, p. 75) esclarece que no Brasil a população temia não a morte em si, para ela todos se preparam. Temiam sim era a morte que chegava de repente, sem funeral, sem sepultura. As covas da Espanhola eram coletivas. Os carros designados pela prefeitura passavam pelas ruas da capital federal recolhendo corpos caídos nas calçadas, nos becos, nos bueiros e também daqueles que morressem no interior das casas. Estima-se que 65% da população brasileira tenha ficado doente, sendo que na cidade do Rio de Janeiro registraram-se 600.000 pessoas no leito e 14.348 mortes.

Nas *Memórias* de Nelson Rodrigues, o narrador volta a 1918, quando contava com seis anos de idade e narra que em sua casa todos adoeceram menos ele. Trata-se, assim, de se ler em *Memórias* registros da memória coletiva. Ariès (1989, p. 134) afirma que as grandes epidemias deixam marcantes lembranças na memória coletiva. As crônicas¹¹⁹ de *Memórias* ressaltam a impossibilidade de ocorrerem os tradicionais cortejos fúnebres. Outra vez o narrador se apresenta como um afeito e um saudosista à tradição. O foco da memória nas passagens em que Nelson discorre sobre a epidemia no Rio de Janeiro é o óbvio passado, no entanto, as considerações críticas, sejam elas referentes à falta de cortejos e de sepulturas, sejam elas relacionadas ao carnaval pós-espanhola, são construídas por um narrador do presente, não um menino de seis anos que está diante de muitas pessoas enterradas sem cerimônia, mas um homem que conhece os fatos históricos e que pode narrar ao público-leitor um acontecimento relevante do Brasil de 1918 e 1919.

¹¹⁹ Crônicas 11, 12 e 13 – referências nas p. 68, 40 e 71 respectivamente.

A morte pela Espanhola exemplifica o chamado “mal morrer”. Nada de avisos, preparação, testamentos, choros, velas e enterros. Quem anunciava a morte não eram mais as carpideiras. Nelson, inclusive, lamenta-se por ninguém ter chorado os mortos da Espanhola. No início da peste, em meados de agosto de 1918, quando os governantes ainda não consideravam a gripe como epidemia, houve tempo para as cerimônias fúnebres: choro, velórios e cortejos como pregava a tradição. Os religiosos ainda conseguiam distribuir sacramentos aos moribundos e inclusive realizavam rezas coletivas e procissões para pedir pelas pessoas adoentadas e mortas de forma tão repentina, além de clamarem pela intercessão dos santos para que os pecados do povo fossem perdoados. As aglomerações religiosas irão assim ajudar na disseminação da gripe. Bayard (1996) em passagem em que discorre a respeito das tradições cristãs diante das epidemias, afirma que em situações de grandes catástrofes a igreja se ocupava de organizar “importantes procissões para implorar o perdão do Senhor.” (p. 134). Explicita-se, assim, a doença como castigo coletivo.

Atrelado à construção de uma boa morte estava o local em que o corpo seria enterrado. As tradições populares no país, vindas de além-mar, trazidas por nossos colonizadores e também pelos povos escravizados, versavam que um cadáver que não fosse dignamente enterrado se converteria em alma penada – perambularia infeliz e perdido a assombrar o mundo dos vivos. E na concepção de Nelson Rodrigues, no carnaval pós-Espanhola a cidade do Rio de Janeiro se viu habitada por almas presas a esse mundo. São elas os mortos não sepultados com formalidade durante a Espanhola. O conservadorismo rodrigueano se faz notar nas passagens em que o narrador apresenta com alarde e com repreensão a festa popular ocorrida em fevereiro de 1919. No carnaval pós-Espanhola, conforme alega o narrador, a população se renderia à promiscuidade de corpos e de letras de músicas. Para Nelson, um carnaval de hábitos dos quais não havia registros anteriores.

Susan Sontag, na obra *A doença como metáfora* (1984), registra que “as doenças sempre foram usadas para reforçar acusações de que uma sociedade era injusta ou corrupta.” (p. 91). A partir da postura conservadora do cronista, é possível identificar uma construção literária metafórica para a gripe alçando o despudor do carnaval de 1919 como castigo advindo das assombrações dos mortos insepultos da Espanhola. Sontag (1991) afirma que a preocupação com a ordem social pode ser refletida por meio das imagens que a população ou os autores constroem para as enfermidades.

Se os ares no carnaval são de subversão, fato é que isso recebe destaque nas crônicas de *Memórias* do carnaval pós-Espanhola. Compreensível, não? Depois do surto de gripe, aqueles que sobrevivem comemoram afoitos numa espécie de renascimento individual e coletivo. Roberto da Matta (1990) aponta na obra *Carnavais, malandros e heróis* que, no Rio de Janeiro do século XIX, os festejos de carnaval eram praticados no interior das casas ou restritos a bairros sem uma organização de público. O carnaval de 1919, para Nelson, marca a transição de um Rio antigo para um Rio novo – de repente, como num surto coletivo de euforia, as pessoas saíam de suas casas e se juntavam em grandes demonstrações àquilo que Nelson conservador se opunha: a erotização corporal e verbal.

Volto então a mencionar os mortos insepultos da Espanhola. Nelson Rodrigues atribuirá a desmoralização a que o Rio se submete às almas penadas que vagavam por cima dos telhados a lamentar a morte súbita responsável pelo mal morrer. A ótica rodrigueana tece, em *Memórias*, uma relação direta e causal entre o carnaval do despudor em 1919 e as almas vagantes daqueles que não puderam ser ritualmente enterrados. Explícito está para nós, leitores, a influência de valores tradicionais na obra de Nelson. Um homem apontado genericamente como tarado, pervertido e imoral não aceita que a tradicional festa popular do país, na capital da República, tenha se metamorfoseado de forma tão abrupta e tão ofensiva, não em termos estruturais e relacionados à ocupação do espaço urbano, mas - enfaticamente - em aspectos morais.

3.10 A “peste branca”

Em 1934, cinco anos depois da tragédia com Roberto e cinco após o falecimento de Mário Rodrigues, Nelson é diagnosticado com tuberculose, doença na época alcunhada como “peste branca”. Nas linhas de *Memórias*, ele registra essa primeira aparição da doença e também o retorno da enfermidade em 1943, ocasião em que, estabelecido como jornalista de *O Globo*, acabara de levar aos palcos *Vestido de Noiva*. Após a passagem em que Roberto Marinho chama Mário Filho para dizer a ele que Nelson andava mal cheiroso, além de se encontrar com uma péssima aparência¹²⁰, a tuberculose é confirmada. Em meio à “miséria”¹²¹, sem condições de

¹²⁰ Discurso sobre esse episódio na p. 63 do capítulo II.

¹²¹ O narrador de *Memórias* utiliza a palavra “miséria” para se referir à situação da família em 1934, quando o médico Dr. Brown visita a casa dos Rodrigues, examina Nelson e detecta a tuberculose. A passagem encontra-se na crônica 34 (referência na p. 61 desta dissertação) – “Ao entrar na sala, vira a miséria; no corredor, a miséria; no quarto, a miséria.” (p. 184). Em passagem da crônica 2 (referência na p. 63) Nelson escreve: “Eu e toda minha família conhecemos uma miséria que só tem equivalente nos retirantes de Portinari.” (RODRIGUES, 2009, p. 25)

arcar com o tratamento, Nelson consegue radiografia, consulta e remédios de graça. Dr. Brown, profissional que descobre a doença em Nelson, e o médico Aloízio de Paula recomendam que Nelson Rodrigues viaje a Campos de Jordão para internar-se em um dos Sanatórios da região. Assim, Nelson acata à recomendação médica e desloca-se, após licença remunerada autorizada por Roberto Marinho, para o lugar de refúgio na expectativa de se curar da enfermidade.

Isolar-se nos chamados “sanatórios” passa a ser costume a partir do início do século XIX. Com o movimento literário romântico, a tuberculose encontra-se atrelada aos padrões da vida boêmia - farras, bebidas, festas e gandaias. O doente era apontado como alguém que perambulava pela vida. Assim sendo, afastar-se de um cotidiano desregrado possibilitaria ao tuberculoso respirar novos ares, mais calmos e frescos por sinal, uma vez que o isolamento habitualmente dava-se nas montanhas, em regiões de clima mais frio. A escolha do confinamento apresenta também justificativa médica. Sontag (1984, p. 22) registra em seu livro, que médicos rotulavam a tuberculose como “doença molhada”, própria dos centros urbanos úmidos. Por isso, recomendavam que os pacientes viajassem a locais altos e secos, como montanhas e desertos. Esse costume se estenderá por mais de século e em 1934 a região de Campos do Jordão recebia muitos internos vindos de diferentes lugares do país em busca de cura para os males do pulmão.

Sontag (1984, p. 29) afirma que a sociedade anterior aos românticos cria o mito de que a tuberculose seria a doença da paixão, o mal que acometia aqueles que estavam inflados pelo amor e/ou privados desse sentimento. Admitia-se ainda pensar o caráter do tuberculoso como superior: sensível, criativo, um ser à parte, alguém dotado de capacidade excepcional para a literatura e para a arte. O romantismo viria consagrar a tuberculose como doença do coração (aqui com sentido figurado) uma vez que seus sintomas poderiam ser encarados como o poder de amor de uma pessoa por outra, simbolizando o excesso de paixão. Além disso, a autora salienta que nessa ótica a tuberculose foi ainda compreendida como consequência de uma esperança frustrada. Reflito aqui a situação de Nelson Rodrigues exposta nas crônicas¹²² em que é descrita a enfermidade como sequela das privações emocionais, afetivas e materiais por que passou com a família depois da morte do pai¹²³. Sontag (1984, p. 51) aponta que os

¹²² Crônicas apresentadas nas páginas 54/55 do capítulo II.

¹²³ Reitero aqui uma passagem da crônica 34 – “Se me perguntarem por que fiquei doente, diria apenas: fome. Claro que entendo por fome a soma de todas as privações. Não tinha roupa ou só tinha um terno, [o terno que herdara de Roberto] não tinha meias e só um par de sapatos. Trabalhava demais e quase não comia. Tudo isso era a minha fome e tudo isso foi a minha tuberculose. E mais: eu estava sem auto-estima. Não tinha amor, nenhum amor por mim mesmo” (p. 185).

principais relatos da doença no século XIX a relacionam com resignação. A crença em uma predisposição interior para se contrair tuberculose alcançava espaço além do popular. Médicos e leigos supunham um tipo de tuberculose própria de pessoas sem emoções, inibidas ou reprimidas. Assim é possível compreender o porquê de o tuberculoso ser tipificado como pessoa frágil para além do corpo físico; o doente é alguém emocionalmente vulnerável. Dessa maneira, isola-se da vida cotidiana, dos ambientes que costuma frequentar e das pessoas com quem convive.

Sontag (1984, p. 35) aborda também outro viés para a tuberculose: a erotização. Além de a doença ser atribuída à pessoa emocionalmente sensível, também “era uma maneira de descrever sentimentos sexuais, exaltando a responsabilidade pela devassidão” (p. 35). Em uma das passagens acerca de Sanatorinho, em que Nelson se ocupa de narrar experiências vividas ao lado do interno Simão¹²⁴, é possível ler claramente a metáfora rodrigueana que une erotização, privação sexual e tuberculose. Segundo Sontag (1984), uma das metáforas para a tuberculose consistia tanto em “descrever a sensualidade” (p.35) quanto em “estimular as pretensões da paixão como um modo de descrever a repressão” (p. 35). Com relação à sensualidade, Sontag (1984) exemplifica com a visão de que, no século XIX, tuberculosos eram socialmente taxados de mais atraentes. O aspecto magro do enfermo o alçava a um lugar de distinção e prestígio social.

No que se refere à paixão e à repressão, menciono uma passagem de Sanatorinho. Lembra-se o narrador de *Memórias* de que uma mulher que passava pela frente de Sanatorinho havia abanado a mão para o hospital. Ali dentro uns 80 homens nas janelas retribuíram o aceno, mas Simão, o confesso assassino, imediatamente avisa que a mulher era dele. Ninguém ousou discutir. Nesse ponto, Nelson dá início à metáfora tuberculose/sentimentos sexuais. Segundo narra, Simão reclama dos dez anos em que estava ali abandonado pela família e sem contato sexual com mulheres. Nelson escreve que “Campos do Jordão estava cheio de casos parecidos. Nada mais cruel do que a cronicidade de certas formas de tuberculose. Simão falava dos dez anos como se fosse esta a idade do seu desejo” (p. 200)¹²⁵. Compreendo que as “formas de tuberculose” a que remete o narrador sejam uma metáfora para as privações afetivas e sexuais a que os tuberculosos se sujeitavam. Nelson deixa implícito que se pode delinear imagens para a tuberculose, como se o diagnóstico estivesse para além das prerrogativas médicas. Encontro,

¹²⁴ Nas p. 59 – 61 do capítulo II, ocupo-me por apresentar passagens referentes à memória de Nelson junto ao assassino Simão.

¹²⁵ Passagem da crônica 37 – referência na p. 59.

nesse ponto, o pensamento romântico, que idealizava a doença, somado à crença de que a tuberculose fosse uma espécie de espelho que refletia desejos sexuais.

Na continuidade da crônica, veremos que Simão, depois de sair com a mulher, retorna para Sanatorinho e se mostra física e emocionalmente entusiasmado. Por um dia estava curado da enfermidade da carência e da resignação dos desejos. A febre que cotidianamente queimava estaria abrandada supondo-se que Simão tenha conseguido extravasar as resignações. No entanto, uma notícia ruim colocaria ponto final na aventura de Simão. Os médicos informam que a moça é leprosa. Simão permanece em silêncio por um tempo, até que age com enfrentamento diante dos outros. Alega não se arrepender, definitivamente, não se arrepende. O comportamento dele, assim como os padrões de beleza baseados em extrema magreza, representaria uma afirmação de Sontag (1984) no que tange à imagem da tuberculose erótica – “a saúde torna-se banal” (p. 35) afirmando “o valor de ser mais consciente” (p.35).

Simão era um condenado à solidão, tal qual os outros físicos ali de Sanatorinho, e começa a ter febres de 39, 40 graus. Nesse instante, não quer mais pensar na mulher que acompanhava pela janela. Levado para o isolamento do hospital clama apenas por uma figura feminina: a mãe. Nesse ponto da narrativa, não importa que Simão seja assassino, a certeza da morte o faz buscar por alento materno. O homem que, diante do desejo, impõe-se aos demais internos e o afrontamento, ao descobrir que a mulher era leprosa, simplesmente desaparecem. Antes da morte física de Simão, morre o homem assassino, que ostentava o crime como troféu. Sontag (1984, p. 54) aponta que a doença fatal atua como redenção aos socialmente decaídos oferecendo-lhes a oportunidade de exprimir bom procedimento diante da morte. A mãe de Simão chegará a tempo de segurar a mão do filho e Nelson testemunha o fim do colega.

Ali, em Sanatorinho, como registrado em *Memórias*, o homem temia a morte solitária. O costume de ter a morte assistida persiste nessa terceira década do século XX narrada por Nelson. No século XIX, como já abordado aqui, morrer sozinho constituía-se num mal morrer. Era importante que o convalescente estivesse cercado de amigos, vizinhos e, se possível de um padre também. De acordo com as tradições de morte no Brasil oitocentista, morrer internado em hospital era considerado um mal morrer, uma passagem ruim desse plano para outro. Em Sanatorinho, quando se viam nos dias finais, antecidos pelas altas febres, algumas vezes acompanhadas de sangue em meio à tosse, os doentes chamavam pela mãe, por parentes ou por mulheres que há tempos os haviam esquecidos ali. Em passagem da trigésima oitava crônica¹²⁶,

¹²⁶ Crônica 38 - referência da crônica na p. 57.

Nelson escreve: “Eu me lembro como se morria em Sanatorinho. O sujeito mandava chamar a mãe, a mulher, o filho. E não vinha ninguém. O próprio Sanatorinho desaconselhava a família. É melhor não vir. Não adianta.” (p. 205). O que restava era a morte solitária, no isolamento do hospital. Alguns, como Simão, teriam a sorte de morrer ao lado da mãe. Outros, como Nelson Rodrigues, seriam curados e retornariam ao convívio familiar e ao trabalho.

3. 11 Suicídios

“Dar-se à morte é encerrar seu destino, é pôr fim voluntariamente aos próprios dias, invocando razões que podem ser muito diferentes segundo a mentalidade e a época das regiões onde alguém vive”. Com essa afirmação Bayard (1996, p. 206) inicia a discussão acerca do suicídio e das justificativas para tal ato. Segundo o antropólogo, o suicídio é consequente, do “tomar consciência do absurdo da vida” (p. 208) e, assim, optar individual ou coletivamente pelo fim terreno, na expectativa de um novo viver, em um lugar, que não aquele em que o sujeito se encontra. Bayard (1996) afirma que “todas as tradições imaginam sensivelmente [um mundo do além] como lugar de felicidade” (p. 31). Nelson Rodrigues admite em suas memórias ser um homem admirador daqueles que possuem coragem para tirar a própria vida. Não há, nas crônicas de *Memórias*, nenhuma palavra de repreensão quanto aos que se matam. O narrador, ao contar sobre assassinatos, chega a se declarar alguém que não conseguiria tirar a vida alheia, era sim mais propenso ao suicídio.

Em Nelson Rodrigues, motivos diferentes levam personagens ao suicídio: paixão não correspondida, pacto de amor e de morte, medo de doenças. Não me ocuparei, nesta dissertação, de abordar o suicídio sob a ótica cristã do pecado mortal contra Deus com intenção de crítica à narração rodrigueana. Apresentarei o suicídio no imaginário cristão com a intenção de localizar historicamente a representação da morte voluntária enquanto pecado mortal para entendermos a construção desse ato no imaginário ocidental de colonização católica. Não li em Nelson, quando ele narra o suicídio, a reflexão de que a vida é uma dádiva divina e que as dificuldades por que aqui passam os homens devem ser suportadas com resignação. A admiração ao suicídio por parte do narrador permite-nos apreciar a idealização com que Nelson aborda esse tema. Empático, o narrador parece se solidarizar com a melancolia e com a angústia dos suicidas. Ele os compreende. E mesmo se não houver motivos aparentes para a morte, Nelson admira-se da coragem de quem o comete.

Nesse aspecto, proponho ler¹²⁷ a autodestruição não como declaração de falência, mas sim como símbolo de liberdade, à maneira proposta pelo ensaísta inglês A. Alvarez, na obra *O Deus selvagem – um estudo do suicídio* (1999, p. 96). O autor defende que o significado de tirar a própria vida envolve a autonomia de escolher a que horas e de que forma se deseja morrer. Alvarez (1999) constrói uma narrativa que contempla o suicídio não como pecado ou como patologia. O enfoque recai sobre particularidades humanas. As noções de pecado e de patologia estão presentes na obra com o intuito de discutir a construção do suicídio no imaginário de povos distintos. Ao final do livro, o crítico narra o episódio em que tentou se matar tomando 45 comprimidos para dormir. Como não morreu, afirma que a morte o decepcionou e conclui acerca do suicídio:

Os sociólogos e psicólogos que tratam o ato como uma doença me intrigam, hoje, tanto quanto os católicos e muçulmanos que o consideram o pior dos pecados mortais. A mim me parece que o suicídio está, de alguma forma, tanto além da profilaxia social e psíquica, quanto além da moral, e que é uma reação terrível, mas absolutamente natural às necessidades forçadas e estreitas que nós às vezes criamos para nós mesmos. E que não é para mim. Talvez eu não seja mais otimista o bastante. (p. 275)

O suicídio é um tabu. Quando alguém retira a própria vida, a sociedade, baseada em superstições religiosas e em preceitos morais, julga-se capaz de condenar o morto ao inferno, garantindo a ele a falta de graça divina para perdoar-lhe o chamado “pecado mortal”; resta lamentar-lhe a má sorte e o trágico fim.

O costume cristão de condenar o suicídio como pecado surge a partir do século VI d.C. empregando como fonte de justificativa a passagem bíblica presente no sexto mandamento: “não matarás”; o cristianismo passa a se fundar na crença de que, se todo corpo humano carrega consigo uma alma imortal, e sendo a alma uma dádiva de Deus, rejeitar a vida é equivalente a rejeitar ao próprio Deus, o que transporta a alma para o castigo eterno. Na Bíblia cristã, católica ou protestante, nem o Antigo, nem o Novo Testamento apresentam proibições diretas ao suicídio. Alvarez (1999, p. 65) traz ao público a referência de que nos primeiros anos da Igreja a morte voluntária era um tema neutro, tanto que Tertuliano (considerado o primeiro teólogo ortodoxo da Igreja) reputava a morte de Jesus como uma espécie de suicídio uma vez que Ele teria entregado o corpo e o espírito de maneira voluntária. A decisão de tornar o suicídio não apenas pecado, como também crime, possibilitaria aos bispos da Igreja afastarem-se

¹²⁷ O termo “ler” deve ser compreendido aqui sob a ótica proposta por Ecléa Bosi (2003): retomar a reflexão do outro como material para o ofício de nossa própria reflexão.

moralmente da Roma pagã em que o suicídio não era visto nem com medo nem com repulsa, mas como livre opção de escolha baseada nos princípios segundo os quais alguém havia vivido.

Uma vida nobre significava também a sentença de uma morte nobre. A escolha pelo momento da própria morte deveria ser racional. Isso significava, por exemplo, a possibilidade de alguém se envenenar por enfado da velhice. Assim sendo, era considerado crime morrer para fugir a um julgamento por infração; crime um soldado que tirasse a própria vida, uma vez que este era considerado propriedade do Estado; crime um escravo se matar, pois era propriedade de seu senhor; em resumo, a lei romana apenas condenava o suicídio em caso de prejuízo econômico ao Estado e aos senhores de terra. A punição a esses delitos ia de cobranças à família até a humilhação física ao cadáver, tais como enforcamento e esquartejamento mesmo depois de morto.

O povo romano, para se divertir, pedia sangue e morte. Há registros, segundo Alvarez (1999, p.77) de homens que se ofereciam para o suicídio em praça pública a troco de moedas para suas famílias miseráveis. O cristianismo unirá o costume de sangue dos romanos à aceitação acerca do suicídio como ato nobre e os transformará em ideais de martírio. “Para os romanos a morte em si não tinha importância, mas a maneira de morrer importava muitíssimo. A forma da morte era a medida do valor da vida de cada um” (p.78). Com essa afirmação, Alvarez (1999) apresenta-nos a ideia de que o martírio, para o cristianismo em Roma, significava redenção atrelada à certeza de não ser esquecido postumamente. O suicídio é assim substituído pelo nome de martírio. Quem desejava morrer, que o fizesse por Roma.

Nas sociedades primitivas, o suicídio foi usado como ferramenta de vingança. Acreditava-se que o fantasma do suicida poderia destruir o inimigo ou mesmo que a família do morto se sentisse na obrigação de assassinar o inimigo sob punição de serem cobrados pelo espírito do suicida caso não agissem assim; havia ainda leis tribais que obrigavam o inimigo do suicida a matar-se também. Se trouxermos o suicídio das sociedades primitivas para a narrativa de *Memórias*, encontra-se a admiração de Nelson pela morte de Getúlio Vargas unida à confissão de que, se perdesse a visão, se mataria como fez o presidente. A morte de Vargas representaria uma vingança contra os inimigos políticos e a morte de Nelson, metaforicamente, uma vingança contra a cegueira¹²⁸. Alvarez (1999, p.63) adjetiva esse tipo de suicídio como “otimista”. Ele argumenta que a pessoa que assim se mata “sente que os elementos destrutivos que estão dentro dela chegaram a um ponto insustentável; ela então os elimina à custa da culpa

¹²⁸ As passagens em que Nelson se refere ao medo de ficar cego estão na p. 68 do capítulo II.

e da perplexidade dos que a ela sobrevivem” (p. 115). O vizinho que se descobre tuberculoso em 1934, não suporta o que está dentro de si, teme o desconhecido, a doença fatal – chora por dias seguidos e, assim como Vargas, atira contra o próprio peito¹²⁹.

A morte voluntária por tiro, como foi a de Vargas, equivale ao que Alvarez (1999, p.141) encaixa nos modelos de suicídios antigos e violentos. Entre esses métodos, além do tiro por arma de fogo, encontram-se os enforcamentos, as quedas, os afogamentos e o uso de armas brancas. Talvez pela violência empregada nesses casos, é que a superstição ao suicídio persista por tanto tempo. Na sociedade moderna pós-revolução tecnológica, os mecanismos para o suicídio envolvem aspirar gás e ingerir pílulas. Suposto está, nessas mortes, denominadas pelo autor de “suicídios tecnológicos” (p. 129), que a pessoa buscava não a morte em si, mas o esquecimento momentâneo da tragédia da vida e ainda incluía no ato um pedido de socorro.

O narrador de *Memórias* apresenta-nos o pacto de morte de um casal¹³⁰ que combina data e horário para se matar. Esse ajuste traduziria a necessidade ritualística de alguns para o suicídio, além de ilustrar tanto o método antigo e violento quanto o suicídio tecnológico conforme as concepções de Alvarez (1999). A moça simbolizaria o método antigo, e também chocante, pois coloca fogo em si mesma. Ele, o namorado, exemplificaria o suicídio tecnológico, uma vez que se utiliza de um meio mais ameno para a própria morte: ingestão de pílulas. Alvarez (1999) chama a atenção para o fato de que nesse tipo de suicídio a obsessão está mais voltada para o como fazer do que para a morte em si – o casal de namorados marca a hora exata para se matar, cada um em sua casa. Para ele, para agir assim, de maneira tão ritualística, quem comete o suicídio deve passar dias planejando os detalhes, “selecionando-os, modificando-os, aperfeiçoando-os como artistas, até chegarem àquele acontecimento único e irrepetível que expressava a loucura de cada um em toda a sua singularidade.” (p. 129). Leio aqui a palavra “loucura” como sinônimo de “exagerado”, em sentido figurado expressão de algo demasiadamente grande, tal como o afeto ou a ligação entre os namorados suicidas. Nelson não os trata como “loucos” no sentido médico do termo. Se eram ou seriam diagnosticados como “loucos” em aspectos clínicos, não me cabe aqui considerar. Nem o fez Nelson Rodrigues em suas *Memórias*. Esse pacto, em toda sua singularidade, seria a morte voluntária responsável pelo nascimento de vínculo entre nosso narrador e os suicidas, segundo ele mesmo confessa na quinquagésima sétima crônica¹³¹. O puro e simples suicídio em nome do amor.

¹²⁹ Passagem narrada na crônica 34, citada na p. 57 do capítulo II, acompanhada da respectiva referência.

¹³⁰ Passagem apresentada na p. 42/43 do capítulo II.

¹³¹ Crônica 57 – referência na p. 41.

Outro suicídio em nome desse nobre sentimento é cometido por um caricaturista do jornal *A Manhã*, como relatado na quinquagésima primeira crônica¹³². Morte voluntária por método “antigo”, afogamento, o homem se mata por não querer (ou não poder) possuir a mulher amada depois do casamento. Para Alvarez (1999), “morrer por afogamento ou encher a cabeça de entorpecentes equivalem à mesma coisa na fantasia: a delícia, a penumbra e o alívio fácil de uma regressão bem sucedida” (p. 139) como uma maneira de render-se antes mesmo de tentar, mergulhando assim em sono profundo. O caricaturista afirma, após pedir a noiva em casamento, que chegara o seu fim, pois não tomaria para si a mulher de seus afetos. Mais que expressão de amor, o não poder ter a amada aqui se refere à disfunção erétil de que sofria o homem. Ele então rejeita a vida, o casamento, o amor à noiva, o trabalho. Deixa-se tragar pelo mar. Nas palavras de Alvarez (1999), “o suicida é rejeitado pois na verdade está rejeitando tudo” (p. 97). Nelson não os rejeita; além de ficcionalizar sua própria autodestruição em um personagem de *A vida como ela é...*¹³³, chega a cometer o que ele mesmo considera um suicídio literário¹³⁴.

Ele, que já se confessara mais suicida que homicida, denotaria, nessa situação, o suicida insidioso, ou seja, aquele sempre se viu preparado para esse ato. Alvarez (1999, p. 130), a partir da ótica psicanalítica, informa que algumas pessoas talvez se destruam não por quererem de fato morrer, mas por não suportarem algum aspecto de si mesmas. Para ele um suicida dessa ordem é alguém perfeccionista e a morte é justamente a maneira de destruir imperfeições insuportáveis. No caso rodrigueano, essa morte é metafórica, imaginável no espaço literário. Nelson escreve que, depois do impacto de *Vestido de Noiva* (1943), passava horas sentado à máquina na tentativa de uma nova criação dramatúrgica que conferisse continuidade a sua consagração como autor inovador e revolucionário. Mas não alcança sucesso em suas investidas. Meses e meses à mercê de produzir um texto que encantasse a crítica. Mas nada. Se partirmos do raciocínio fomentado por Alvarez (1999), vislumbraremos um autor que possivelmente interpreta a não escrita de um novo “Vestido de noiva” e, principalmente, o condicionamento de precisar redigir para agradar à apreciação alheia, como uma imperfeição.

Para o cronista das *Memórias*, o suicídio de Marilyn Monroe ocorrera pelo mesmo motivo que abordei acima. A atriz não teria suportado conviver com um traço de imperfeição em sua fase de adolescência: a nudez sem amor posada para uma folhinha de calendário. Nelson a trata como louca por ter se despido sem amor e por dinheiro. Em analogia, lembra-se das mulheres

¹³² Crônica 51 – referência na p. 65.

¹³³ História descrita na crônica 33, mencionada na p. 63 do capítulo II.

¹³⁴ Reminiscência narrada na crônica 42, mencionada na p. 30.

que usam biquíni na praia para concluir que estas são piores em sua humilhação. Monroe poderia se beneficiar da desculpa do “impudor mercenário” (p. 37), mas a moça de biquíni na praia seria uma espécie de “folhinha de graça, a folhinha não gratificada, a folhinha sem cachê” (p. 37)¹³⁵.

Alvarez (1999) acrescenta que ainda hoje há forte resistência quanto à arte que leva o público, ainda que forçosamente, a “reconhecer e aceitar em seu imaginário não os fatos da vida, mas os fatos da morte (...)” (p. 253). O narrador Nelson Rodrigues seria uma espécie de figura que se expia em seus escritos, experimentando a própria morte, ainda que literária, conferindo a si mesmo a possibilidade de curar-se de suas angústias. Por meio de sua arte de intercambiar experiências, os leitores se veem impelidos a refletir a morte própria e alheia. Apesar da condenação da Igreja e da sociedade, Alvarez (1999) e Nelson Rodrigues conferem à morte voluntária uma parcela de dignidade e repercussão humanas.

¹³⁵ Ambas as citações constam da crônica 4, ver nota na p. 61.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte é uma entidade que permeará a literatura de Nelson – desde as crônicas memorialísticas até a dramaturgia. O homem, que desde menino, é um entusiasmado espectador da morte; alguém que confessa que aquele que se mata tem toda a sua admiração. Quando começa a tecer sua antologia de mortos, a primeira morte que vem a sua memória é a de um rapaz que, por não ter o amor correspondido, suicida-se com veneno comprado em uma farmácia. Nelson conta, inclusive, que estava presente e viu a cena toda. Ao final da história, o narrador - personagem e observador - menciona que aquele suicida o ensinou a morrer¹³⁶.

Esse mesmo cronista confessa aos leitores que não seria o que é, e sua literatura não seria o que é, se não tivesse sofrido as mortes dos irmãos e do próprio pai. Fato é que, para Nelson Rodrigues, a morte no presente da narrativa, está desprevenida de toda sua aura dos tempos passados. A capelinha, a falta do luto, do chapéu e dos choros esganiçados atestam para nosso narrador o quanto a morte perdeu em sua atmosfera nobre dos anos passados – o Brasil de tradicional comportamento fúnebre herdado de uma miscelânea entre colonizadores e povos que para cá vieram como escravizados.

Em *Memórias*, explícito fica ao leitor que a morte está além das fronteiras do corpo físico humano. Nelson redige, reflete e insere na “antologia” dos seus mortos, o perecimento social e emocional. Ao mencionar para nós, na oitava crônica¹³⁷ a morte da filha da lavadeira, o narrador afirma que a menina, mesmo em vida, já se encontrava morta, fadada ao fracasso por ser, além de filha de lavadeira, demente. Implícita, nas palavras de Nelson, a exclusão social do seu tempo de infância, a qual condenava a menina ao anonimato. Na crônica 15, quem morre é a paixão de um homem diante da mulher desejada após ouvir da boca da amada palavras que, segundo o narrador, “o próprio Bocage teria anotado no seu caderninho”¹³⁸.

O narrador-personagem de *Memórias* traduz um Nelson Rodrigues que vê nas quebras de tradições e de costumes pautados no conservadorismo moral, a degradação da sociedade brasileira. Nas sociedades industrializadas, o morto não possui espaço – ele é um estorvo que atravança o trânsito, a economia e a rotina da família. Bayard (1996) afirma que os ritos fúnebres passam a ser considerados secundários uma vez que as famílias estão preocupadas

¹³⁶ Crônica 5 - referência na p. 12.

¹³⁷ Crônica 8 – referência na p. 61.

¹³⁸ RODRIGUES, 2009, p. 89; C.M. 22679, 12/03/1967, p. 38, Segundo Caderno.

com o lucro advindo do trabalho cotidiano. Como diz o ditado popular: “tempo é dinheiro”. Nelson Rodrigues viveu, já quando adulto, o novo cenário fúnebre que compõe o a morte no país - os velórios na capelinha - contra o qual alimenta profunda aversão. Na sociedade moderna, a falta de amor à morte, de importância aos ritos que ajustam a passagem do morto, tais como a procissão do enterro, o barulho cotidiano que se mistura impiedosamente à dor do sofrimento fazendo pairar no ambiente fúnebre a dura certeza de vida que continua, a ausência da cor preta para se guardar o luto, tudo isso afronta o conservadorismo rodrigueano.

Cinquenta anos depois de escritas as *Memórias*, coloco-me a pensar em como nosso cronista se comportaria literariamente diante do tratamento dispensado à morte na sociedade contemporânea. Se antes o bem morrer envolvia planejamento minucioso, resguardado por testamento, hoje, pensar a morte já é um tabu, planejá-la então pode ser interpretado até como forma de atraí-la. Para Bayard (1996, p. 305), a sociedade industrializada teme a morte. Esta não integra mais o imaginário popular, apesar de estar constantemente presente em nossas residências, trazida por notícias via rádio, televisão e internet. A impressão é que ela só acontece na casa do vizinho, nas páginas de jornal ou por detrás das telas dos aparelhos eletrônicos. Continuamos nossa vida alheios ao nosso próprio fim.

Segundo Bayard (1996), “as representações da morte são evitadas, o corpo é enterrado ou incinerado o mais rapidamente possível” (p. 190). Uma reportagem produzida pelo *site* da revista *Exame*, em 2016, divulgada na seção destinada à Economia, informava aos leitores e interessados no assunto preços relativos a enterros, a velórios e a cremações. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, ser cremado em cemitério público custava à época 1.900 reais em contraste com os 2.200 reais cobrados por um enterro. Segundo a matéria da revista, apenas 5% dos corpos são cremados hoje no Brasil. Isso se deve ao fato de as pessoas acreditarem ser mais caro cremar que enterrar. Mas, por conta da redução nos espaços em cemitérios públicos e privados, a estimativa é que essa realidade mude.

Como se portaria Nelson diante da cremação? Acharia ofensivo? Talvez não se incomodasse. Nas linhas de *Memórias* há uma menção à sepultura: o túmulo de Roberto Rodrigues. Na vigésima terceira crônica¹³⁹, quando Nelson vai visitar o local de descanso do irmão, encontra ali algo que o entristece: uma cruz, segundo ele, solitária e pobre. Entendo que a desilusão naquele momento poderia ter sido motivada por estar ali, diante dos olhos de

¹³⁹ Crônica 23 – referência na p. 51.

Nelson, aquela cruz que simbolizava toda a privação financeira e afetiva a que a família Rodrigues fora submetida após a tragédia com Roberto.

Hoje, devido à demanda por espaço, é costume que os corpos sejam velados em construções compostas por salões destinados a isso. Quando o velório ocorre nas capelas de igrejas, torna-se cada vez mais comum que o defunto passe a noite sozinho. Depois das 22 horas, ao se aproximar a madrugada, a família fecha a porta do espaço fúnebre, dirige-se para casa e volta pela manhã. Não há o choro noite afóra na presença do corpo. Não há cafezinho quente ou cachaça servidos de tempo em tempo. Quanto alarde sentiria Nelson diante dessa situação. Como é possível ausentar-se de velar um morto querido madrugada adentro, permitindo que ele atravesse a noite solitário e vulnerável? Reis (1997) registra que, no século XIX, acreditava-se que o morto deixado só, transformava-se em presa fácil para os maus espíritos. O que causa desconforto na sociedade contemporânea não é a ausência de cerimônia fúnebre, mas sim o corpo velado na sala de casa, o enterro que se arrasta pelas avenidas e pelas ruas da cidade. O espanto se dá quando alguém olha por uma janela e se depara com um caixão posicionado no centro do cômodo, iluminado por velas. Velas. Este é um elemento que continua presente em velórios. Ainda permanece a cultura da iluminação que traz liberdade à alma para que ela possa seguir seu caminho. Se há velas, honrado acha-se o morto e afastados estão os maus espíritos.

Na sexagésima quinta crônica¹⁴⁰ de *Memórias*, Nelson expressa aos leitores um desejo - “Quero ser esquecido para sempre” (p. 367). Por agora, penso que isso não se realizará. Na expectativa de permanecer vivo, através dos anos que passam, o homem recorre a cartas, a fotografias, a diários, a coleções e, também, à escrita de crônicas de memórias em colunas de jornais. Por meio do exercício diário de narração, aquele que bateu à máquina suas memórias pôde dedicar-se à investida de tentar fazer com que passado e presente perdurem. Com *Memórias* Nelson Rodrigues protege a sobrevivência não apenas de si mesmo, mas também de cada um dos mortos convidados a compor sua antologia.

¹⁴⁰ Crônica 65 – referência na p. 67.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. *Cartas Falsas*. Atlas histórico do Brasil. Disponível em <http://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>. Acesso em 26 fev. 2017.

ALMEIDA, Juliana Rodrigues de. *Marlene Dietrich de suspensórios: as estratégias narrativas de Nelson Rodrigues no romance autobiográfico Minha Vida de Suzana Flag*. 2014. (Mestrado em Letras) - Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2014.

ALVAREZ, A. *O Deus Selvagem: um estudo do suicídio*. Trad. Sônia Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Vol. I, 2ª edição. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. De Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BAYARD, Jean Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* Trad. Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1996.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/correio-da-manha/>. Acesso em 15 jun. 2016.

CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613660/artigo-160-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>. Acesso em 01 de abril de 2017.

DURHEIM, Emile. *O suicídio*. Trad. Luiz Cay, Margarida Garrido, J. Vasconcelos Esteves. 2. ed - Editorial Presença, 1977.

GUILARDUCI, Cláudio; ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *A morte medieval re-vivida hoje*. Revista VERTENTES/ Fundação de Ensino Superior de São João del Rei. nº 8, jan/jun 1996, p. 47-55.

GUILARDUCI, Cláudio. *As exéquias do rei barroco: por um trono vazio*. Revista *Raído*, Dourados, MS, v.9, n.20, jul./dez. 2015, pp.85-101.

GUILARDUCI, Cláudio. *Walter Benjamin e o corpo na infância: o “sem-jeito mandou lembranças”*. Em: SOUZA, Eneida Maria de; ASSUNÇÃO, Antônio Luiz; BOECHAT, Melissa Gonçalves (org.). *Corpo, arte e tecnologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira Alves et AL. (Coord.) *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEWGOY, Julia. *Os custos do enterro e da cremação*. Revista Exame. Editora Abril. São Paulo, 2016. Disponível em <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/os-custos-do-enterro-e-da-cremacao/>. Acesso em 21 jul. 2017.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e heróis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGANSA. 1990.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, José Marques de. *Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES de Melo, José. *Sociologia da imprensa brasileira*. – Petrópolis: Vozes, 1973.

MOSER, Robert H. *The Carnavalesque Defunto: Death and Dead in Modern Brazilian Literature*. Ohio University Research in Internacional Studies, 2008.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras: São Paulo, 1991.

REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. Em: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (org.); NOVAIS, Fernando A. (coordenador-geral da coleção). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. *Espectros das escritas de si: totalidade, fragmento e narrativas*. Em: ROCHA JUNIOR, Alberto Ferreira da. (org.). *Narrativas (auto)biográficas: literatura, discurso e teatro*. São João del Rei: UFSJ, 2014.

RODRIGUES, Nelson. *O Reacionário: memórias e confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

RODRIGUES, Nelson. *O óbvio ululante: as primeiras confissões*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *Memórias: a menina sem estrela*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

SANTIGO, Silviano. *Meditação sobre o ofício de criar*. Revista *Aletria*. Belo Horizonte, nº 18, jul/dez. 2008, p. 173-178.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Trad. Márcio Ramalho. 3. ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VOGEL, Daisi. *Fábulas do gol: As crônicas esportivas de Nelson Rodrigues em Manchete Esportiva*. Santa Catarina: Editora Insular, 2012.

Jornais

Correio da Manhã. Ed. 22658 a 22661 de 16/02/1967 a 19/02/1967; R.J. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=0&Pesq=(Acesso em 15 jun. 2016.)

Correio da Manhã. Ed. 22669 a 22745. 01/03/1967 a 31/05/1967; R.J. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&PagFis=0&Pesq= Acesso em 15 jun. 2016.

Jornal Crítica. Ed. 00140, em 28/04/1929. Ano 2. R.J., p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=372383&pasta=ano%20192&pesq=> Acesso em 18 jul. 2017.

Jornal Crítica. Ed. 00349, em 26/12/1969. Ano 2. Rio de Janeiro, p.1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=372383&pasta=ano%20192&pesq=> Acesso em 18 jul. 2017.

ASSALTO É EVITADO POR FUNCIONÁRIOS

Latrões penetraram, na madrugada de ontem, num bar localizado na Rua Getúlio 19 — Triô de Estúdios, nas proximidades da Avenida Amaro Cavalcante e desbarataram, sempre protegidos pelos médios, enfermeiros e nutricionistas, o estabelecimento. Adm. uma ambulância foi posta em movimento, sem contudo funcionar. Um zelador chegou para tentar conter a situação, mas não conseguiu. Os ladrões foram avistados na Rua Manoel de Barros, onde se acreditava se encontrassem os autores. Verificados que houve apenas o armazenamento, sem que as ameaças tivessem produzido qualquer prejuízo.

GANG REBOCA AUTOS NOS CORTES DE LUZ PARA ROUBAR PEÇAS

Uma organizada quadrilha está agindo, durante os cortes noturnos de luz, na Zona Sul, rebocando automóveis e com auxílio de um time montado de guinchos, para em seguida "rebochar" (roubar) todas as peças que podem ser desmontadas ou desarrastadas em locais ermos.

Desconhecido morto no Rio-S. Paulo

As autoridades de Nova Iguaçu, estado brasileiro, identificaram o elemento polêmico apontado em 20 anos, trabalhando calça azul, camisa verde e Jaqueta quadrada, que foi encontrado morto no quilômetro 18 da Estrada Rio-São Paulo.

Desconhecido morto no Rio-S. Paulo

O corpo do Mito de Desconhecido, em Coimbra, onde foi promovido pelo Secretário Nacional de Segurança Leoni, da CNBB.

Presidente da Invicta na Europa



A fim de tratar de negócios, realizar estudos e promover a venda para a Europa, o sr. FRANCISCO CRUZES DE SÁ, atual presidente da INDÚSTRIA MÁQUINAS INVICTA S. A., acompanhado de um empregado da sua empresa, Na Europa, visitou Itália, Alemanha, Suíça e França, bem como as Feiras de Milão e Hannover.

Atirado do alcega e da pedra

Um homem de cor parda, de 38 anos aproximadamente, tratando calça preta e blusa branca, foi atirado do alcega de São João, no bairro de São João, no Rio de Janeiro, no dia 20 de março de 1967.

Novo centro integrará os mendigos

Um Secretário de Serviços Sociais informou, o 1.º Centro de recuperação de mendigos em campo grande, incluído em projetos destinados à formação de micro-bempresas, para integrar pequenos e individuais da comunidade.

Atos Religiosos

Plácido Gosenhe Arcos (MISSA DE 7.º DIA) A família de PLACIDO GOSENHE ARCOS agradece os manifestações de pesar recebidas por ocasião do seu falecimento e convida os parentes e amigos para o missa do dia 25, às 8h30min, no Igreja de São Francisco de Paula, no altar do N.º 5.º do Concordeio. Antecipadamente agradecerá o todo os que comparecerem a esse ato de fé cristã e encerra em págores. 16344

VELAS
QUE ILUMINAM OS CAMINHOS DA ALEGRIA!
Que dem luz a muitos sonhos!
Que tiram brilhar estrelas que constelam descoberto, no seculo do amonito, valores novos: estrêlas do amanhã!
estras do futuro!

DISCOTECA DO CHACRINHA
Comemorando o seu 12.º ANIVERSÁRIO!
Dia 26 19:50

Pobres foram mal de saúde ao passado
GENEIRA (Reuter-CMI) — A Organização Mundial da Saúde denunciou ontem um aumento no caso de fôto, malária, poliomielite, febre amarela e cólera, em países subdesenvolvidos, apontando "um crescimento maior no mundo" pois "as nações mais ricas freqüentemente não querem ajudar as nações menos desenvolvidas". Segundo o relato, referido em 1964 da OMS, foi em Gambia por seu delegado H. G. e J. A. M. Martins Candia, ao citar o caso de submissão vom crescido na África, onde mais de 270 milhões de pessoas possuem malária, revelando a falta de ojetiva de saúde para combater a doença na Índia e na Europa.

Polícia assalta na Barra
Demônica ontem chapôa em CORREIO DA MANHÃ de conta de que a Polícia voltou a assaltar em São Conrado e na Barra da Tijuca, o interior, em patrulha, abarcam os casais que erão no local de autonomia, ex-tacionados, levantam suspeita sobre a idade da mulher e arrastam NCR 20 do homem, para não deixar a delegacia mais próxima. Apres, assim, que o ex- quando a mulher não é notada de idades, os casais que tais casais quase sempre erão mantidos em regime proibido e não quem ter no Distrito, onde o caso transpirava, acabando por ser divulgado pelo jornal que fazem sensacionalismo com notícias policiais.

Polícia assalta na Barra
Demônica ontem chapôa em CORREIO DA MANHÃ de conta de que a Polícia voltou a assaltar em São Conrado e na Barra da Tijuca, o interior, em patrulha, abarcam os casais que erão no local de autonomia, ex-tacionados, levantam suspeita sobre a idade da mulher e arrastam NCR 20 do homem, para não deixar a delegacia mais próxima. Apres, assim, que o ex- quando a mulher não é notada de idades, os casais que tais casais quase sempre erão mantidos em regime proibido e não quem ter no Distrito, onde o caso transpirava, acabando por ser divulgado pelo jornal que fazem sensacionalismo com notícias policiais.

TV CORREIO
CANAL 13
FIQUE NA RIO E ESQUEÇA... ESTÁ DANDO O 13 NA CABEÇA!
A VIDA COMO ELA É DE NÉLSON RIGUES
O MAIOR SUCESSO DA IMPRENSA BRASILEIRA AGORA NO Jornal dos Sports

ANTONIO DIAS DE CASTRO
(FUNCIONARIO DO MOINHO DA LUZ)
(MISSA DE 7.º DIA)
Florinda Peixoto de Castro, Antonio Peixoto Dias de Castro e família, agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento de seu querido esposo e pai ANTONIO DIAS DE CASTRO e convidam os demais parentes e amigos para assistir a missa de 7.º dia que por intermédio de sua bonfissima alma, mandam celebrar amanhã, 2.ª-feira, dia 24, às 11 horas, no Aller-mar da Igreja da Candelária. 41083

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 1967

N.º 1848 — ANO LXV

Correio da Manhã

COSTA JÁ TEM COMANDO MILITAR

INTEGRA DA REFORMA ADMINISTRATIVA

O CORREIO DA MANHÃ publica hoje, encartada no centro deste Caderno, a fase da Reforma Administrativa, aprovada ontem pelo presidente Castelo Branco.

CB ABRE IMPRENSA AOS ESTRANGEIROS

O presidente Castelo Branco assinou dezesseis decretos, em quase três horas, ontem, quando se esgotou o seu prazo para legislar, durante o recesso do Congresso, modificando, inclusive, a Lei de Imprensa recentemente promulgada para permitir a participação de grupos estrangeiros nas empresas editoras de publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas. Abrangendo as mais variadas matérias, o presidente da República regulamentou o funcionamento dos secretários, a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nos derivados de petróleo, autorizou a Prefeitura de Brasília a desapropriar terras particulares e edifícios construídos pelo Banco do Brasil, abriu crédito de 21 milhões de cruzeiros novos para o Fundo da Marinha Mercante e de quatro milhões de cruzeiros novos para o Ministério das Minas e Energia liquidar contratos e compromissos e alterou o Código de Justiça Militar.

Páginas 2, 3, Última e Editorial

CLT MUDA TRABALHO DE MENOR E MULHER

O Ministério do Trabalho divulgou, ontem, a parte da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplina as atividades da mulher e do menor, estabelecendo, como novidade, a obrigatoriedade — para as firmas que empreguem mais de 30 mulheres maiores de 16 anos — da instalação de "local apropriado, onde seja permitida às empregadas guardarem os seus filhos, sob vigilância e assistência, no período da amamentação". O decreto-lei condiciona o trabalho do menor — considerado entre os 12 e 18 anos — à garantia de frequência à escola e o proíbe quando for "nocivo à saúde e ao seu desenvolvimento moral", ao mesmo tempo em que cria várias normas de higiene e conforto.

Página 2

PREVIDÊNCIA VENDE TERRAS PARA CASAS

Na Pasta do Trabalho e Previdência Social, decreto determina a venda de terrenos do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que "não interessarem aos serviços" daquela autarquia e que sejam, pela localização, "adequados à construção de moradias populares e, em geral, ao programa nacional de habitação". O decreto estabelece que os terrenos do INPS devem ser vendidos no "casado em que se encontram e sem concorrência", às entidades a que se referem os incisos II e IV do art. 9.º da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964, "mediante expressão indicativa do Banco Nacional de Habitação". Outro decreto-lei determina as atribuições do Departamento Nacional de Habitação (DNS) e criou, no Ministério do Trabalho, para atender aos encargos dessas atribuições, 279 novos cargos.

Páginas 2 e 3

SEGURO TRABALHO AGORA É PRIVADO

Obedecendo à exposição de motivos do ministro da Indústria e do Comércio, foram assinados quatro decretos-leis naquela pasta, sendo o mais importante o que privou os seguros de acidentes de trabalho. Os outros estabeleceram a autenticação mecânica dos livros de escrituração, dispõem sobre normas de liquidação das sociedades seguradoras e o último autoriza o Poder Executivo a organizar uma sociedade por ações para restaurar o funcionamento da usina da Mineração Geral do Brasil, de propriedade do Grupo Jafet.

Página 3

CB RECUA E DEIXA LUCROS EM PROJETO

Economia Pág. 18 e 19

SECRETARIADO DE NEGRÃO PERMANECE

O governador Negrão de Lima declarou, ontem, ao CORREIO DA MANHÃ, que nenhuma alteração será feita no seu secretariado, mantendo-se em seus postos todos os atuais ocupantes. Desmentindo o noticiário sobre substituições de titulares em algumas secretarias, por motivo da mudança da administração federal, a 15 de março próximo, com o nome do marechal Costa e Silva, o embalsamado Negrão de Lima disse que todos os seus auxiliares estão plenamente integrados em seus cargos, nos quais permanecerão.

Última Página

ESTUDANTE FURA CÊRCO E INSTALA CONGRESSO

Durante a vigilância militar-policial, a União Nacional dos Estudantes abriu seu seminário ontem à noite, em Niterói, decidindo, entre outros pontos principais, denunciar o acordo MEC-USAD em luta conjunta com os professores, estabelecer maior relacionamento com os secundaristas e promover manifestações de protesto em datas marcantes, como a da posse do marechal Costa e Silva, a 15 de março, e durante a anunciada visita do presidente Lyndon Johnson.

Ontem no Congresso, depois de interpellar o líder Daniel Krieger sobre as perseguições aos estudantes, o senador Mário Martins acusou o Governo de tentar "desvitalizar a juventude" e de cometer, contra os estudantes, represálias que não encontrariam paralelo na Alemanha da Hitler.

Em lugar cercado de excepcionais modigos de segurança, teve início, ontem, no Rio, o XIX Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários, com o comparecimento de delegações de diversos Estados. Os congressistas não se retiraram do local enquanto durar o encontro previsto para até o dia 2 de março, e para isso foi providenciado o suprimento de alimentos que estão estocados.

Páginas 10 e 11

PIPA FAZ GUANDU PARAR SETE HORAS

Acidente provocado por pipa, segundo informou a CEDAG, paralisou durante sete horas (das 4 da madrugada às 10 da manhã), de ontem, todo sistema do Guandu, em consequência de se haver queimado o isolador de um posto de uma das linhas de transmissão de energia à elevatória do Lamerião, por curto-circuito, cujo resultado foi deixar inativa durante aquele período a principal fonte de suprimento de água da Guanabara. A interrupção no sistema Guandu atingiu não apenas a nova adutora mas, igualmente, a antiga (Henrique de Novais), pelo que a Companhia Estadual de Águas da Guanabara espera o agravação de falta de água em diversas áreas da cidade, notadamente a Zona Sul.

FOGUETE NUCLEAR TERÁ VERBA: EUA

Página 4

HOJE

CIDADÃO

A Câmara Municipal de Goiânia rejeitou o título de Cidadão Honorário ao presidente Castelo Branco, que amanhã irá, aqui, Capital, para receber igual título que lhe foi conferido pela Assembleia Legislativa de Goiás.

NOVO DIRETOR

A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) anunciou que o sr. Howard J. Hollister foi nomeado para dirigir as operações da entidade na região Nordeste do Brasil. O novo diretor deverá chegar ao Brasil no próximo dia 11 de março.

PREÇOS — Guanabara e Estado do Rio: Dias de Oliveira — NCR 8,20 (CR 200); São Paulo — NCR 8,10 (CR 200); Brasília, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo: 6,40 (CR 400); Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco: Dias de Oliveira — NCR 9,30 (CR 200); Maranhão — NCR 8,00 (CR 200); Maranhão, Pará, Amazonas, Acre e Território: Dias de Oliveira — NCR 6,60 (CR 400); Doméstico — NCR 8,70 (CR 100).



LUGAR COMUM

As estudantes são presas indistintamente com os rapazes e levadas no fichário de subversivos da DOPS



MEMÓRIAS

DE

NELSON RODRIGUES

HOJE NO

Correio da Manhã

Entra Hoje em Juízo Nesta Capital Um Rumoroso Pedido de Desquite!

Director
Mario
Rodrigues

Crítica

Pedido de Desquite!

DECLARAMOS GUERRA DE MORTE AOS LADROS DO PDVF

ANNO 3 | Rio 26 de Dezembro de 1929 | NUMERO 346

Ha Uma Grande Ansiedade Publica em Conhecer os Motivos da Separação do Casal Doutor Tibau Junior



MME. Sylvia Tibau é uma escriptora moderna. Escribidora das divinas de mulher em toda a parte. Ela collabora, com livros, nas colunas de "O Jorj", de "Fem-Fem", "Salute" e "A Gazeta", de São Paulo.

Esposa de um medico conhecido, o Dr. João Tibau Junior, divorcia-se com a sociedade carioca.

Ela a'gora em busca de quem, como conspurcadora de um pedido de divorcio, surgiu, nos ultimos dias, no meio de nossos leitores.

"Crítica", ao caso de desquite do casamento de Sylvia Tibau, informou pelo que se achou conhecido, além de Mme. Tibau, um marido e o Dr. Manoel Alves, advogado de nomeada na nossa capital.

E tudo se desvendou que em todas as partes

ALVEJOU A ESPOSA



Será o Conhecido Radiologista Dr. João de Abreu o Causador Directo da Dissolução do Lar Daquelle Seu Illustre Collega?

SUA CROAZA DE DESPERDA

ESTRANHA PSEUDONIMIA

SEM OBSTACULO

EM CASO CLONDO

Mme. Sylvia Tibau, Que Subscrive as Suas Chronicas em Jornaes e Revistas Com o Pseudonymo de Petite Source Esteve em Nossa Redacção

Tabela 1 – Relação de crônicas de Nelson Rodrigues publicadas em Correio da Manhã reeditadas para O Globo e lançadas em livros

Número e data de publicação	Título na reedição e livro em que foi republicada	Assunto geral da crônica
06, 02/03/1967	“Paulo Rodrigues”; <i>O reacionário</i> (1977)	A tragédia com a família de Paulo Rodrigues
10, 07/03/1967	“A menina” <i>O reacionário</i> (1977)	A filha Daniela
21, 19/03/1967	“O sono dos círios” <i>O reacionário</i> (1977)	A morte do irmão Roberto Rodrigues
22, 21/03/1967	“O grito” <i>O reacionário</i> (1977)	A morte do irmão Roberto Rodrigues
23, 22/03/1967	“A cruz perdida” <i>O reacionário</i> (1977)	A morte do irmão Roberto Rodrigues
24, 23/03/1967	Não foi atribuído título. <i>O reacionário</i> (1977)	A morte do irmão Roberto Rodrigues
25, 24/03/1967	Não foi atribuído título. <i>O reacionário</i> (1977)	A morte do irmão Roberto Rodrigues
26, 26/03/1967	“O paletó” <i>O reacionário</i> (1977)	A roupa do irmão morto, Roberto Rodrigues
27, 28/03/1967	Não foi atribuído título. <i>O reacionário</i> (1977)	O julgamento da assassina de Roberto Rodrigues
31, 01/04/1967	“Memória” <i>O reacionário</i> (1977)	A fome por que passou com a família
34, 05/04/1967	“Os mortos em flor” <i>O reacionário</i> (1977)	Primeiros sinais da tuberculose; internação em Sanatorinho
35, 06/04/1967	“A montanha mágica” <i>O reacionário</i> (1977)	Sanatorinho (continua)

Tabela 2 – Relação de crônicas de Nelson Rodrigues publicadas em Correio da Manhã reeditadas para O Globo e lançadas em livros

(continua)

Número e data de publicação	Título na reedição e livro em que foi republicada	Assunto geral da crônica
36, 07/04/1967	“A casa dos mortos” <i>O reacionário</i> (1977)	Sanatorinho
39, 11/04/1967	“As ações” <i>O reacionário</i> (1977)	Sanatorinho
41, 13/04/1967	“Meu pai” <i>O reacionário</i> (1977)	Mário Rodrigues
42, 14/04/1967	“O vício doce e vil” <i>O reacionário</i> (1977)	Peça <i>A mulher sem pecado</i> (1941)
44, 16/04/1967	“A arte das senhoras gordas” <i>O reacionário</i> (1977)	Teatro – plateia Peça <i>A mulher sem pecado</i> (1941)
46, 19/04/1967	“E disse a noiva: - As mulheres só deviam amar meninos de 17 anos” <i>O reacionário</i> (1977) “Os meninos” <i>A cabra vadia</i> (1970)	Peça <i>A mulher sem pecado</i> (1941)
47, 20/04/1967	“Pessoas, mesas e cadeiras boiavam no caos” <i>O reacionário</i> (1977) “Estreia” <i>A cabra vadia</i> (1970)	Ensaio geral de <i>Vestido de Noiva</i> (1943)
61, 09/05/1967	“Velhas e novas gerações” <i>O óbvio ululante</i> (1968)	Imprensa antiga e imprensa atual

Tabela 3 – Relação de crônicas de Nelson Rodrigues publicadas em Correio da Manhã reeditadas para O Globo e lançadas em livros

(conclusão)

67,16/05/1967	“Terra em transe” <i>O Reacionário</i> (1977)	Reflexões acerca de poder redigir memórias recentes
69, 18/05/1967	“A viagem fantástica do Otto” <i>O Reacionário</i> (1977)	Viagem de Otto Lara Resende à Europa
70, 19/05/1967	“O canalha nº 1” <i>O óbvio ululante</i> (1968)	Os velórios que frequentava aos 6, 7 anos de idade
72, 21/05/1967	“Mário Filho” <i>O Reacionário</i> (1977)	O irmão Mário Filho.
75, 25/05/1967	“O canalha nº 3” <i>O Reacionário</i> (1977)	A primeira vez que estive em uma redação de jornal.
77, 27/05/1967	“História da bofetada” <i>O Reacionário</i> (1977)	Memória de infância Rua Alegre

Observações referentes às reedições:

- I. Na crônica 6 haverá a inclusão de dois parágrafos;
- II. Nas crônicas 35 e 36, haverá a inclusão de uma breve contextualização no início do primeiro parágrafo;
- III. A crônica 41 foi escolhida por Nelson Rodrigues para encerrar a edição de *O reacionário* (1977);
- IV. Com relação à crônica 46, nas duas republicações, foram inseridos dois parágrafos nos quais Nelson lembra-se de reler a cópia datilografada de sua primeira peça;
- V. Na crônica 47, haverá a inserção de um trecho no início do quarto parágrafo nas duas republicações;

Tabela 2 – Mapeamento das 80 crônicas de Nelson Rodrigues para o *Correio da Manhã*

<p style="text-align: center;">NARRADOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Narrador à Walter Benjamin; • Narrador pseudotestemunha – Giorgio Agamben 	<p style="text-align: center;">DOENÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tuberculose; • Úlcera; • Gripe Espanhola. 	<p style="text-align: center;">METONÍMIAS SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • O padre de passeata; • Otto Lara Resende, Hélio Pelegrino, Carlos Lacerda; • Odetes da zona norte, vizinhas gordas varizentas; • A prostituta jamais possuída; • A odalisca do umbigo de fora; • A Adúltera; • A aluna da PUC; • As estagiárias; • Os jovens e os velhos; • A estagiária de calcanhar sujo; • O casal feliz; • O paulista; • O canalha; • Os idiotas da objetividade; • O brasileiro.
<p style="text-align: center;">MORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mortes em família; • Mortes em massa; • Mortes por assassinato; • Morte por tragédias; • Mortes de figuras públicas; • Suicídios; • Velórios; • Amor pela morte. 		
<p style="text-align: center;">OBSESSÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pela morte; • Pela cegueira; • Por ser bom. 		

LUGARES DE MEMÓRIA

- Rua Alegre – Aldeia Campista;
- Redações de jornais;
- Sanatorinho;
- Ruas da prostituição;
- Teatro Municipal;
- Ônibus;
- O fundo do quintal;
- Quartos de família;
- Capelas de velório.